

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

VERA MARINA VIGLUS

**A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM PONTA GROSSA – PARANÁ:
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM LUGAR DE
MEMÓRIA**

**PONTA GROSSA
2017**

VERA MARINA VIGLUS

**A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM PONTA GROSSA – PARANÁ:
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM LUGAR DE
MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, linha de pesquisa História, Cultura e Cidadania pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Dr. Maria Julieta Weber Cordova
Co-orientador: Dr. José Augusto Leandro

**PONTA GROSSA
2017**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

V672

Viglus, Vera Marina

A Praça Marechal Floriano Peixoto em
Ponta Grossa - Paraná: o processo de
urbanização e a constituição de um lugar
de memória/ Vera Marina Viglus. Ponta
Grossa, 2017.
127f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Julieta
Weber Cordova.

Coorientador: Prof. Dr. José Augusto
Leandro.

1.Lugar de memória. 2.Urbanização.
3.Praça. 4.Ponta Grossa. I.Cordova, Maria
Julieta Weber. II. Leandro, José Augusto.
III. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Mestrado em Ciências Sociais
Aplicadas. IV. T.

CDD: 363.69

TERMO DE APROVAÇÃO

VERA MARINA VIGLUS

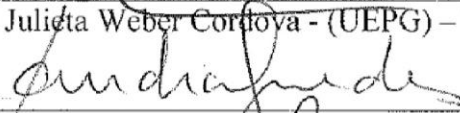
A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM PONTA GROSSA –
PARANÁ: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM
LUGAR DE MEMÓRIA

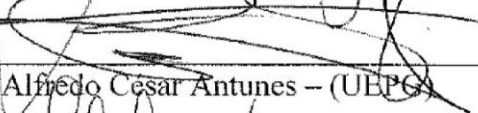
**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta
Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

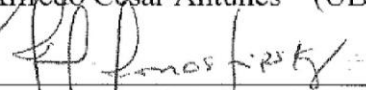
Ponta Grossa, 06 de fevereiro de 2017.

Assinatura pelos Membros da Banca:


Dra. Maria Julieta Weber Cordova - (UEPG) – Presidente


Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes – (UNIVILLE)


Dr. Alfredo Cesar Antunes – (UEPG)


Dr. Leonel Brizolla Monastirsky (UEPG)

Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – (UEPG) - Suplente

Dedico este trabalho ao meu esposo Dyego Emanuel Giebeluka Quadros, aos meus pais Julia e Francisco Viglus, a minha grande amiga Taís Maria Ferreira, aos professores doutores Carlos Alberto Souza, Maria Julieta Weber Cordova, Leonel Brizolla Monastirsky, Ofélia Torres de Morales, que foram grandes incentivadores nesta caminhada; e a todos os professores que tem lutado por uma universidade “pública, gratuita e de qualidade”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado em minha vida pessoas especiais que trouxeram mais alegria aos meus dias e me incentivaram a ter coragem para sonhar novos sonhos, traçar novas metas e ir mais longe.

A Professora Doutora Maria Julieta Weber Cordova, pela amizade, parceria e contribuição com seus conhecimentos e sugestões na orientação desta dissertação.

Aos professores Doutores Carlos Alberto de Souza e Ofélia Torres de Morales, pela oportunidade que me deram em participar dos projetos de extensão Foca Foto e Foto Tec do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, passo inicial para que eu desenvolvesse um projeto para o mestrado.

Ao Professor Doutor Leonel Brizolla Monastirsky, pela amizade e colaboração de informações que auxiliaram na concretização deste estudo.

Aos Professores Doutores Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, Alfredo Cesar Antunes e Leonel Brizolla Monastirsky que se disponibilizaram a compor minhas bancas de qualificação e defesa, contribuindo com informações essenciais para o aprimoramento deste trabalho de pesquisa.

À Dyego Emanuel Giebeluka Quadros, meu esposo, companheiro e incentivador, pela paciência e por cuidar de mim em todos os momentos.

Aos meus pais Julia e Francisco Viglus, pela compreensão de minha ausência nos momentos em que estive me dedicando à pesquisa.

À Taís Maria Ferreira, minha amiga e grande incentivadora, colega de pesquisa e Técnica do laboratório de Fotojornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

À Diana Galone Somer e Karen Vanessa Matozo Quimelli, amigas e colegas de mestrado, pelo apoio, incentivo e companheirismo na trajetória percorrida para a elaboração deste trabalho.

À Eliana Porfírio Diniz, amiga e afilhada, pela contribuição com a revisão do texto.

A todos os professores do Programa de Ciências Sociais Aplicadas que mesmo em meio a dias tão difíceis de luta por uma universidade “pública, gratuita e de qualidade”, sem a qual este trabalho não seria possível, dedicam suas vidas para a educação com esperança e coragem.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

A beleza de uma praça é constituída a partir da história que ela carrega, de seu desenho paisagístico e de seu conjunto urbanístico. A integração entre morfologia, estética e apropriação é que permite a formação de praças, como espaços simbólicos, lugares de memória, alma da cidade.

(CALDEIRA, 2007, p.03)

RESUMO

O trabalho de pesquisa parte do pressuposto de que a Praça Marechal Floriano Peixoto constitui-se em um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná. Através de pesquisa qualitativa, documental, de caráter exploratório, buscou-se compreender como se deu a formação deste espaço urbano, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, momento em que se cristalizaram simbologias essenciais que possibilitam percebê-lo dentro da perspectiva do historiador francês Pierre Nora no que concerne à constituição de um lugar de memória. À consolidação destas simbologias, aliou-se a solidificação de um processo de urbanização influenciado por fatores de ordem mundial em decorrência do processo de industrialização, do fortalecimento do sistema capitalista e do processo de modernização das cidades no Brasil, com especial ênfase no contexto republicano, resultando em diferenciadas práticas sociais e desdobramentos urbanos como a criação de praças, calçamento de ruas, desenvolvimento do comércio, instalação de indústrias e construção de ferrovias. As fontes utilizadas fazem parte dos acervos da Casa da Memória de Ponta Grossa e do Museu Campos Gerais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, constituindo-se em fotografias, jornais, códigos de posturas municipais dos anos de 1891 e 1914 e álbuns comemorativos do Paraná dos anos de 1923 e 1927. O estudo revelou que foram justamente nas três primeiras décadas do século XX que a Praça passou a agregar elementos materiais, simbólicos e funcionais que apontam para uma história oficial e institucionalizada. Foi possível verificar, também, em períodos posteriores, a construção de outros monumentos, bem como a implementação de outros elementos que se reapropriam da simbologia já cristalizada neste espaço, o que permite evidenciar, pelas fontes elencadas, que a Praça, ao longo de seu processo de urbanização, traz marcas de cristalização da memória passíveis de serem percebidas pelos registros de um passado vivido, compreendendo-se, portanto, a Praça Marechal Floriano Peixoto como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

Palavras-chave: Lugar de Memória. Urbanização. Praça. Ponta Grossa.

ABSTRACT

The research work is based on the assumption that the Marechal Floriano Peixoto Square constitutes a place of memory for the city of Ponta Grossa, in the state of Paraná. Through a qualitative, documentary, exploratory research, we sought to understand how the formation of this urban space occurred, especially in the first three decades of the twentieth century, a time that essential symbologies crystallized making possible to perceive this square within the perspective of the historian French author Pierre Nora regarding the constitution of a place of memory. The consolidation of these symbologies was accompanied by the solidification of a process of urbanization influenced by world order factors due to the process of industrialization, the strengthening of the capitalist system and the process of modernization of the Brazilian cities, with special emphasis on the republican context, resulting in differentiated social practices and urban developments such as the creation of squares, street paving, trading development, industries installation and railways construction. The sources used are part of the collections of the Ponta Grossa House of Memories and the Campos Gerais Museum of the Ponta Grossa State University, constituting itself in photographs, newspapers, municipal posture codes from the years of 1891 and 1914, and commemorative albums from Paraná from 1923 and 1927. The study revealed that it was precisely in the first three decades of the twentieth century that the Square began to add material, symbolic and functional elements that point to an official and institutionalized history. It was also possible to verify, in later periods, the construction of other monuments, as well as the implementation of other elements that have re-appropriated the symbology already crystallized in this space, which makes it possible to show, through the sources listed, that the Square, along its process of urbanization, brings with it crystallization marks of memory that can be perceived by the records of a past lived, therefore the Marechal Floriano Peixoto Square is perceived as a place of memory for the city of Ponta Grossa.

Keywords: Place of Memory. Urbanization. Square. Ponta grossa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA	15
FIGURA 2 - PRAÇAS NO CENTRO DE PONTA GROSSA	16
FIGURA 3 - MAPA LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ	52
FIGURA 4 - RECEPÇÃO DE DOM PEDRO II NO LARGO DA MATRIZ SANT'ANA, EM 1880	75
FIGURA 5 - IGREJA MATRIZ SANT'ANA CONSTRUÍDA EM 1820	78
FIGURA 6- IGREJA MATRIZ SANT'ANA APÓS AMPLIAÇÃO.NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX.	79
FIGURA 7 - CORETO DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO RECONSTRUÍDO EM 1917	80
FIGURA 8 - AO CENTRO DA PRAÇA MONUMENTO AOS FUNDADORES, CONSTRUÍDO EM 1930.	81
FIGURA 9 - HOTEL PALERMO PONTA GROSSA.....	84
FIGURA 10 – VISTA DO CLUBE PONTAGROSSENSE E PRÉDIO DO FÓRUM....	85
FIGURA 11 - EDIFÍCIO GUILHERME NAUMANN NOS DIAS ATUAIS	87
FIGURA 12 - PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM DE PONTA GROSSA	88
FIGURA 13 – IMÓVEL CONSTRUÍDO NO ANO DE 1920, PELOS IRMÃOS BITTENCOURT	89
FIGURA 14 - DEMOLIÇÃO DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA; ANO: 1978.	92
FIGURA 15 - ATUAL CATEDRAL DE PONTA GROSSA.....	93
FIGURA 16 - OBELISCO DOS FUNDADORES DÉCADA DE 1930	94
FIGURA 17 - POSIÇÃO ATUAL DO OBELISCO AOS FUNDADORES - LATERAL DIREITA DA PRAÇA	95
FIGURA 18 - MONUMENTO DO SESQUICENTENÁRIO.....	96
FIGURA 19 - MONUMENTO À BÍBLIA, PRAÇA MARECHAL FLORIANO	97
FIGURA 20 - MONUMENTO EM HOMENAGEM A CONSTRUÇÃO DA AMBEV	98
FIGURA 21 - MONUMENTO EM HOMENAGEM ÀS BODAS DE CORAL LIONS CLUBE.....	99
FIGURA 22 - MONUMENTO EM HOMENAGEM CINQUENTA ANOS LIONS CLUBE	99
FIGURA 23 - CATEDRAL SANT'ANA, PONTA GROSSA, PARANÁ.....	116
FIGURA 24 - VISTA DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA.....	116
FIGURA 25 - DETALHE DA TORRE DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA	117
FIGURA 26 - MONUMENTO EM HOMENAGEM À BIBLIA	117
FIGURA 27 - FLAGRANTE: LIXO NO MONUMENTO DO SEQUICENTENÁRIO ..	118
FIGURA 28 - DETALHE NO OBESLISCO AOS FUNDADORES.....	118

FIGURA 29 - PICHações NO OBELISCO AOS FUNDADORES	119
FIGURA 30 - PICHações NA BASE DO OBELISCO AOS FUNDADORES	120
FIGURA 31 - PONTO DE TAXI, PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	121
FIGURA 32 - BANCA DE REVISTAS, PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	121
FIGURA 33 - DECORAÇÃO DE NATAL PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	122
FIGURA 34 - ALUNOS NA PRAÇA EM HORÁRIO DE SAÍDA DA ESCOLA.....	122
FIGURA 35 - EVENTO EM HOMENAGEM AO DIA DA BANDEIRA	123
FIGURA 36 - CATEDRAL: VISTA DO PRÉDIO DA RADIO SANT'ANA	123
FIGURA 37 - DETALHE DO MONUMENTO À BIBLIA	124
FIGURA 38 - BANCO DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: DETERIORAÇÃO E LIXO.....	124
FIGURA 39 - OBELISCO AOS FUNDADORES DE PONTA GROSSA	125
FIGURA 40 - CLUBE PONTA-LAGO.....	126
FIGURA 41 - ANTIGO FÓRUM DE PONTA GROSSA	126
FIGURA 42 - ENTORNO DA PRAÇA: À ESQUERDA, PRÉDIO DA RÁDIO SANT'ANA.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, CIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....	20
1.1 TEMPO, ESPAÇO E COMUNICAÇÃO: A INTERDISCIPLINARIDADE DA PESQUISA.....	20
1.2 A MEMÓRIA ENQUANTO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO E OS LUGARES DE MEMÓRIA	25
1.2.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA	29
1.3 A MEMÓRIA E A CIDADE.....	30
1.4 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: O DEBATE SOBRE PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE PONTA GROSSA	32
CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA ...	35
2.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	35
2.2. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA.....	37
2.3 A PRAÇA EM NOTÍCIAS	38
2.4 A PRAÇA EM IMAGENS.....	41
2.5 CÓDIGOS DE POSTURAS: A PRAÇA E A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM 1891 E 1914	43
2.6 A PRAÇA E O PROGRESSO: ÁLBUNS COMEMORATIVOS DO PARANÁ 1923 E 1927	48
CAPÍTULO 3: A PRAÇA NO CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO DE PONTA GROSSA NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	51
3.1. PONTA GROSSA: A PRINCESA DOS CAMPOS.....	51
3.2. MODERNIZAÇÃO DE PONTA GROSSA: O DISCURSO MATERIALIZADO NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	54
3.3 A PRAÇA NO ESPAÇO URBANO	60
3.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO PARA PONTA GROSSA DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	61
3.5 URBANIZAÇÃO: UMA NOVA ESTRUTURA E UMA NOVA CULTURA	66
3.6 AS FLORES DA PRAÇA	70
CAPÍTULO 4: A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO COMO LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA	74
4.1 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: PROCESSO HISTÓRICO	74
4.2 A PRAÇA E SEU ENTORNO	83
4.3 PRESERVAÇÃO E DEMOLIÇÃO NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	90

4.4 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	108
FONTES.....	113
APÊNDICE A – ENSAIO FOTOGRÁFICO PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	115

INTRODUÇÃO

A Praça Marechal Floriano Peixoto localizada na cidade de Ponta Grossa¹, no Paraná, constitui-se como um dos primeiros espaços de sociabilização para a população ponta-grossense, sendo a primeira praça da cidade e um dos primeiros lugares a passar por transformações urbanas como calçamento, paisagismo, arborização, construção de um coreto especialmente nas três primeiras décadas do século XX.

A partir da hipótese de que essa praça é hoje um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa, por meio de pesquisa documental, buscou-se compreender como se deu sua formação enquanto espaço urbano e em que momento passa a agregar elementos materiais, simbólicos e funcionais que possibilitariam conferir-lhe a função de lugar de memória.

A análise documental concentrou-se na observação de jornais, fotografias, códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos do estado do Paraná, documentos que fazem parte dos acervos da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais. Essas fontes aqui elencadas conduzem a uma contextualização da praça especialmente nas três primeiras décadas do século XX, momento em que a cidade de Ponta Grossa se encontra diante de um acelerado processo de urbanização regido por um discurso influenciado por fatores de ordem mundial, advindos desde a Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Europa e a consolidação do sistema capitalista; e nacionais, como a instauração do governo republicano e os ideais positivistas de ordem e progresso. O discurso republicano e positivista traduz-se na cidade com a criação de praças, calçamento das ruas, desenvolvimento do comércio, instalação de indústrias e a construção da ferrovia.

A pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e interdisciplinar, parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

¹ Ponta Grossa é um município brasileiro localizado no Segundo Planalto do Estado do Paraná. Situa-se na região dos Campos Gerais, a 114 Km de distância da capital do Estado, Curitiba, e se caracteriza por ser o principal entroncamento rododferroviário do Paraná, cortado pelas rodovias BR-376, BR-373 e PR-151. Assim, sua posição geográfica destaca-se pela facilidade de acesso a todas as regiões do Estado. Com origem e povoamento ligado ao Caminho das Tropas, a cidade integra a Rota dos Tropeiros com atrativos naturais, históricos e culturais. Dentre os atrativos naturais destacam-se o Parque Estadual de Vila Velha (formado por arenitos, furnas e a Lagoa Dourada), o Buraco do Padre (furna que comporta em seu interior uma cascata formada pelo Rio Quebra Perna), Cannyon do Rio São Jorge, Represa de Alagados, Cachoeira da Mariquinha e Recanto Botuquara (PONTA GROSSA, 2016).

Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História, Cultura e Cidadania.

Compreende-se que o trabalho aqui proposto apresenta relevância dentro desta linha de pesquisa, pois ao eleger a Praça Marechal Floriano Peixoto da cidade de Ponta Grossa como objeto de pesquisa considerou-se sua representatividade histórica para a cidade, enquanto espaço de disputa de poder, apontado como marco zero da urbanização e onde se localiza parte considerável do centro histórico do município.

Na perspectiva cultural a praça também apresenta aspectos relevantes, visto que ao longo de sua história se configura enquanto lugar em que se dão as relações sociais estabelecidas entre grupos diversos que compõe o ambiente social urbano. Nas três primeiras décadas do século XX este espaço representou o centro político, religioso e econômico de Ponta Grossa, sendo essencial para a sociabilidade dos moradores da cidade que ali se reuniam para os discursos políticos, as festas religiosas e celebrações da igreja matriz, bem como para atividades culturais como o *footing* (passeios informais praticados por moços e moças, onde ocorriam as trocas de olhares e flertes) e as retretas (apresentações musicais) nas tardes de domingo.

Enquanto espaço público de convívio e trocas sociais, a praça é também o espaço da cidadania, pois, nesta perspectiva está diretamente associado com a formação de uma cultura compartilhada entre os moradores da cidade que compõem uma heterogênea sociedade dentro do espaço urbano.

Inicialmente o espaço denominava-se Largo da Igreja Matriz de Sant'Ana, localizada no ponto mais alto do território. Neste local, a cidade de Ponta Grossa teve o início de seu povoamento. O largo onde os moradores se reuniam para eventos políticos, culturais e religiosos era um espaço amplo, mas sem forma definida, localizado em frente à igreja.

No período da Primeira República, momento em que se estabeleceram os ideais iluministas no Brasil, observa-se a ocorrência de uma ruptura entre os poderes da Igreja e do Estado. Este conflito é identificado na separação e demarcação do espaço urbano, conforme se nota quando o largo da Matriz passa a ser denominado de Praça Marechal Floriano Peixoto, homenageando o segundo presidente republicano do Brasil. A partir deste processo de ruptura, a praça passa por um processo de modernização adquirindo características próprias da urbanização que se consolidava.

Cabe destacar, portanto, que o espaço da praça e da Igreja Matriz, hoje Catedral, é um espaço que compõe o imaginário coletivo pontagrossense sobre a fundação da cidade. O local conserva o que se pode denominar de mito fundador², que corresponderia a uma tradição da cidade, transmitida através da lenda de um casal de pombinhos que teriam pousado no lugar onde se construiu uma capela em devoção a Sant'Ana e que seria a sede da então Freguesia.

Conta-nos a tradição, que os fazendeiros, se reuniram para decidir o local onde seria construída uma capela em devoção à Senhora de Sant'Ana e que também seria a sede do povoado. Como não chegavam a um acordo, pois cada um queria construí-la próximo a sua fazenda, decidiram então soltar um casal de pombos e, onde eles pousassem, ali seria construída uma capela, bem como seria a sede da Freguesia que estava nascendo. Os pombos após voarem, pousaram em uma cruz que ficava ao lado de uma grande figueira no alto da colina. Problema resolvido, o local escolhido, todos ajudaram na construção de uma capela simples de madeira e, em sua volta a freguesia cresceu e se desenvolveu (PONTA GROSSA, 2016).

Conforme se observa no mapa (figura 1), em que a Praça Marechal Floriano Peixoto está circulada em azul e a região central de Ponta Grossa delimitada em contorno laranja, a cidade cresceu e o seu centro ampliou-se consideravelmente, comparando-se ao início de sua urbanização nas três primeiras décadas do século XX, quando se concentrava no entorno da praça e da Igreja Matriz.

² Conceito trabalhado pela professora e filósofa Marilena Chauí em sua obra “Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária”, 2000. Para autora o mito fundador se configura enquanto “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”.

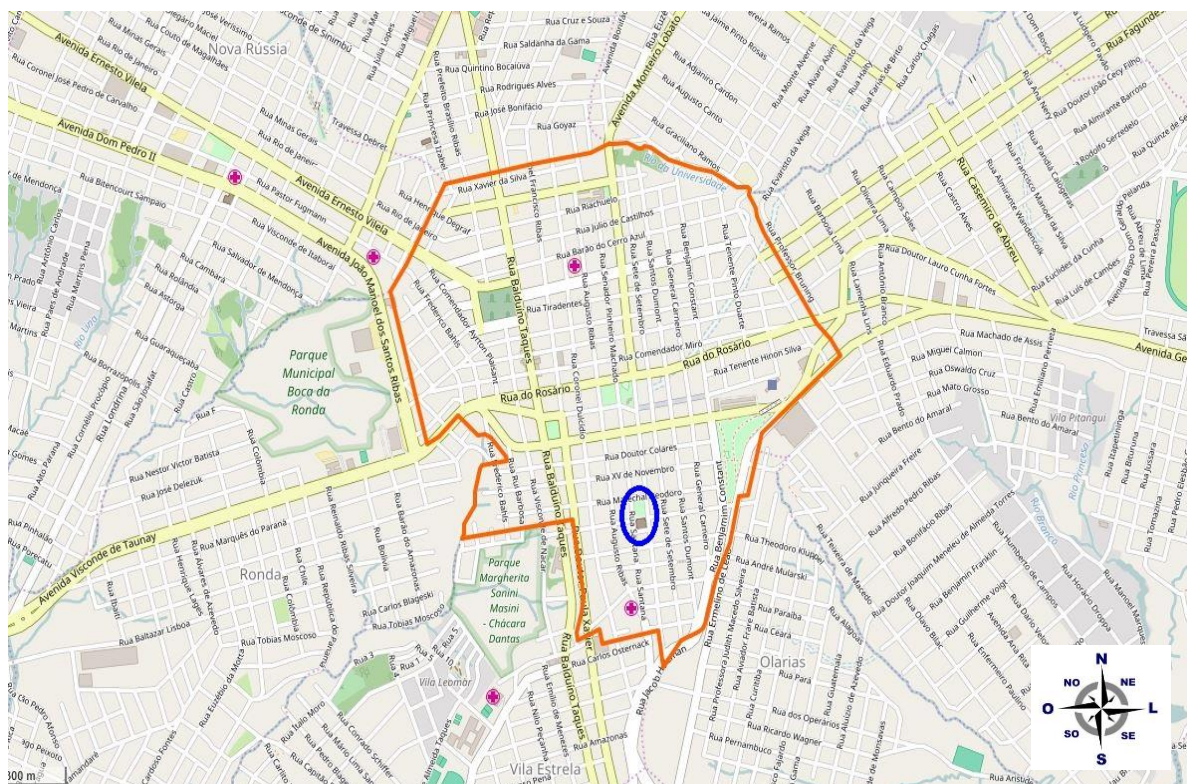


FIGURA 1 - REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA
Fonte: Open Street Map

No próximo mapa (figura 2) apresenta-se uma imagem ampliada do centro da cidade em que estão destacadas e numeradas as praças que compõem o cenário urbano atual de Ponta Grossa. O número 1 corresponde à Praça Marechal Floriano Peixoto; o número 2 corresponde à Praça Barão de Guaraúna, situada junto a igreja Sagrado Coração de Jesus, também conhecida como igreja dos polacos³; o número 3 corresponde à Praça Barão do Rio Branco (segunda praça a ser urbanizada); o número 4 corresponde à Praça João Pessoa (situada junto à Estação Ponta Grossa, conhecida como Saudade, formando um conjunto que concentra os patrimônios edificados que compunham a ferrovia na cidade); já o número 5 corresponde ao Parque Ambiental Governador Manoel Ribas (área anteriormente ocupada pela Rede Ferroviária Federal e que hoje é um local de sociabilização oferecendo espaços para a prática de esportes, entretenimento e cultura).

³ Conhecida como igreja dos polacos devido ao fato de sua história estar ligada à imigração polonesa em Ponta Grossa. A primeira igreja foi construída no local em 1898. Em 1928, devido ao aumento no número de poloneses que frequentavam a igreja, foi feita uma nova construção em estilo gótico que é conservada até os dias atuais (PONTA GROSSA, 2016).

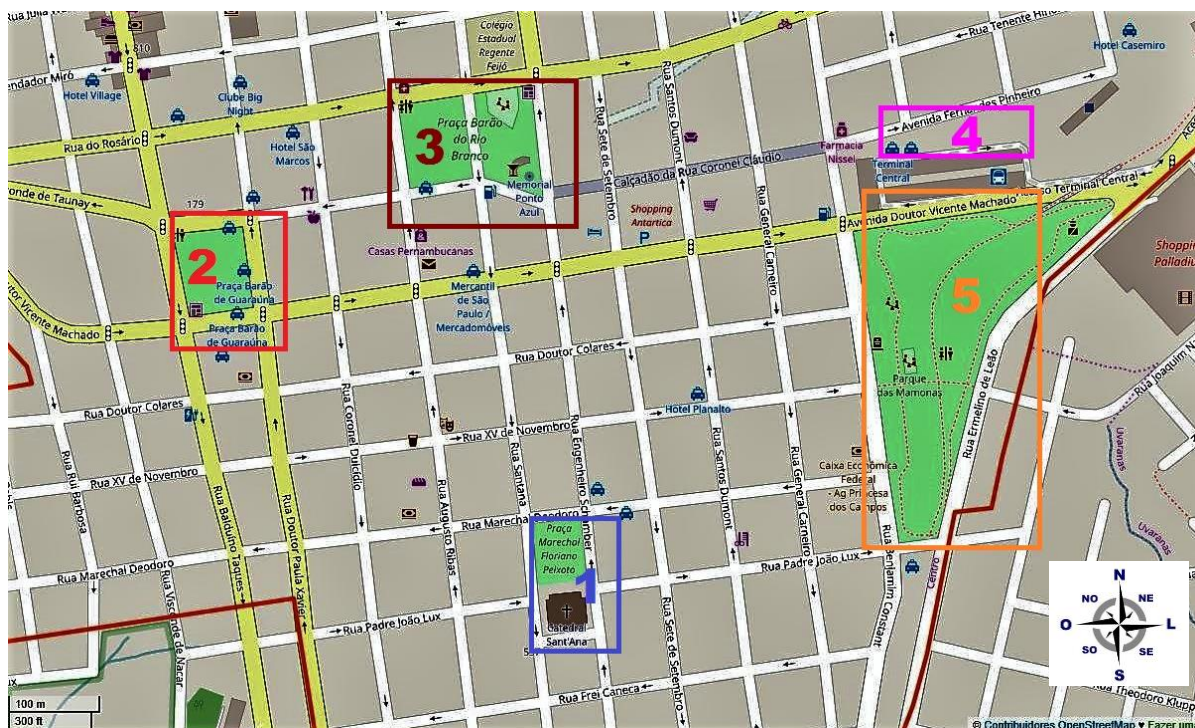


FIGURA 2 - PRAÇAS NO CENTRO DE PONTA GROSSA

Fonte: Open Street Map

Dentre esses espaços enumerados na figura 2, a presente pesquisa é motivada a concentrar-se no estudo da Praça Marechal Floriano Peixoto pela sua representatividade histórica e cultural enquanto primeira praça da cidade. Desta forma, a investigação denominada “A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa – Paraná: o processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória” têm como objetivo compreender a praça a partir do contexto das três primeiras décadas do século XX, período em que se verifica tanto a emergência de seu processo de urbanização, como a consolidação de simbologias essenciais para a constituição deste espaço como lugar de memória. Tais simbologias se traduzem nos monumentos construídos nesses espaços em períodos posteriores.

O projeto inicial teve suas bases junto aos projetos de extensão do curso de jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Foca Foto e Foto Tec⁴ que ocorrem de forma simultânea valorizando a produção fotográfica e o desenvolvimento de pesquisas na área da fotografia. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo em 2006, também pela UEPG, e após seis anos de trabalho em

⁴ O Foca Foto e o Foto Tec são projetos de extensão do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que trabalham com a produção fotográfica e o desenvolvimento de pesquisas em fotografia.

uma rede de televisão da cidade de Ponta Grossa, pude novamente ter contato com a área de pesquisa junto a esse grupo de estudos e produção de fotografia.

Em 2013 o grupo iniciou um trabalho que previa maior valorização das produções realizadas por alunos, professores e pesquisadores integrados ao projeto, sob coordenação do Professor Dr. Carlos Alberto de Souza e da professora Dr.^a Ofélia Torres de Morales, com a transformação do material produzido pelo grupo em publicações em forma de livros digitais que renderam uma série de produções organizadas em uma coleção: a Coleção Imagética⁵. A execução do projeto de produção dos *e-books* contou com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais – PROEX da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Dentro dos trabalhos desenvolvidos para a Coleção Imagética, o primeiro *e-book* trazia como proposta retratar a cidade da Lapa, unindo as imagens produzidas pelos integrantes do projeto a uma série de textos sobre fotografia. O trabalho evidenciou que a cidade da Lapa tem sua memória e história traduzida na preservação do patrimônio cultural.

O estudo realizado sobre a Lapa gerou uma inquietação sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural, à história e à memória da cidade de Ponta Grossa, conduzindo ao estudo da Praça Marechal Floriano Peixoto.

O presente trabalho de pesquisa de dissertação se dá em uma perspectiva interdisciplinar. Neste sentido, consideraram-se os campos de conhecimento da Comunicação, História e Geografia. Inicialmente buscou-se compreender através de pesquisa bibliográfica, conceitos centrais para o desenvolvimento da investigação como a questão da memória enquanto fenômeno contemporâneo e a problemática dos lugares de memória trabalhada pelo autor francês Pierre Nora, além de outros conceitos que compreendem o campo da Geografia como espaço, lugar, paisagem, urbanização. Em um exercício orientado de leitura flutuante chegou-se ao conceito de lugar de memória, proposto por Pierre Nora (1993), o qual se tornou um conceito chave para a investigação. Compreendeu-se, então, que a Praça Marechal Floriano Peixoto se constitui em um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

Os lugares de memória para Nora são lugares em todos os sentidos, do material, do concreto, ao abstrato, desde que coexistam sob a ótica material,

⁵A coleção imagética compreende uma série de livros que associa a produção de fotografias e textos e pesquisas sobre a fotografia, desenvolvido por acadêmicos e pesquisadores da área. O projeto conta com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX). As obras estão disponíveis em <<http://www.uepg.br/proex/>>.

funcional e simbólica simultaneamente em graus diversos. Assim, os lugares de memória podem se tratar de um lugar, uma personagem, um monumento, um museu ou arquivo, uma instituição, um monumento, desde que investidos de uma vontade de memória, um desejo de lembrar.

Diante da problemática de Pierre Nora, o presente trabalho de dissertação se propõe a identificar estes elementos que fazem da praça um lugar de memória. Para tanto, optou-se por elencar como fontes essenciais para este processo os códigos de posturas do município, sendo o primeiro redigido em 1891 e o segundo em 1914, relevante instrumento para a ordenação e higienização da cidade; os álbuns comemorativos do Paraná (1923 e 1927) que serviram como uma forma de propaganda do progresso do Estado e da cidade, organizados pelos governantes; fotografias dos acervos da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais; e exemplares do jornal periódico *O Progresso*, fundado em 1907 que mais tarde (1913) passa a ser chamado de Diário dos Campos, nome que carrega até os dias atuais; bem como estudos realizados por pesquisadores locais que abordam a praça e a história de Ponta Grossa no início do século XX.

A proposta metodológica consistiu em desenvolver uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a partir da análise das fontes documentais elencadas. Nesta perspectiva, compreendeu-se que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2010, p.79).

Quanto ao trabalho com as fontes, Pimentel (2001, p.180) alerta que, enquanto documentos, “[...] eles precisam ser encontrados, “extraídos” das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabelecerá a montagem das peças, como num quebra-cabeças” (PIMENTEL, 2001, p. 180).

Le Goff (1990, p.14) orienta que novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida – que deixa de ser definitivamente passado. O autor ainda complementa dizendo que a esta relação essencial presente-passado devemos “acrescentar o horizonte do futuro”.

O texto está dividido em quatro capítulos: 1) Memória, cidade e lugares de memória: uma perspectiva interdisciplinar; 2) Aspectos Metodológicos; 3) A praça no contexto de urbanização de Ponta Grossa nas três primeiras décadas do século XX; 4) A Praça Marechal Floriano Peixoto como lugar de memória para Ponta Grossa.

No primeiro capítulo buscou-se trabalhar a questão da interdisciplinaridade, bem como trazer uma discussão sobre conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Nesta perspectiva este primeiro momento do texto aborda os conceitos de memória e lugares de memória, além de introduzir uma discussão sobre memória e patrimônio cultural na cidade de Ponta Grossa.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos da pesquisa e os caminhos utilizados para se chegar até os resultados presentes neste trabalho. Neste capítulo também se discute sobre a relevância das fontes elencadas para o desenvolvimento da pesquisa.

No terceiro capítulo desenvolveu-se a contextualização da Praça Marechal Floriano Peixoto nas três primeiras décadas do século XX a partir das informações coletadas na pesquisa documental.

No quarto capítulo buscou-se fazer uma análise dos fatores que permitem perceber a Praça Marechal Floriano Peixoto como um lugar de memória para Ponta Grossa. Neste capítulo, trabalhou-se parte do processo histórico da praça, o movimento de construção, preservação e/ou demolição presente neste espaço ao longo de sua trajetória e as características observadas no entorno da praça.

Por último, apresentaram-se as considerações finais que retomam alguns pontos essenciais trabalhados na pesquisa, bem como seus resultados. Cabe ressaltar que, com este trabalho não se esgota todo o potencial que este espaço apresenta enquanto objeto de pesquisa, mas apresenta uma visão possível do tempo presente sobre um espaço representativo para a história e a memória da comunidade pontagrossense.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA, CIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

O presente estudo teve por objetivo trabalhar com a hipótese de que a Praça Marechal Floriano Peixoto, localizada na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná constitui-se num lugar de memória. Ao longo da pesquisa foi possível verificar a presença do poder público diante de um processo de cristalização de simbologias que se estruturaram ainda nas décadas iniciais do século XX, de maneira especial nas três primeiras décadas, na referida praça. Uma explanação sobre a cidade de Ponta Grossa e a contextualização do objeto de estudo serão desenvolvidos de forma aprofundada nos capítulos 3 e 4 deste trabalho de pesquisa.

O primeiro capítulo destina-se a compreender a pesquisa dentro de uma perspectiva interdisciplinar, bem como apontar alguns conceitos que serão tomados como base no decorrer do estudo, correlacionando com os campos de conhecimento que compõe o estudo em questão: História, Geografia e Comunicação.

1.1 TEMPO, ESPAÇO E COMUNICAÇÃO: A INTERDISCIPLINARIDADE DA PESQUISA

Os estudos interdisciplinares pressupõem o diálogo entre diferentes campos do conhecimento a fim de aproveitar as contribuições que cada um oferece para desenvolver uma análise do objeto de pesquisa que compreenda diferentes olhares e suas inter-relações. “Pensar o interdisciplinar compreende produzir um conhecimento que busca novos horizontes. Deste modo, remete a um entendimento mais alargado daquilo que se configura como ciência, indo além da especialidade do saber” (SCHIMANSKI, 2013, p.07).

A pesquisa aqui proposta parte da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, na linha de pesquisa “História, Cultura e Cidadania” e se configura como uma proposta interdisciplinar. Neste sentido considera-se, conforme observa Schimanski (2013, p.07) que “[...] há, portanto, uma preocupação inerente ao interdisciplinar para que haja uma interação mútua entre diferentes disciplinas, conteúdos e entre si mesmo. Essa interação vai além da simples junção de conceitos teóricos”.

Para tanto, propõe-se a traçar um diálogo que perpassa pelos campos da História, da Geografia e da Comunicação. Temos em comum dentro desta tríade o

fato de que a História, a Geografia e a Comunicação têm como objeto de pesquisa “o homem” e as “relações sociais” que estes desenvolvem. A História irá compreender os homens no tempo, a Geografia se preocupa em compreender o homem no espaço e a comunicação, por sua vez, irá compreender como se dão as trocas comunicativas do homem no tempo e no espaço.

Marc Bloch (2002, p. 52) vai apontar que algumas vezes a história é compreendida como “a ciência do passado”, o que na visão do autor é uma afirmação incompleta. Para ele a história é a “ciências dos homens”, proposição à qual ele acrescenta “dos homens no tempo”. Sobre o tempo da história o autor argumenta:

[...] é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. O número dos segundos, anos ou séculos que um corpo radioativo exige para se transformar em outros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. Nenhum historiador, em contrapartida, se contentará em constatar que César levou oito anos para conquistar a Gália e que foram necessários quinze anos a Lutero para que, do ortodoxo noviço de Erfurt, saísse o reformador de Wittenberg. Importa-lhe muito mais atribuir à conquista da Gália seu exato lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades européias; e, sem absolutamente negar o que uma crise espiritual como a de irmão Martinho continha de eterno, só julgará ter prestado contas disso depois de ter fixado, com precisão, seu momento na curva dos destinos tanto do homem que foi seu herói como da civilização que teve como atmosfera (BLOCH, 2002, p.55).

Assim, para compreender ou explicar um fenômeno histórico se faz necessário, voltar ao seu “momento”, ao contexto em que tal fenômeno foi gestado. Dentro desta perspectiva pretende-se contextualizar a Praça Marechal Floriano Peixoto, na cidade de Ponta Grossa, percebendo em que momento ela passa a adquirir a função de lugar de memória para o município. A pesquisa em questão compreende a utilização de algumas destas metodologias próprias do campo da História, a fim de contextualizar a praça no início do século XX, seu processo histórico e sua formação urbana, a fim de compreender como se constituíram os elementos materiais, simbólicos e funcionais a partir das fontes aqui utilizadas (jornais, fotografias, códigos de posturas e álbuns comemorativos).

A Geografia contribui para a compreensão das transformações espaciais que resultaram na urbanização da cidade de Ponta Grossa e na criação de espaços urbanos como a praça. Segundo Corrêa (1989, p.08) “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se

realizam no passado e que deixam suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”. Olhando para a Praça Marechal Floriano enquanto elemento do urbano e para o seu conjunto paisagístico nos dias atuais é possível verificar e identificar essas várias camadas temporais e a constituição de simbologias que remetem a memórias instituídas neste espaço.

Para compreender a praça e como se deu a apropriação do espaço que ela ocupa na paisagem urbana de Ponta Grossa, alguns conceitos geográficos são essenciais, são eles: paisagem, espaço e lugar.

De acordo com o geógrafo Milton Santos (1988, p.21) “[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. [...] não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” O autor revela que a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção que chega aos sentidos humanos e destaca dois tipos de paisagem: uma natural e outra artificial. “A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano” (SANTOS, 1988, p. 23).

A paisagem artificial, própria do ambiente das cidades, vai então se construir através do movimento de construção/demolição/preservação. Desta forma em alguns casos teremos o velho cedendo lugar ao novo e em outros o novo e o velho convivendo juntos, possibilitando uma leitura da cidade através de suas construções. Neste sentido, “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (SANTOS 1988, p. 23). A geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2007) reforça o pensamento de Santos (1988) quando considera que:

[...] a ideia de paisagem revela uma obra coletiva, que é a cidade produzida pela sociedade e, por isso, contemplando todas as dimensões humanas. Nessa direção a paisagem revela-se cheia de vida, ao mesmo tempo que expressão de sentimentos contraditórios, paixões e emoções. As marcas do tempo, impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida. Nesse sentido, a leitura dos segmentos da paisagem permite que se contemple a paixão que move a criação humana, uma vez que o trabalho é criador de formas. (CARLOS, 2007, p. 33).

Há que se considerar que paisagem e espaço são conceitos distintos, sendo que “o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço

contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (SANTOS, 1988, p.25).

Para Carlos (2007, p.12) “[...] o espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o”. Nesta perspectiva podemos dizer que o espaço é o lugar habitado pelo ser humano.

O lugar, por sua vez, “[...] se expressa por propriedades concretas e é uma componente da própria noção de espaço” (MENEZES, 2000, 157). O lugar diz respeito aos espaços que são vivenciados pelas pessoas em seu cotidiano. “O lugar, portanto, liga-se de modo inexorável à realização da vida como condição e produto do estabelecimento das relações reais indispensáveis a ela, mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada” (CARLOS, 2007, p.41).

Por sua vez, a Comunicação, irá constituir uma tríade junto à História e à Geografia, possibilitando a melhor compreensão do objeto da pesquisa “A Praça Marechal Floriano Peixoto enquanto lugar de memória para Ponta Grossa”. São os processos de comunicação que permitem a troca cultural, a inter-relação entre as pessoas em um determinado espaço geográfico e em um dado período de tempo. A própria paisagem transformada pelos homens, as camadas que as sobrepõe, transportam vestígios que permitem ao homem do presente interpretar o homem do passado.

A palavra comunicação compreende infinitos significados. Segundo Gomes (2007, p. 25) “[...] ela alcança uma multiplicidade de sentidos. As tentativas de defini-la ocuparam diferentes dimensões no mundo do saber, há quem arrisque dizer que tudo é comunicação”.

Sousa (2006, p. 22) explica que “[...] a raiz etimológica da palavra comunicação é a palavra latina *communicatio*, que, por sua vez, deriva da palavra *commune*, ou seja, comum”. Esta ação de tornar comum pode estar relacionada a uma informação, experiência, sensação ou emoção. Assim o autor considera que “[...] de um determinado ponto de vista, todos os comportamentos e atitudes humanas e mesmo não humanas, intencionais ou não intencionais, podem ser entendidos como comunicação”.

Deve-se considerar também que, “a comunicação não é um fenômeno isolado nem contemporâneo. Como atividade humana, se faz necessário considerá-

la integrada aos processos culturais e, para estudar sua evolução, não é possível desvinculá-la da cultura (PINTO, 1986, p.05) ". São os processos de comunicação entre o homem consigo mesmo, com os demais homens e com o ambiente que o cerca que irá mediar a transmissão e o desenvolvimento da cultura.

Denys Cuche (1999, p.10), antropólogo e sociólogo, defende que "a noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais", pois ela é fruto das relações sociais que acontecem no decorrer da história da humanidade. O autor fala também que "o homem é essencialmente um ser de cultura", considerando que dentro do processo de evolução houve uma regressão em relação aos instintos naturais que progressivamente foram sendo substituída pela cultura, adaptação esta que ele considera como mais funcional e mais flexível que a adaptação genética (CUCHE, 1999).

Pode-se então dizer que a comunicação é o meio pelo qual os seres humanos estabelecem suas relações sociais e, portanto, meio pelo qual transmitem a cultura. Esta comunicação "[...] pode ou não ser pretendida, mas não só ao Homem é impossível não comunicar como também, para o Homem, o mundo é cheio de significados e só é inteligível e compreensível porque lhe atribuímos significados e o interpretamos" (SOUSA, 2006, p.21).

A comunicação pode também ser compreendida enquanto processo quando se considera que ela se dá através de um canal (mediação), em um determinado contexto, gerando determinados efeitos. Neste sentido Santaella (2004, p.36) esclarece que "[...] o ponto de vista que elege os processos de comunicação como campo de estudos coloca ênfase na comunicação como relação, transmissão, agenciamento, influência, troca e interação". Conforme observa Sousa (2006):

A comunicação é um processo precisamente porque se desenvolve num contínuo espaço-temporal em que coexistem e interagem permanentemente múltiplas variáveis. Os elementos do processo de comunicação podem entender-se como variáveis precisamente porque variam, porque apresentam contínuas mudanças no tempo, enquanto interagem uns com os outros. Além disso, a comunicação não tem princípio e fim bem definidos porque a cadeia de causas e a cadeia de consequências de um acto comunicativo são parcialmente indetermináveis e, de algum modo, infinitas (SOUSA, 2006, p.28).

Por fim, compreende-se a interdisciplinaridade presente nesta pesquisa quando se percebe a relação que se dá entre a História, a Geografia e a Comunicação, ao observar que a Praça Marechal Floriano Peixoto é um espaço construído pelos homens diante do processo de urbanização da cidade de Ponta

Grossa, no decorrer do tempo. É também fruto da cultura urbana e das inter-relações que ocorreram no espaço urbano da cidade de Ponta Grossa ao longo de sua existência. Assim, ao olhar para a praça pela sua temporalidade [História], pode-se verificar na paisagem geográfica [Geografia] a presença de elementos novos e antigos que comunicam [Comunicação] como se deram estas relações do homem com o espaço ao longo do tempo.

1.2 A MEMÓRIA ENQUANTO FENÔMENO CONTEMPORÂNEO E OS LUGARES DE MEMÓRIA

Os estudos sobre memória têm sido recorrentes em pesquisas desenvolvidas no campo das ciências humanas e sociais, especialmente em estudos do tempo presente: “os discursos de memória aceleram-se na Europa e nos Estados Unidos no começo da década de 1980, impulsionados, então, primeiramente pelo debate amplo sobre o Holocausto [...]” (HUYSEN, 2000). Além de uma série de eventos relacionados à Alemanha Nazista, que com a globalização e a mediatização vão ganhando uma ressignificação.

Discursos de memória de um novo tipo emergiram pela primeira vez no ocidente depois da década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos movimentos sociais em sua busca por histórias alternativas e revisionistas. A procura por outras tradições e pela tradição dos “outros” foi acompanhada por múltiplas declarações de fim: o fim da história, o fim da morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das metanarrativas. Tais declarações eram frequentemente entendidas literalmente, mas no seu impulso polêmico e na reputação do ethos do vanguardismo, elas apontam diretamente para a presente recodificação do passado, para a presente recodificação do passado que se iniciou depois do modernismo (HUYSEN, 2000, pp.09-10)

O estudioso alemão Andreas Huyssen (2000) observa que nas primeiras décadas do século XX, se privilegiava o futuro, com a cultura modernista valorizando o progresso e a modernização impulsionados pelo fascínio pelas novidades, pela tecnologia e pela chegada do futuro, almejava-se o que o autor denomina como “futuro presente”. Passava-se a negar então tudo o que pudesse parecer ultrapassado, obsoleto, antiquado como antigas tradições e crenças que representavam o passado e que deveriam ser esquecidas para dar lugar ao novo.

A partir da década de 1980, o pensamento antes voltado para os futuros presentes desloca-se para os passados presentes. Esta mudança em relação a este pensamento se dá mediante eventos como o Holocausto, o naufrágio do Titanic,

entre outros que passam a serem vistos como um fracasso dos projetos de modernidade e da crença iluminista de que apenas o progresso seria capaz de trazer a perfeita evolução da sociedade. A partir de então se percebe um retorno ao passado e um aumento pelo interesse na preocupação e produção de memórias com a musealização das cidades, restaurações historicizantes na Europa e nos Estados Unidos e um “boom” da moda retrô, com uma disseminação da cultura da memória (HUYSEN, 2000).

Pierre Nora em sua obra intitulada *“Les lieux de mémoire”*, publicada na década de 1980, na França, traz um inventário dos lugares e objetos nos quais se enraízam a memória nacional francesa. Parte desta obra foi traduzida para o português e publicada pelo Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Na referida tradução, Pierre Nora atenta para uma acentuada preocupação com a memória ao observar o contexto atual de formação de uma sociedade globalizada. E justamente pelo que denomina de aceleração da história, acaba por indicar esfacelamentos dos processos de transmissão da memória.

Ao somar as observações de Nora sobre a acentuada preocupação com a memória às características da vida moderna apontadas por Berman (1982), é possível verificar as principais mudanças que irão influenciar nas formas de se conceber a memória:

[...] o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, **cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida**, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas **arrancadas de seu habitat ancestral**, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; **rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades**; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1982, p.15). **[grifo nosso]**

Se antes se observava o que Nora chamou de “sociedades-memória” denominando assim as sociedades que faziam esta transmissão da memória através da comunicação, de experiências que eram vivenciadas como hábitos, gestos, tradições, etc., que asseguravam a preservação e a transmissão de seus valores, com os processos de mundialização e massificação vamos ter uma ruptura nestes modelos de sociedade. Dentro deste cenário, a memória vivida por grupos como famílias, igreja, escola e Estado tenderiam ao desaparecimento. “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, alerta Nora (1993, p.07).

Maurice Halbwachs (1990), um dos precursores nos estudos sobre memória, observa a existência de dois tipos distintos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual diz respeito ao indivíduo, que constrói suas memórias ao se relacionar com outros indivíduos, com o espaço em um dado período de tempo. Mas embora esta memória seja individual, para o autor, ela sempre irá existir a partir de uma memória coletiva, considerando que todas as memórias são produzidas dentro de um grupo do qual o indivíduo faz parte. Não se dá de forma isolada, mas encontra pontos de apoio exteriores ao indivíduo, pertencentes ao grupo.

A memória coletiva, na visão do referido autor, transcende ao indivíduo, pois diz respeito à coletividade de indivíduos, de um grupo de pessoas. Esta memória seria transmitida de uma geração à outra, compartilhada dentro de grupos étnicos, familiares, religiosos, ou ainda de uma nação ou classe social. A memória coletiva estaria fundamentada na continuidade dos grupos que compõe uma sociedade (HALBWACHS, 1990).

Halbwachs considera também que a imagem coletiva tem seu ponto de apoio (além de outros suportes) em imagens espaciais e esta relação entre as pedras da cidade e os homens contribui para a preservação da memória coletiva: “os grupos [...] estão naturalmente ligados a um lugar porque é o fato de estarem próximos no espaço que criou entre seus membros relações sociais [...]” (HALBWACHS, 1990, p.139). Assim, as experiências vivenciadas pelos grupos vão se enraizando no espaço concreto nas construções, nos monumentos, nas imagens e nos objetos. Com o passar do tempo muitos destes espaços adquirem valor simbólico para indivíduos e grupos e possibilitam que estes possam evocar suas memórias a partir do contato com os lugares.

Pode-se observar que Halbwachs trabalha com a questão da memória individual e coletiva dentro da perspectiva das sociedades-memórias, onde há uma

cronologia entre o vivido por um determinado grupo e suas lembranças. Pierre Nora (1993) aborda a questão da memória de forma diferenciada de Halbwachs, pois observa o fenômeno dos lugares de memória em um contexto onde a memória se esfacela, que se perde, é arrancada do vivido, apresentando a perspectiva da instituição de lugares de memória como lugares de uma memória instituída de forma intencional. Esses lugares são encarregados por manter viva a memória de grupos dominantes que objetivaram demarcar uma memória oficial.

Pierre Nora considera que a ruptura dos processos de memória enquanto característica dos fenômenos da aceleração da história, da mundialização e massificação, acaba por acarretar a necessidade da consagração dos lugares de memória. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p.14).

Para Nora lugares de memória podem ser lugares materiais, concretos ou abstratos, mas devem sempre estar dotados de “vontade de memória”. O autor justifica que os lugares de memória são lugares em todos os sentidos do termo, mas que em menor ou maior grau devem ser material, simbólico e funcional.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre (...). É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p.21-22).

Materiais porque possuem uma base física onde a memória coletiva se ancora e pode ser evocada; funcional visto que carregam em si a função da manutenção da memória e permitem sua transmissão; simbólicos porque representam diferentes grupos e transmitem suas significações. Nora ainda alerta que, na falta de intenção de memória estes lugares passam a exercer a função de lugares de história.

Considerando a Praça Marechal Floriano Peixoto, na cidade de Ponta Grossa, pretendeu-se com este trabalho olhar para a praça no tempo presente e, por

meio do estudo de fontes documentais (jornais, fotografias, códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos do estado do Paraná) constatar em que medida este lugar apresenta as características referenciadas por Nora que a qualifiquem enquanto lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

1.2.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA

História e memória têm em comum o fato de as duas palavras estarem relacionadas à visão do tempo passado no tempo presente. Mas, embora apresentem este ponto em comum, demonstram uma diferenciação que podem ser observadas a partir das visões de autores como Pierre Nora e Maurice Halbwachs, que defendem que história e memória não se confundem.

Para Nora (1993) memória e história são antagônicas. Enquanto a memória é viva, carregada por grupos vivos e em um constante processo de evolução, estando suscetível a manipulações, a história, é operação intelectual, laicizante, crítica, “[...] é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p.09).

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p.09).

A memória seria então um elo entre o passado e o presente, natural, espontâneo, afetivo. Já a história seria um processo interessado, político e manipulador, com uma vocação para o universal, para o pensamento crítico, dessacralizador da memória. Ainda segundo Nora a história irá tomar a memória como objeto de uma “história possível”, possuindo um “criticismo destruidor de memória”.

Halbwachs (1990) também buscou diferenciar história e memória. Para ele a memória coletiva não se confunde com a história, mas esta começa onde a primeira acaba. O autor também observa que a memória é sempre vivida de forma física ou afetiva. Quando a memória não tem mais o grupo como suporte ela acaba, dando lugar a história.

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de

interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em atos. Porém enquanto que numa peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que s, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo (HALBWACHS, 1990, p.81-82).

Assim este autor considera que a história começa a operar quando já se quebrou o elo da memória viva e o tempo passado passa a ser visto a partir de uma operação intelectual crítica.

Nora, além de trazer esta diferenciação entre história e memória, identifica um desequilíbrio nestes processos, desequilíbrio este proveniente de uma aceleração na história diante de questões como a mundialização e o surgimento dos meios de comunicação de massa, que irão influenciar na velocidade e na forma de transmissão da cultura entre os diversos grupos da sociedade.

Com uma ameaça de desaparecimento das sociedades memórias, da memória carregada por grupos vivos, surge um desejo de memória e uma necessidade de se instituírem lugares para refugiar estas memórias: os lugares de memória.

1.3 A MEMÓRIA E A CIDADE

“A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações” (CARLOS, 2007, p.11). Olhando para a cidade é possível observar em suas construções diversas uma leitura de distintos processos históricos que permeiam a sua urbanização. A cidade aparece então como

[...] expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, [...] contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007, p.11).

A cidade é o lugar das trocas sociais, nela “[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática” (CARLOS, 2007, p.11). É também a cidade o espaço do urbano e [...] “o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso - ao longo do tempo” (CARLOS, 2007, p.11).

Enquanto construção humana, a cidade compreende a existência de grupos diversos que nela habitam e desenvolvem suas relações sociais. Conforme bem observa Halbwachs (1990) o lugar recebe marcas do grupo e o grupo recebe marcas do lugar. Dessa forma as ações dos grupos podem ser traduzidas em termos espaciais, ou seja, na construção e/ou demolição desenvolvidas neste espaço.

Outra visão sobre a cidade a considera como espaço de conflitos, visto que ela é habitada e compartilhada por grupos diferentes, o que por vezes implica em relações de poder, de subordinação e dominação. Nesta perspectiva:

O interesse em conhecer a cidade deriva do fato de ser ela o lugar onde vive parcela crescente da população. Mas também de ser o lugar onde os investimentos de capital são maiores, sejam em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade. E mais: de ser o principal lugar dos conflitos sociais (CORRÊA, 1989, p. 05).

Nem tudo é feito para durar e nem tudo pode ser preservado, então teremos em meio às novas construções da cidade, espaços que são eleitos como patrimônio cultural, símbolos da identidade cultural registradas no espaço urbano. Outra forma de se guardar a memória da cidade é a construção de marcos, como é o caso de monumentos construídos para possibilitar memórias do que não se quer esquecer dentro da constituição da cidade.

Conforme observa Jeudy (1990, p. 17) “a memória da cidade é por um lado monumental, articulada em torno de marcos usuais (a catedral, a hospedaria da cidade), por outro cotidiana, vivida nos percursos das ruas e praças”. Assim, o cidadão que caminha pela cidade pode fazer a leitura destes espaços, evocando memórias que se correlacionam com o espaço vivido. “O que conta então é a preservação de monumentos ameaçados por um abandono relativo” (Jeudy, 1990, p.17). Ainda nesta perspectiva observa-se que,

A cidade é expressão de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica por resultar da atividade da sociedade para construir os espaços em que habita e desenvolver suas relações com as pessoas. Por isso, as

mudanças nela empreendidas acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos (MACHINSKI, 2010, p.120).

Assim, tem-se que [...] “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixam suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1989, p.08). Considera-se ainda dentro desta análise que são os processos de comunicação que permitem fazer esta leitura da cidade. Pode-se dizer que as pedras da cidade comunicam a existência /ou passagem de certos grupos pela cidade, permitindo interpretações do espaço urbano.

1.4 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: O DEBATE SOBRE PRESERVAÇÃO NA CIDADE DE PONTA GROSSA

A memória coletiva é uma cultura viva e vivenciada por um grupo que busca organizar-se em torno de elementos que contribuam para a formação de identidades culturais capazes de prolongar a existência de tal grupo dentro de uma sociedade. Para tanto, busca-se uma linguagem simbólica capaz de comunicar e produzir sentido de pertencimento.

Esses símbolos por vezes se configuram enquanto suportes materiais dentre os quais podemos destacar os patrimônios culturais, bens eleitos dentro de uma comunidade a fim de criar um sistema simbólico que garanta a continuidade da existência de referenciais memoráveis. Conforme destaca Jeudy,

A ideia de patrimônio apresenta-se como uma evidência. Assim como todo indivíduo viveria mal sem memória, também uma coletividade precisa de uma representação constante do passado. Apenas a gestão de um patrimônio e as escolhas de sua representatividade ainda escapam à coletividade que no entanto é a sua origem (JEUDY, 1990, p.06).

Como destaca Jeudy, o patrimônio cultural se dá através de escolhas do que será ou não preservado e essa escolha nem sempre emana da coletividade, mas em grande parte dos casos é fruto de escolhas e decisões do poder vigente, o Estado, órgão responsável pela gestão de políticas públicas para a salvaguarda desses símbolos.

“Por trás das preocupações habituais da salvaguarda dos patrimônios manifesta-se o desejo de valorizar as memórias coletivas das sociedades”, observa Jeudy (1990, p.01). Em busca de saciar esta vontade de memória observa-se o

fascínio pelo retro e a musealização do espaço urbano, que emerge do medo do esquecimento.

Em Ponta Grossa, a preocupação com a memória coletiva através da salvaguarda do patrimônio material edificado é uma discussão recente. Em nome do progresso e da modernização muito foi demolido sem uma reflexão ou preocupação com a representatividade de tais locais para a história e memória da cidade. Conforme destaca Dropa et al (2012, p.34) o que se se verifica em Ponta Grossa “[...] é que inúmeras edificações foram destruídas no passado, como não tendo valor nem estético, nem histórico, e neste Século XXI lamenta-se a perda de incomparáveis patrimônios”. A autora ainda observa que muitas vezes as demolições foram justificadas pelo discurso progressista e de modernidade, resultando na perda de elementos significativos para a memória local e que já não podem ser recuperados.

O exercício de se pensar no equilíbrio entre a permanência e a mudança leva ao princípio de que a perda de muitos elementos, que na maioria das vezes são difíceis ou impossíveis de serem recriados, conduz ao desaparecimento de determinados referenciais, fazendo com que o cidadão não encontre mais seu lugar na cidade, não se reconheça no seu meio ambiente (DROPA et al, 2012, p.34).

A Praça Marechal Floriano Peixoto, nosso objeto de estudo, passou por diversas transformações que em muitos momentos não levaram em consideração sua representatividade enquanto memória e história da cidade. Mesmo se tratando de um referencial para a memória da cidade, local onde a cidade iniciou seu processo de urbanização, como veremos de maneira mais detalhada nos capítulos 3 e 4.

Dropa destaca que pouco sobrou para representar a memória e história do centro histórico da cidade.

Ponta Grossa é uma cidade histórica. É ambíguo e redundante fazer tal afirmação, mas ela é feita para relevar a necessidade preservacionista na cidade, para relembrar algo da literal destruição por que passou muito da memória da cidade e para sublinhar a história local em qualquer interferência preservacionista. Modernização ora planejada, ora injustificável, foi responsável pelo desaparecimento (criminoso) da Catedral do Bispado, da Cervejaria Adriática, da Casa do Bispo e também de várias residências. Diz-se criminoso porque algumas edificações foram demolidas durante a noite, para evitar-se quaisquer tipos de protestos (DROPA et al, 2012, p.35).

É na década de 1990 que a cidade passa a se organizar em torno das discussões sobre a preservação do patrimônio cultural. A lei nº 6.183, de 23 de

junho de 1999 cria então o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Ponta Grossa - COMPAC e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. É a partir deste período que se percebe uma ampliação nos debates sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município.

Atualmente diversos pesquisadores tem se interessado pela história local e regional envolvendo as questões de memória e preservação patrimonial. Esses debates têm contribuído para estimular a apropriação e reconhecimento dos bens materiais e imateriais representativos para a cultura da cidade.

Em 2015 realizou-se o I Congresso do Patrimônio Cultural e Natural dos Campos Gerais e o II Simpósio Ponta-grossense de Patrimônio Cultural com a presença de pesquisadores, pessoas da comunidade e de instituições como a UEPG, Prefeitura de Ponta Grossa, Fundação Municipal de Cultura, Instituto de Planejamento Urbano de Ponta Grossa, Faculdades Ponta Grossa, Unopar, entre outras. É neste contexto também que se presencia a organização da sociedade civil através da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – APPAC - que tem por objetivo criar um debate permanente sobre as questões relacionadas ao patrimônio cultural e natural de Ponta Grossa e região.

Embora o despertar para a preservação do patrimônio cultural seja uma preocupação recente para Ponta Grossa, esta se constitui como ação importante para a valorização da história e da memória da cidade.

Sendo a cidade um espaço dinâmico, onde nem tudo pode ser preservado, a salvaguarda do patrimônio material se dá mediante escolhas da população e/ ou a de seus representantes. Quando esta escolha do que se deve ou não preservar se restringe apenas a específicos grupos, os bens culturais correm o risco de servir apenas aos interesses do capital, sem levar em consideração seu real valor cultural, histórico e de memória.

No próximo capítulo será observado o caminho metodológico da pesquisa e a importância das fontes documentais para a contextualização da praça no processo de urbanização de Ponta Grossa nas décadas iniciais do século XX. Depois partiremos para uma análise da praça a partir dos conceitos e perspectivas aqui trabalhados.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA

Neste capítulo serão identificados os aspectos metodológicos da pesquisa e a relevância das fontes de estudo (jornais, fotografia, códigos de posturas, álbuns Comemorativos) para a contextualização da Praça Marechal Floriano Peixoto no processo de consolidação da urbanização de Ponta Grossa nas três primeiras décadas do século XX e da identificação de elementos que se cristalizaram enquanto simbologias para a constituição de um lugar de memória.

2.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica consiste em desenvolver uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, através da análise das fontes documentais, a partir da hipótese de que a Praça Marechal Floriano Peixoto é um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa. Nesta perspectiva, a proposta consiste em, a partir do tempo presente, lançar um olhar sobre o passado no intuito de contextualizar a praça no momento de sua formação enquanto espaço urbano e identificar a cristalização de elementos simbólicos que possibilitem a verificação da proposição inicial deste trabalho de pesquisa.

Sobre os estudos exploratórios, segundo Gil (2002, p.41) tem-se que “estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Os estudos exploratórios “têm como objetivo principal o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p.41). Como aqui já há uma hipótese construída, o estudo exploratório aqui contribui para esta maior familiaridade com o problema e com o aprimoramento das ideias que impulsionaram a pesquisa.

Realizou-se, em um primeiro momento, um levantamento bibliográfico que possibilitou o aprimoramento dos conhecimentos relacionados ao objeto de investigação proposto. Foram observados estudos realizados por autores e pesquisadores sobre as temáticas: memória, lugares de memória, patrimônio cultural, cidade, modernidade e urbanização.

Optou-se por trabalhar com a pesquisa qualitativa por se tratar de uma metodologia que permite ao pesquisador uma flexibilidade no desenvolver dos métodos utilizados para a obtenção dos resultados diante dos objetivos propostos. “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2010, p.79). A pesquisa qualitativa requer rigor na fundamentação teórica que irá orientar a investigação. Vale salientar que:

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17).

Neves (2012) destaca que “o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal- espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador”. O recorte espacial desta pesquisa delimita enquanto objeto de estudo a Praça Marechal Floriano Peixoto. O recorte temporal compreende as três décadas iniciais do século XX. Neves (1996) considera que o recorte se faz importante para definir o campo e a dimensão em que se dará o trabalho de pesquisa.

Dentro da pesquisa qualitativa, será adotado o método de análise documental através da pesquisa em jornais, fotografias, códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos, fontes que irão contribuir para a compreensão da praça enquanto lugar de memória. Nesta perspectiva,

[...] a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo de longos períodos de tempo (NEVES, 2012, p. 03).

As fontes utilizadas fazem parte dos acervos da Casa da Memória⁶ Paraná e do Museu Campos Gerais⁷, espaços se responsabilizam por guardar acervos

⁶ A Casa da Memória Paraná foi inaugurada em setembro de 1995 e hoje está instalada no edifício da Estação Paraná, construído em 1894 para sediar a primeira Estação Ferroviária do Paraná. Este edifício foi tombado como Patrimônio Cultural do Paraná em 1990. Localizado na Rua Benjamim Constant, número 318, a instituição mantida pelo governo municipal abriga em seu acervo jornais do início do século XX, documentos, biografias, pesquisas sobre casas e prédios de valor histórico, fotografias, etc. (PONTA GROSSA, 2016).

documentais de grande valia para os estudos sobre a memória de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, sendo que o primeiro é administrado pelo governo municipal e o segundo pelo governo estadual, por intermédio da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No decorrer da pesquisa realizaram-se diversas visitas a estes espaços com a finalidade de reunir dados que pudessem contribuir com a análise aqui proposta.

A pesquisa contou ainda com um exercício complementar de observação do espaço da praça e de ensaio fotográfico que contribuiu para as reflexões e análises propostas na pesquisa o qual está inserido como apêndice (APENDICE A).

2.2. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E AS FONTES DE PESQUISA

A escolha das fontes de pesquisa caracteriza-se como aspecto essencial para o desenvolvimento do trabalho do pesquisador. As Ciências Sociais se distinguem das Ciências Exatas por não trabalhar com resultados exatos, pois tendo como objeto de pesquisa “o homem enquanto ser social” deve considerar que este é dotado de sentimentos e emoções. Isso implica no fato de que os resultados das pesquisas neste campo estarão relacionados às escolhas subjetivas com as quais será possível chegar até eles.

Segundo Barros (2012, p.441), a Fonte Histórica “[...] é o elemento que assegura uma base científica à História; ou, caso se queira evitar a interminável polêmica sobre a “cientificidade da História”, o que dá legitimidade ao discurso do historiador”. O autor também atenta para o fato de que qualquer afirmação feita pelo historiador “[...] deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes” (BARROS, 2012, p.441).

⁷ O Museu Campos Gerais, é administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e também conserva em seu acervo importantes documentos e fontes históricas da cidade e da região. Segundo informações do site da UEPG o acervo é uma iniciativa da sociedade civil pontagrossense, mediada por intelectuais (escritores, jornalistas, historiadores e professores) que na década de 1940 formavam o Centro Cultural Euclides da Cunha, com a intenção de “reunir bens culturais do patrimônio histórico da região dos Campos Gerais” Como o Centro Cultural não possuía condições de preservar o acervo entregou-o aos cuidados da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa, mais tarde entregaria a missão de preservação desta memória à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Hoje o Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha faz parte do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) do Departamento de História da UEPG (UEPG, 2016).

Cada pesquisa permite alternativas em um universo documental, de forma que a seleção das fontes é fruto de uma escolha do pesquisador e esta escolha deve estar adequada e sintonizada com o problema de pesquisa proposto. Assim,

O corpus documental pode ser definido como o conjunto de fontes que serão submetidas à análise do historiador com vistas a lhe fornecer evidências, informações e materiais passíveis de interpretação historiográfica. Sua constituição não é gratuita: implica em escolhas e seleções que deverão atender a determinadas regras e critérios (BARROS, 2012, p. 413).

Este “corpus documental” irá contribuir para a contextualização do objeto de pesquisa, o que constitui um fator fundamental para sua compreensão no tempo e no espaço.

Barros (2012) chama a atenção para a questão do “lugar de produção” do historiador ao qual podemos aqui transferir para o lugar de produção do pesquisador. Esse lugar de produção diz respeito aos diversos aspectos que conferem a inscrição do pesquisador na sociedade atual (sua formação, experiência, modo de vida, etc.). O autor explica que este termo lhe é emprestado de Certeau:

“Lugar de produção” foi a expressão que Certeau encontrou para expressar a ideia de que o historiador, em sua prática e operação historiográfica, escreve ele mesmo a partir de um lugar, de uma inscrição em uma sociedade e em uma comunidade historiográfica atualizada pela sua própria época [...] (BARROS, 2012, p.408).

Observando a relevância de cada uma destas prerrogativas referentes à escolha das fontes de pesquisa, elencou-se para este trabalho fontes como fotografias, jornais, os códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos do Paraná no período que compreende as três primeiras décadas do século XX. Estes materiais fazem parte dos arquivos da Casa da Memória e do Museu Campos Gerais, como será mais esmiuçado nos itens a seguir.

2.3 A PRAÇA EM NOTÍCIAS

Os jornais periódicos locais são fontes primordiais para a compreensão do cotidiano da cidade. Neles estão contidas informações que permitem um contraponto com as demais fontes utilizadas como a propaganda do progresso presente nas fotografias e nos álbuns ilustrados e o não cumprimento das leis estabelecidas pelo código de posturas municipais.

Embora se compreenda que as notícias também são recortes de realidade realizados por seus redatores, os jornais revelam acontecimentos do cotidiano como

as dificuldades da população em assimilar a nova cultura que se estabelecia na cidade de Ponta Grossa nas décadas iniciais do século XX e os desrespeitos às normas de posturas, revelando dificuldades de uma urbanização que ainda não compreendia todos os elementos necessários para uma vida na cidade, civilizada.

Assim, os jornais contribuem para esclarecer acerca do cenário de uma urbanização ainda nascente, muito frágil que não ocorria em um ritmo tão acelerado quanto o discurso progressista procurava legitimar. Se para a elite local da época tudo era muito moderno, tudo era novidade, a imprensa conseguia revelar outros aspectos como a falta de calçamento em algumas ruas, a presença de animais soltos nas ruas e praças, a falta de cuidado com o lixo, entre outras questões.

O jornal também revelava a visita de pessoas ilustres que vinham conhecer a cidade em progresso, trazendo detalhes sobre a recepção desses visitantes, nos quais por diversas vezes a Praça Marechal Floriano aparecia como lugar de destaque. Um dos fatores que contribuiu para que estas recepções fossem realizadas na praça era a composição do entorno deste espaço que compreendia parte importante da administração pública da cidade, a Igreja Matriz e o Hotel Palermo, que por sua posição geográfica dentro do território urbano hospedou muitas autoridades de renome que vieram a Ponta Grossa no início do século XX, como verificado na análise dos jornais.

Quanto à atuação da imprensa, no cenário nacional, a passagem do século XIX para o século XX marcava a transição da pequena para a grande imprensa nos grandes centros urbanos. “A imprensa passou a traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pela população, tornando-se o espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da sociedade” (BULCHOLDZ, 2007, p.23).

Em Ponta Grossa, a imprensa periódica nasce em meio ao contexto de modernização da cidade, no ano de 1907, com o jornal *O Progresso*, propriedade de Jacob Holzmann⁸, comerciante e maestro da banda Lyra dos Campos⁹.

⁸ Jacob Holzmann, russo alemão que chegou ao Brasil em 1877, então com dois anos de idade, fixou residência em Ponta Grossa em 1895. [...] Jacob fundou o “Cine Renascença” o mais importante da cidade durante as décadas iniciais do século XX. [...] Foi membro da Associação Brasileira de Imprensa. Foi regente de banda, de conjuntos musicais e até mesmo de orquestras sinfônicas. Faleceu em 1933, aos 58 anos de idade no Rio de Janeiro. (CHAVES 2001, p.55)

⁹ Banda Lyra dos Campos - banda musical que realizava retretas, espécie de concerto musical, na Praça Marechal Floriano nas tarde de domingo, no início do século XX.

O nome do jornal refletia os ideais da sociedade ponta-grossense naquele momento e o anseio de servir como um instrumento capaz de contribuir para que esses ideais se concretizassem no espaço urbano.

As características do jornal naquela época eram bem diferentes da estrutura de imprensa que temos hoje. A estrutura era simples, formada por textos dispostos em colunas, com um estilo telegráfico, como descreve Bulcholdz (2007, p.25):

O jornal de Holzmann nascia com cinco colunas, sem títulos ou fotos. Os textos seguiam o estilo telegráfico, com uma linguagem bastante pessoal e adjetivada, retratando com perfeição o jornalismo interiorano no início do século XX. As linhas que separavam as colunas também eram um recurso comum na época, contribuindo ainda mais para a aparência sisuda e carregada dos jornais.

O que as páginas dos jornais não revelam é que, embora a imprensa nascente fosse símbolo também do desenvolvimento urbano de Ponta Grossa, o jornal passava por dificuldades para desenvolver suas atividades.

As dificuldades gráficas de *O Progresso* eram imensas. O jornal era feito praticamente todo manualmente, o que obrigou a equipe a iniciar com uma periodicidade semanal, embora o anseio fosse o de produzir um jornal diário. O maquinário, assim como acontecia em praticamente todos os jornais interioranos, era resultado do descarte feito pelos grandes veículos de comunicação (BULCHOLDZ, 2007, p. 25-26).

Antes da consolidação da imprensa com o jornal *O Progresso*, alguns jornais tentaram se consolidar, mas encontravam dificuldades de se estruturar e de manter uma periodicidade, muitos não conseguiam passar do caráter panfletário. Produzir o jornal não era uma tarefa fácil, exigindo que para a impressão de uma página fossem separados os tipos letra por letra (BULCHOLDZ, 2007).

Mesmo com as dificuldades, o jornal ocupava um lugar importante na sociedade, pois era ele que registrava o cotidiano da cidade que se desenvolvia registrando os avanços da modernidade, mas também servindo como espaço de crítica para impulsionar as transformações necessárias para o desenvolvimento urbano.

Em 1913 passa a ser denominado de “Diário dos Campos”, nome que permanece até os dias atuais. O Diário dos Campos tornou-se tradicional, se consolidando como principal meio de comunicação da cidade de Ponta Grossa na primeira metade do século XX. Conforme descreve Chaves (2001a, p.67) “sem concorrentes e tratando cotidianamente das mais diversas questões locais, o jornal consolidou sua posição como um dos principais formadores de opinião na cidade”.

Assim, os arquivos dos jornais conservados parte na Casa da Memória e parte no Museu Campos Gerais colaboram para a reconstrução do cenário do cotidiano ponta-grossense no início do século XX.

2.4 A PRAÇA EM IMAGENS

As fotografias enquanto fontes essenciais para esta pesquisa revelam elementos simbólicos que corroboram para a reprodução da paisagem da Praça Marechal Floriano Peixoto no período aqui estudado, as três primeiras décadas do século XX. Dubois (2004, p.25) adverte que “[...] a fotografia, pelo menos aos olhos da doxa e do senso comum, não pode mentir. Nela a necessidade de “ver para crer” é satisfeita”.

Borges (2011, p.18) alerta que se imagens visuais “são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, é porque funcionam como mediadoras e não como reflexo de um dado universo sociocultural [...]”. As fotografias não são retratos fiéis de uma realidade, mas recortes dela que se dão pela escolha de quem as produz. Dentro desta perspectiva precisam ser analisadas dentro de um contexto em qual elas foram produzidas.

Optou-se pela utilização das imagens fotográficas do acervo da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais para pensar a Praça Marechal Floriano Peixoto no início do século XX. Muitos cidadãos ponta-grossenses possuem acervos particulares de fotografias antigas da cidade, mas aqui a intenção é verificar o que foi intencionalmente guardado na Casa da Memória, sendo material de acesso público.

Para Dubois (2004, p.15) “[...] não nos é mais possível pensar a imagem fora do ato que a faz ser”. A fotografia é feita diante de um ato de escolhas. Quando se opta por capturar através de uma câmera fotográfica um objeto ou uma paisagem o fotógrafo está produzindo um recorte da realidade, envolvida por uma ordem simbólica presente nesta escolha e que trará uma significação para aqueles que se dispuserem a contemplá-la. Neste sentido,

[...] a foto não é apenas uma imagem (o produto de uma técnica e de uma ação, o resultado de um fazer e de um saber-fazer, uma representação de papel que se olha simplesmente em sua clausura de objeto finito), é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico, uma imagem, se quisermos, mas em trabalho, algo que não se pode conceber fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima sem comprová-la literalmente: algo

que e, portanto, ao mesmo tempo e consubstancialmente, uma imagem - ato, estando compreendido que esse "ato" não se limita trivialmente apenas ao gesto da produção propriamente dita da imagem (o gesto da "tomada"), mas inclui também o ato de sua recepção e de sua contemplação (DUBOIS, 2004, p.15).

A fotografia estará, na eternidade de sua existência, ancorada ao referencial que a fez ser. Quando olhamos para as fotografias da Praça Marechal Floriano Peixoto do século XX observamos que ela guarda memórias de seu referente, com elementos que hoje já não compõe mais a paisagem atual da praça, mas que se transformam em vestígios, marcas capazes de evocar memórias coletivas acerca deste lugar. Conforme descreve Barthes (2010, p.13),

Dir-se-ia que a fotografia traz sempre consigo o seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no próprio seio do mundo em movimento: eles estão colados um ao outro, membro a membro, como o condenado acorrentado a um cadáver em certos suplícios; ou ainda semelhante a esses casais de peixes (creio que os tubarões, segundo diz Michelet) que navegam juntos, como que unidos por um coito eterno.

As imagens da Praça Marechal Floriano Peixoto, nas décadas iniciais do século XX, indicam a relevância deste espaço urbano enquanto símbolo do progresso e do desenvolvimento da cidade naquele momento. Uma reflexão sobre a produção fotográfica naquele período indica que esta foi uma das primeiras formas de comunicar o desenvolvimento da cidade, visto que a imprensa diária se estabelece em 1907 e é possível observar registros fotográficos do espaço da praça em períodos ainda anteriores a este, no século XIX.

A paisagem composta pela Praça Marechal Floriano Peixoto e a Igreja Matriz, localizadas bem ao centro da urbanização que se iniciou em Ponta Grossa, no ponto mais alto da cidade, configurava-se como a expressão máxima do progresso do local. Mas as fotografias da época estudadas, que se encontram nos acervos já referidos, possibilitam fazer um recorte de análise voltado para o belo e para o moderno, em que não se revelam aspectos que pudessem contrapor a noção do progresso. Optou-se, portanto, utilizar-se do estudo das fotografias juntamente com outras fontes de pesquisa que possibilitassem uma visão mais aproximada do processo de urbanização de Ponta Grossa no início do século XX, procurando aperceber-se também de suas lacunas. Assim, foram elencadas como fontes de estudo jornais periódicos, códigos de posturas e álbuns comemorativos do Paraná.

2.5 CÓDIGOS DE POSTURAS: A PRAÇA E A LEGISLAÇÃO VIGENTE EM 1891 E 1914

Os códigos de posturas, embora se configurem como uma forma de legislação que pode ou não ser cumprida pela sociedade, revelam inúmeros aspectos da organização da vida diária que estavam presentes no cotidiano da sociedade ponta-grossense nas três primeiras décadas do século XX. Sendo a praça um espaço público de sociabilização e, portanto, de uso coletivo, sua normatização de uso e ocupação estava ordenada pelas posturas municipais.

É importante ressaltar que os documentos elencados para o estudo, inserem-se no que se pode apontar como uma nova mentalidade relacionada à saúde, com bastante ênfase no final do século XIX e início do século XX, que ficou conhecida como “movimento higienista”. O movimento visava combater as condições de insalubridade na vida urbana com a preocupação de regularizar as situações de tratamento de água e esgoto, a iluminação de ruas e praças, a proibição de animais soltos nas ruas, com o objetivo de controlar as epidemias. “Muitos “higienistas” tomavam como referência a ideia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável por nosso atraso em relação à Europa” (GÓIS JUNIOR, 2002, p.48).

Para Ponta Grossa do final do século XIX, além da função higienista, os códigos de posturas serviam para controlar a dinâmica do espaço público, para educar a população para a vida civilizada. À medida que a cidade crescia, as regras que regiam o convívio da sociedade precisam estar normatizadas e registradas, o que possibilitava à administração pública manter um controle sobre a população. Nesta perspectiva,

[...] os códigos de posturas municipais ou como era inicialmente chamado de posturas policiais, criados a partir do século XIX, podem ser considerados como uma tentativa de normalizar, normatizar, regulamentar a sociedade através de uma constante vigilância sobre os atos e comportamentos dos indivíduos (SCHMACHTENBERG, 2008, p.06).

O primeiro código de posturas de Ponta Grossa é redigido no ano de 1891, pelo primeiro prefeito republicano de Ponta Grossa: Coronel Claudio Gonçalves Guimarães. Neste período, a cidade dava seus primeiros passos rumo ao processo de urbanização que seguiria de forma acelerada nas primeiras décadas do século XX.

“Servirá este livro para nelle ser cupiados o Código de Posturas da Intendência, e mais decretos, suas folhas são numeradas e rubricadas” (CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS, 1914, p.01). O código de posturas redigido pelo então prefeito Coronel Claudio, em 2 de janeiro de 1891, irá vigorar até 1914 quando um novo código é redigido.

Formado por 28 títulos, compostos por 168 artigos que normatizavam a vida no ambiente urbano, o primeiro Código de posturas de Ponta Grossa previa ainda a cobrança de impostos sobre a utilização dos espaços e sobre a prestação de serviços. Conforme observa Sá (2010):

Esses códigos, em princípio, se constituíam em um corpo reduzido e simples de normas regulatórias da convivência na cidade, contudo tornaram-se cada vez mais complexos, à medida que o crescimento e o desenvolvimento social se iam processando e o sistema político da cidade [...] sofria alterações (SÁ, 2010, p. 278).

O fato de aparecerem estes documentos como um corpo reduzido e simples, conforme observa Sá, permitem observar como a cidade ainda não era algo tão estruturado, pois construía a partir deste e de outros elementos os seus parâmetros iniciais. Mas, se por um lado o Código de Posturas no tempo presente possa parecer um documento simples, para o contexto da cidade entre os anos de 1891 e 1914, o documento se apresentava como algo complexo, abrangendo uma variedade de temas como impostos municipais, uso de ruas, praças e fontes, normatização de edificações, entre outras, como se verifica no quadro 1:

QUADRO 1 – TÍTULOS DOS ARTIGOS DO CÓDIGO DE POSTURAS 1891

1	Impostos Municipaes;
2	Edificação Urbana;
3	Edificação fora do circulo urbano;
4	Polícia das ruas;
5	Sobre todos aquelles que vendem ao publico à retalho e por atacado,
6	Bilhar e casas de jogos;
7	Venda de gêneros, remédios e drogas,
8	Objectos que ofendem a moral e aos bons costumes;
9	Sobre correrias e alaridos;
10	Sobre compras de objectos;
11	Sobre economia e leis dos açougues e matadouros;
12	Cemitérios e enterros;
13	Armas prohibidas;
14	Vacina;
15	Providências sobre incêndios,
16	Sobre estradas e pontes;
17	Esmolas e folias;
18	Corridas de cavallos;
19	Transito de carros;
20	Batuque e fandangos;
21	Polícia das fontes;
22	Terras de planta;
23	Sobre terrenos de criar em comum;
24	Sobre objetos de 1ª necessidade por ocasião de carestia;
25	Venda de gêneros alimentícios em circunstancias ordinárias,
26	Sobre mascates e joalheiros;
27	Arrecadação de impostos;
28	Disposições geraes sobre o cumprimento de diversos artigos de posturas e providencias para a boa arrecadação das rendas.

Fonte: Código de Posturas 1891 - Acervo Casa da Memória Paraná

A primeira parte do documento traz disposições sobre a cobrança de impostos municipais. Os impostos são um indicativo de que a vida urbana implica em uma administração e que requer capital para a realização das obras e manutenção dos espaços públicos. Os impostos recaem sobre as construções (sejam elas residenciais ou comerciais), o comércio (compra e venda de mercadorias), a prestação de serviços no território urbano, etc.

O título de número 4, denominado “polícia das ruas”, tratava da normatização do uso de espaços públicos como ruas e praças. Os artigos nele contidos traziam proibições como: “Fazer escavações nas ruas e praças”; “Levantar andaimes nas ruas e praças sem licença do fiscal e não demoli-los logo que seja desnecessário”; “Ter materiaes depositados nas ruas e praças sem licença do fiscal”. O documento previa punição em caso de descumprimento destas normas:

Aos que depositarem ou mandarem depositar nas ruas, praças, ou terrenos vãos da cidade lixo, águas sujas, garrafas ou vidros quebrados ou animais mortos, ou qualquer outros objetos prejudiciais ou nocivos a salubridade pública, a penalização com multa e obrigação de fazer a limpeza ou transferência a sua custa ((CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1981, p. 04).

Analisando os títulos podemos perceber que já no final do século XIX a preocupação com os espaços como ruas e praças, locais públicos, aparecem entre as preocupações que exigiam a normatização através das posturas municipais. Apesar de se apresentarem como espaços de uso coletivo dentro do espaço urbano, tais espaços apresentam finalidades específicas e regras de utilização e conservação.

Em 1914 um novo código de posturas é redigido. Analisando este material percebemos que ele apresenta uma estrutura diferenciada do anterior. Em suas primeiras páginas o documento traz uma descrição da cidade de Ponta Grossa falando de sua extensão e limites e descrevendo o quadro urbano da cidade, uma apresentação com estrutura mais elaborada que o modelo inicial.

O documento está organizado em cinco capítulos, seis títulos e 126 artigos. O Capítulo 1 - "Limpeza da cidade, tranquilidade e segurança pública" - trata de questões relacionadas ao uso dos espaços públicos. Ao poder municipal representado naquele momento pela Câmara cabe a limpeza e o embelezamento desses espaços. Assim, conforme o artigo 3º:

A Câmara arborizará as ruas e praças da cidade, quando julgar conveniente, e fará a conservação d'aquellas, sendo os proprietários ou inquilinos obrigados a zelarem das árvores plantadas na frente de suas moradias, sob pena de 5\$000 reis de multa (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1914, p. 02).

Vale ressaltar que as regras contidas nos códigos de posturas eram feitas para inibir práticas existentes na sociedade da época. Aos moradores cabia a tarefa de zelar pelo espaço público e respeitar as normas estipuladas para o uso coletivo, estando sujeitos ao pagamento de multas e outras punições previstas na normatização. Como podemos observar no artigo quatro: "Aquele que for encontrado em flagrante delicto de destruição ou estrago das árvores plantadas nas Ruas e praças, será punido com 10\$000 de multa, além de pagar o dano causado (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1914, p. 02)". Na sequência temos um artigo único que complementa as disposições propostas no artigo 4: "Estas disposições referem-se também aos cercados que protegem as mesmas árvores,

sendo nesse caso punido a infração com 5\$000 reis de multa (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1914, p.02)".

O Título II - "Da higiene e salubridade pública" traz questões que estão relacionadas com a limpeza da cidade. Neste título apareciam proibições referentes ao uso de fontes e chafarizes, a criação de porcos nos quintais dentro do quadro urbano, de deixar água estagnada, a obrigatoriedade de vacinação de crianças, etc. Atitudes como lavar roupas ou animais nas fontes e chafarizes eram situações que precisavam ser banidas, como vemos no artigo 45:

É prohibido lavagens de roupas, deixar imundícies, danificar ou obstruir as fontes ou encanamentos de água potável; pena: 15\$000 reais de multa, além da limpeza. [...] A mesma pena será imposta áquelles que lavarem roupas, carros, cavalos, banharem-se ou derem de beber a animaes nos chafarizes públicos da cidade (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1914, P.10).

Outra atitude que parecia de difícil assimilação aos ponta-grossenses do início do século XX é o cuidado com o lixo. O costume de jogar lixos e restos de animais em locais públicos como as ruas e as praças, embora já estivesse proibido pelo Código de Posturas de 1891, está constantemente presente nas notícias dos jornais. O novo código, redigido em 1914, mantém a normatização, como mostra o artigo 46: "É prohibido lançar águas servidas, lixo, aves ou animaes mortos ou qualquer outro detricτος nas ruas, praças, sarjetas e estradas e em lugares próximos a fontes d'água; pena: 15\$000 reis de multa e a remoção a custa do infractor" (CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS, PONTA GROSSA, 1914, p.02)".

O Título III - "Das construções e edificações dentro do quadro urbano". Para que a cidade pudesse manter um padrão de estruturas as edificações também precisam obedecer a padrões preestabelecidos que regravam tanto os espaços em que seria possível construir quanto os padrões para a edificação de prédios residenciais e/ou comerciais.

A abertura de ruas e instituição de praças também estava normatizada pelas posturas municipais. Assim, conforme o artigo 75 e 76:

Todas as ruas e travessas que forem abertas, dentro do perímetro urbano, terão no mínimo treze metros e vinte centímetros (13,20) de largura. Fora do perímetro urbano as ruas terão dezoito metros (18,00) e as avenidas vinte e cinco metros (25,00) pelo menos, de largura.

As praças e largos deverão ser, sempre que o terreno permitir, quadrados, retângulos perfeitos, ou outras figuras regulares e symetricas.

Art. 76. Não será permitida a divisão de terreno em praças, ruas ou avenidas, sem que previamente sejam apresentados a prefeitura Municipal, em duas vias, a planta e os perfis longitudinal e transversal, cotados e requisitado a necessária licença, que será si as ruas, avenidas e praças

apresentam ângulos inconvenientes em seus alinhamentos, não estiverem nas condições do art. Anterior ou si oppuzerem ao plano geral de arruamento organizado pela Municipalidade. A divisão de terrenos procurará sempre aproximar-se da forma de quadrados ou de retângulos pouco alongados (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1914, P.13).

Analisando estes aspectos contidos nos códigos de posturas do município de Ponta Grossa, pode-se considerar que estes são documentos capazes de apontar características importantes da vida no ambiente urbano no início do século XX, pois através deles percebem-se múltiplas características da vida cotidiana na sociedade que se urbanizava e se modernizava.

Diferente da vida rural, nas fazendas, onde cada um estabelecia normas próprias dentro de suas propriedades privadas, a vida na cidade se constituía pelo uso coletivo de serviços e espaços que precisam ser regidos por acordos coletivos que garantissem uma ordem vigente. Neste sentido o código de posturas é criado para organizar a vida na cidade que naquele momento se configurava em ruas e praças como seus principais espaços públicos.

2.6 A PRAÇA E O PROGRESSO: ÁLBUNS COMEMORATIVOS DO PARANÁ 1923 E 1927

Além das fontes já citadas anteriormente, este trabalho de dissertação compreende ainda a consulta aos álbuns comemorativos do Paraná dos anos de 1923 e 1927, que fazem parte do acervo do Museu Campos Gerais.

Em um momento em que o estado do Paraná buscava legitimar sua imagem de modernização e progresso, os álbuns se constituíam como um importante instrumento de propaganda. Os textos neles contidos enalteciam o Paraná suas riquezas naturais e o trabalho de sua gente e as fotografias ilustravam o discurso, imprimindo um ar de veracidade às palavras ali escritas.

Os álbuns eram confeccionados em papel de boa qualidade e encadernados com capa dura, como uma espécie de “edição de luxo”. O material impresso em gráfica era um símbolo da modernização e do progresso, visto que este tipo de material não era algo tão comum para a época. Levando em consideração que nos anos de 1891 e 1914 documentos importantes como os códigos de posturas eram redigidos manualmente, podemos ter uma ideia do que este material representava: era o próprio símbolo do progresso anunciando o progresso.

Ponta Grossa com seu “ilustre” desenvolvimento e com a importância que ele representava para o Estado do Paraná aparecia em destaque nas páginas dos álbuns. Para confeccionar um material de qualidade era preciso se especializar nos grandes centros. Com este intuito José Pedro Trindade, fotógrafo ponta-grossense segue para o Rio de Janeiro para se especializar na arte da fotografia e produzir as imagens para a confecção do Álbum Comemorativo do Paraná, como ele mesmo relata no texto contido no Álbum de 1927:

A jovem “Princesa dos Campos” será ou melhor é o orgulho de todo paranaense como o é o autor destas linhas. Há seis anos precisamente, deixei aquella cidade seguindo para o Rio de Janeiro, onde fui habilitar-me na arte photographica, afim de confeccionar o “Album do Paraná”, vehiculo de propaganda das nossas riquezas naturaes, das nossas industrias, comércio, lavoura, e ao tornar áquella promissora qual não foi a minha admiração ao ver aquella cidade estender-se aos quatro pontos cardeais, como um prodígio graças à acção conjunta dos senhores Industriaes, Commerciantes, Artistas, a Imprensa, e a colaboração efficaz das colônias estrangeiras (ÁLBUM DO PARANÁ, 1927).

O Álbum de 1927 dedicava um espaço de 45 páginas para a cidade de Ponta Grossa. Nas páginas estavam registrados indicadores da cidade que traziam a diversidade de serviços e atividades comerciais, bem como a localização de cada um deles no quadro urbano. Em seguida, sobre o título “Ponta Grossa e a sua evolução” seguia um texto redigido de forma a enaltecer a cidade, trazendo os pormenores do progresso vivenciado e imagens que ilustravam esse progresso. Ainda se dedicavam diversas páginas para registrar a biografia de alguns personagens de destaque para a cidade, em sua maioria, industriais e comerciantes.

“Ponta Grossa, cujo progresso é maravilhoso e surpreendente, está fadada a se tornar um dos mais importantes empórios centraes da América do Sul, devido à sua grandeza industrial e comercial e à sua posição topográfica” (ÁLBUM DO PARANÁ, 1923). E se Ponta Grossa apresentava lugar de destaque para o Paraná a Praça Marechal Floriano Peixoto representava um lugar de destaque para Ponta Grossa:

Ao visitante que chega pelo Norte causa sensação a vista do casario em estylo moderno, que se alastra das faldas ao cimo da collina, onde se encontra a Praça Floriano Peixoto, artisticamente ajardinada e onde se ergue a Igreja Matriz, numa altura de 947 metros acima do nível do mar (ÁLBUM DO PARANÁ, 1927).

A praça “artisticamente ajardinada”, essa expressão possibilita imaginar a praça relacionada a uma obra de arte, contracenando com o casario em estilo moderno, simbolizando o desenvolvimento e unido a igreja que se ergue, elevando a

praça a um patamar de espaço sagrado. Dentro da composição textual cria-se uma aura na qual a praça está envolvida.

Os álbuns comemorativos se configuravam como forte instrumento de propaganda, buscando convencer os seus leitores de que o Paraná era um lugar evoluído, progressista, lugar bom para se morar e bom para investir. E dentro deste contexto a Praça Marechal Floriano Peixoto aparecia como expressão do progresso e do desenvolvimento da cidade.

O terceiro capítulo propõe-se a problematizar a urbanização da cidade fazendo um contraponto entre os dados coletados nas fontes documentais apresentadas.

CAPÍTULO 3

A PRAÇA NO CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO DE PONTA GROSSA NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Este capítulo tem por objetivo compreender a formação urbana da cidade de Ponta Grossa e a importância da Praça Marechal Floriano Peixoto no contexto das três primeiras décadas do século XX.

3.1. PONTA GROSSA: A PRINCESA DOS CAMPOS

Para compreender como a Praça Marechal Floriano Peixoto se tornou um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa considera-se necessário rebuscar o momento em que este espaço adquiriu a função de praça, enquanto importante espaço de demarcação na paisagem urbana e lugar de sociabilização da comunidade. Para isso optou-se por trazer uma contextualização histórica da praça mediante a urbanização da cidade a partir do percurso da primeira à terceira década do século XX, momento em que outros espaços vão assumir o caráter de sociabilização da comunidade e que a Praça Marechal Floriano Peixoto deixa de ser o espaço sociável por excelência e passa a agregar elementos que a imprimem uma nova função: a de lugar de memória.

Região rica em pastagens, Ponta Grossa no início do século XVIII representava “um dos pontos mais requisitados para a invernagem do gado que era transportado pelo Caminho das Tropas, que ligava os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul ao principal mercado de gado de então, Sorocaba (SP)”. (KNEBEL, 2001, p.310). Tal característica confere também à cidade o título de Princesa dos Campos.

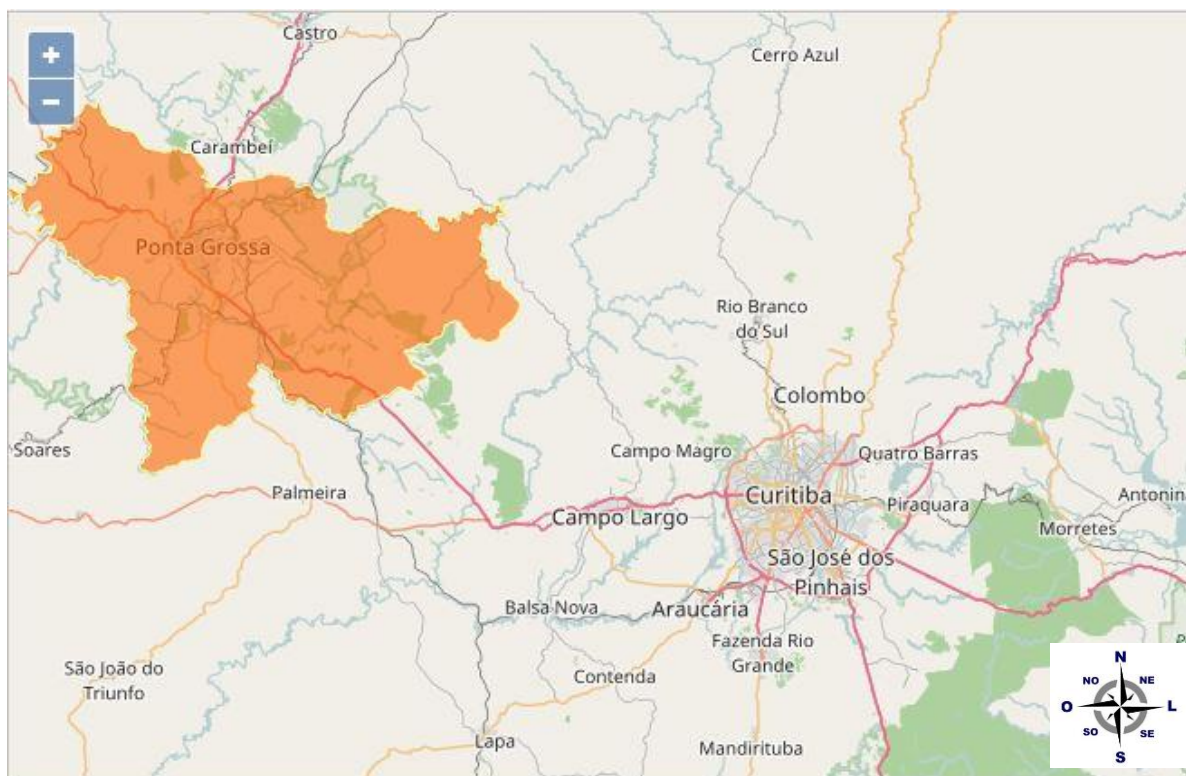


FIGURA 3 - MAPA LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE PONTA GROSSA – PARANÁ

Fonte: Open Street Map

O desenvolvimento comercial e de serviços foram ocorrendo gradativamente devido ao fato de a região se estabelecer como ponto de passagem obrigatória para os tropeiros, o que impulsionou o surgimento de uma pequena vila.

Gradativamente, formaram-se povoados constituídos por pequenos comerciantes que visavam atender a estes tropeiros. Neste contexto surgiu, em meados do século XVIII, o vilarejo de Ponta Grossa, assim denominado por encontrar-se sob um capão da ponta grossa (KNEBEL, 2001, p.310).

O tropeirismo também contribuiu para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. “Com o privilégio de localizar-se nas margens do Caminho das Tropas, a Princesa dos Campos foi progressivamente se transformando em um dos pólos pecuaristas mais importantes da região dos Campos Gerais” (KNEBEL, 2001, p. 311).

Atendendo os ideais emancipatórios em 1823 Ponta Grossa é elevada a freguesia e em 1862 alcança sua autonomia política. Pelas características já apresentadas anteriormente, relacionadas ao tropeirismo, a sociedade ponta-grossense foi se organizando em torno de atividades econômicas ligadas ao transporte, comércio e criação de animais que se dava na região Sul do Brasil e seguia para São Paulo.

“A expansão de Ponta Grossa iniciou-se pela ocupação da parte mais alta da cidade (900 - 980m). Os primeiros eixos viários originaram-se no centro da cidade

de forma tentacular e radial, obedecendo aos espigões do relevo” (CHAVES, 2001b, p.12).

Nesta parte mais alta foi construída a Matriz de Sant’Ana, que inicialmente era uma pequena capela de madeira. Junto à Matriz um largo se destacava enquanto espaço de sociabilização para a sociedade que ali se desenvolvia. Por se localizar na parte alta do território “as ruas desciam em ladeiras pelos quatro cantos”, as casas em sua maioria eram construídas em madeira e poucas eram as que se destacavam enquanto construção em alvenaria. Neste período era comum a existência das lojas de secos e molhados para atender as necessidades de habitantes e viajantes (CHAMMA, 1988).

Até os fins do século XIX “a cidade se constituía em um típico vilarejo dos tempos do império. A sua população era composta por fazendeiros, negros escravos e/ou libertos, alguns modestos comerciantes e profissionais que atendiam as demandas das grandes fazendas que existiam ao seu redor” (CHAVES, 2006, p.15).

Com a chegada da ferrovia, no final do século XIX, a cidade tem o seu processo de urbanização acelerado e a paisagem urbana vai se transformando com a criação de praças, calçamento das ruas e o crescimento do comércio.

A instalação do complexo da ferrovia em Ponta Grossa determinou a configuração da estrutura urbana da cidade. Entre os anos de 1893 e 1920, todas as instalações da rede ferroviária e as linhas de acesso localizavam-se ao longo da periferia da cidade. Com o crescimento da área urbana, que durante a primeira metade do século XX ocorreu principalmente em função da ferrovia, parte da ocupação habitacional aconteceu nas margens das linhas férreas e nas proximidades dos equipamentos da rede, de maneira semelhante a muitas cidades que fazem ou fizeram parte da malha ferroviária brasileira (MONASTIRSKY, 2001, p.40).

Ponta Grossa estava crescendo e, no final do século XIX, já estava com uma população de quase oito mil habitantes. Embora contasse com uma população já significativa o seu aspecto não era atraente, “[...] o casario de madeira: tábuas de pinho simples e escuras davam um aspecto de pobreza à cidade” (CHAMMA, 1988, p.43).

Mas nas décadas que seguem Ponta Grossa se vê diante de um novo cenário: o ideal de urbanização e de progresso advindos do governo republicano, bem como de ideais iluministas, positivistas e de outras influências advindas do modelo europeu, que irão impulsionar o desenvolvimento da cidade e a transformação de seus espaços.

3.2. MODERNIZAÇÃO DE PONTA GROSSA: O DISCURSO MATERIALIZADO NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XX, considerando-se aqui suas três primeiras décadas, a cidade de Ponta Grossa passa por um processo de transformação em seu território assumindo características de uma cidade civilizada. O desenvolvimento urbano é acompanhado pelo desenvolvimento comercial, pela chegada da ferrovia, pela assimilação de uma nova cultura, por uma reestruturação do poder com a substituição do Império pela República, somados a outros fatores que compõem o cenário mundial e nacional. Os discursos e ideologias vigentes neste período irão materializar-se em espaços e lugares.

O discurso vigente, que rege a modernização da cidade naquele momento, não é um discurso com características apenas locais, mas sofre influência de fatores nacionais e internacionais como a Revolução Industrial do século XVIII, o fortalecimento do sistema capitalista, o processo de globalização, a proclamação da república e os ideais iluministas.

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII se constitui como um marco para a modernidade. Para além das grandes transformações econômico-sociais como a substituição das ferramentas manuais pelo maquinário, a força de trabalho humano pela energia motriz, o modo de produção artesanal pelo sistema fabril, a Revolução Industrial se configura como a consolidação do sistema capitalista. A partir de então ocorre uma reorganização da economia no mundo que se fortalece durante o século XIX.

O novo sistema traz consigo uma nova dinâmica, que irá superar o mercantilismo, representando uma nova forma de vida que ultrapassa o caráter financeiro, como a instauração de uma nova cultura, o rompimento com antigos costumes e tradições, a organização da sociedade em classes sociais.

É a partir da Revolução Industrial que se tem início a produção em larga escala, atraindo a população para o trabalho fabril e fomentando o desenvolvimento das cidades. Conforme observa Le Goff (1990)

Com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a revolução industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos pólos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa reclamam-se ou são rotulados de "modernismo" – termo que marca o

endurecimento, pela passagem a doutrina, de tendências modernas até então difusas; o encontro entre países desenvolvidos e países atrasados leva para fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos os problemas da "modernização", que se radicalizam com a descolonização, posterior à Segunda Guerra Mundial; para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a "modernidade" (LE GOFF, 1990, p.180).

Com a Revolução Industrial, o desenvolvimento e o progresso passam a ser financiados pelo capital, o que vai culminar com o fortalecimento do sistema capitalista em escala global. Como mencionado por Le Goff no trecho acima, o encontro dos "países desenvolvidos" e "países atrasados", diante desta dinâmica da mundialização, ocasiona a importação do modelo de modernização da Europa e dos Estados Unidos para os países ditos "atrasados". "É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização" (NORA, 1993).

Todo esse contexto da Revolução Industrial, do fortalecimento do sistema capitalista e da globalização irá refletir diretamente no contexto nacional brasileiro e consequentemente na urbanização das cidades, como foi o caso de Ponta Grossa no início do século XX. "No Brasil, a modernidade, frequentemente, é vista como algo que vem de fora e que deve ou ser admirado e adotado, ou, ao contrário, considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo", conforme observa Oliven (2001, p.03). As ideias chegam ao Brasil por meio dos intelectuais que buscam na Europa o modelo de cultura já adiantada em termos de modernidade. Oliveira Viana (1933) destaca que a evolução social do Brasil, se dá por meio do urbanismo:

O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial (VIANA, 1933, p.55).

Ponta Grossa, a Princesa dos Campos, também apresenta em período anterior ao século XX, essa característica constatada por Viana a respeito da formação do Brasil. É do campo que virão essas bases em que serão desenvolvidas as estruturas urbanas. No início da formação do Município uma elite rural vai adquirindo residências na cidade que se desenvolve e é essa elite que forma, em seu início, o poder dominante de Ponta Grossa.

Até o século XVIII, o Brasil era um país essencialmente agrícola, com a economia proveniente das fazendas e do engenho e é a partir deste momento da história do Brasil que a urbanização passa a ser desenvolvida, tratando-se inicialmente mais de um processo de geração de cidades, que efetivamente um processo de urbanização. Foi necessário mais de um século para que o processo de urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características que conhecemos hoje (SANTOS, 1993).

É neste contexto apresentado por Milton Santos que a cidade de Ponta Grossa no início do século XX tem o seu processo de modernização e urbanização iniciado, com uma cultura ainda muito ligada as tradições advindas dessa forma de vida mais agrícola. A modernização da cidade toma como referência os países Europeus, considerados mais adiantados.

A transição do regime político brasileiro monárquico para o republicano, com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, também consiste em um fator importante para a análise do contexto de urbanização da cidade de Ponta Grossa. O novo regime político põe fim à soberania do imperador Dom Pedro II, instaurando no Brasil a forma de regime político republicano federativo presidencialista e uma nova estrutura administrativa se forma (GOIRIS, 2013).

Vale ressaltar que há uma extensa bibliografia que indica a preocupação com elementos territoriais, educacionais, comunicacionais, bem como outras questões que remetessem à formação de uma nação pujante e promissora desde o século XIX, enquanto obra do então Império brasileiro. Entretanto, no regime republicano, a busca pela sua legitimidade política está assentada na própria afirmação do que se poderia denominar de elite dominante. Assim: “O período de 1889 até 1930 é chamado de ‘República Velha’, também conhecida como ‘Primeira República’, República dos Bacharéis e ainda como ‘República Maçonica’” (GOIRIS, 2013, p.153). José Murilo de Carvalho (2002) atribui ainda mais um título a República Velha, a República dos Coronéis. Para o autor esse primeiro momento do novo regime político não trazia grandes alterações em relação ao antigo regime.

Fugindo da divisão costumeira da história política do país, englobo em um mesmo período o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930). Do ponto de vista do progresso da cidadania, a única alteração importante que houve nesse período foi a abolição da escravidão, em 1888. A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis. Mesmo assim, a incorporação foi mais formal do que real (CARVALHO, 2002, p.17).

A República prevê a administração do território em três instâncias: a Federal, com a eleição do presidente; a Estadual, com a eleição dos governadores e a Municipal, com a eleição de prefeitos. Com a República os prefeitos passam a ser escolhidos obrigatoriamente através do voto dos cidadãos. E a economia passa a gerir as decisões do Estado.

O novo regime levou a acumulação de capital a patamares mais elevados, o que foi feito em associação com o capital estrangeiro. Houve uma nova substituição de importações, de modo que atualmente se produzem quase todos os bens de consumo dentro das fronteiras nacionais, vários deles sendo inclusive exportados e, entre esses, bens estão os bens simbólicos. O Brasil passou por um processo de desenvolvimento desigual e combinado, criando um quadro em que há simultaneamente uma miséria extrema e elementos de progresso técnico e de modernidade. Configura-se uma nova situação do ponto de vista econômico, político e cultural (OLIVEN, 2001, p.09).

Com o regime republicano os ideais de “ordem e progresso” passam a estabelecer uma nova ordem no Brasil. Para a cidade de Ponta Grossa no final do século XIX e início do século XX esses ideais passam a ser traduzidos na construção de uma “cidade civilizada”. É final do século XIX que a cidade de Ponta Grossa começa a presenciar os primeiros indícios do processo de modernização de seu espaço como a criação de praças, calçamento das ruas, o desenvolvimento do comércio e a instalação de indústrias e a construção da ferrovia entre 1893 e 1896. A primeira praça a ser urbanizada é a Praça Marechal Floriano Peixoto. É este espaço que servirá como referência para a concretização dos discursos de urbanização e modernização que se encontram em efervescência. Assim a estilização da Igreja Matriz na década inicial do século XX, as novas construções como residências, casas comerciais e prédios ligados à administração pública e a própria construção da praça são resultados de um discurso vigente, proveniente de um contexto local, nacional e internacional anunciando o desenvolvimento e o progresso.

A Praça Marechal Floriano Peixoto, em conjunto com a Igreja Matriz, se encontrava em posição central diante deste processo, fator que contribuiu para que fosse um dos primeiros locais a passar por transformações advindas dos ideais de ordem e progresso. Chaves (2001b, p.12) ao discutir o processo de ocupação urbana de Ponta Grossa destaca a disputa que se dava pelo espaço social:

Dessa forma, pode-se compreender como a região central da cidade, onde localizava-se o centro histórico com seus símbolos de poder no período estudado - prefeitura, catedral, fórum, cadeia etc - era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político

e a economia regional. A população de menor poder aquisitivo e os imigrantes pobres foram para áreas periféricas, os arredores e colônias, fixadas fora do perímetro urbano e compostos por terra de má qualidade (CHAVES, 2001b, p.12).

Parte integrante do centro histórico, espaço da elite pontagrossense, a Praça Marechal Floriano Peixoto é um dos primeiros espaços públicos que irá refletir a materialização deste discurso progressista. Colocação do calçamento, tratamento paisagístico, a construção do coreto onde eram realizados eventos culturais fazem com que a praça se torne uma opção de espaço sócio-cultural utilizada por grupos religiosos, políticos, militares e econômicos.

Conforme observa Chaves,

No início do século XX, o Brasil passava por transformações profundas e tentava, em meio a tensões, questionamentos e conflitos, compreender os novos símbolos, ritmos, valores e sentidos próprios a tal modernidade capitalista. Nesse contexto, o Paraná, estado ainda em fase de formação e em busca de uma integração nacional, acompanhou surpreso ao florescimento de um vigoroso centro urbano e industrial na tradicional região dos Campos Gerais (CHAVES, 2006, p.09).

Chaves (2006) ainda destaca que é a partir da chegada da ferrovia – Estrada de Ferro Paraná e Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – que Ponta Grossa se transforma. É a partir deste momento que a cidade apresenta um significativo crescimento populacional, a ampliação e modernização do quadro urbano, a incorporação de novos hábitos e costumes à população. No contexto do início do século XX, as atividades comerciais e industriais, favorecidas pelo transporte ferroviário, assumem a posição, conforme as palavras de Chaves, de “sustentáculos” da economia local.

No setor comercial destacavam-se estabelecimentos como a Sociedade Anonyma Exportadora Sonyra, maior empresa de exportação de madeira de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX; Casa Sávio, atuava na compra e venda de erva-mate, madeira, couro, entre outros produtos, seu proprietário era também representante de automóveis e intermediava a compra e venda de terras no Paraná; Carvalho e Oliveira comercializava molhados em geral, ferragens, louças, couros, drogas, ceras, lã, etc.; Pedreiras Moro, fornecedora quase exclusiva das pedras utilizadas para o calçamento da cidade; Alfaiataria Biela, tradicional alfaiataria masculina de Ponta Grossa; Casa Alfredo, joalhareia e relojoaria; Pharmacia Minerva, comercializava medicamentos e artigos dentários; André Justus e Cia, armazém de secos e molhados, cereais, ferragens, louças, tinta, etc.; J. David Justus atendia no

varejo e atacado como representante de bebidas; Casa Villela, dedicava-se a importação e exportação de inúmeros produtos; Casa Gambassi vendia tecidos, vestuário e armarinhos no atacado e varejo; Casa da Moda, atendia no ramo do vestuário masculino; Casa Romano, relojoaria e ourivesaria.

Ainda no início do século XX Ponta Grossa destacou-se na implantação de uma estrutura industrial. A cervejaria Adrioática, fundada em 1893, configurou-se como um marco inicial. Além da cervejaria, Fábrica de Fogos São Pedro, Cia. Industrial Mercedes (fabrica de pregos, dobradiças, parafusos, rebites, arruelas, prensas etc.), Hervateria Pontagrossense (beneficiamento da erva-mate), Serraria Olinda, Marcenaria Pinkowski e Indústrias Pharmaceuticas Pontagrossenses, compreendiam o cenário industrial de Ponta Grossa na década de 1920 (CHAVES, 2006).

Diante de fatores como a ferrovia, o desenvolvimento da indústria e do comércio, o processo de urbanização e o crescimento da população, em 1920, Ponta Grossa encontra-se entre as mais importantes cidades do interior do Estado do Paraná, apresentando um desenvolvimento significativo.

Na década de 1920, o sonho do progresso estava se realizando. Ponta Grossa já era a mais 'próspera' cidade do interior do estado, pois contava com equipamentos incomuns para a época: calçamento, telefone, água encanada, rede de esgoto, hospital e possuía uma vida cultural intensa. O processo de urbanização de Ponta Grossa, nesse período, foi acelerado, em comparação aos demais municípios do Paraná. Segundo o IBGE, IPAEDS (1993), no ano de 1930, apenas três municípios apresentavam taxas de urbanização superiores a 30%: Paranaguá com taxa superior aos 30%, Curitiba acima dos 50%, e o município de Ponta Grossa com taxa de urbanização superior a 75% (MONASTIRSKY, 2001, p.45).

O crescimento da cidade neste período também é confirmado pela forte movimentação financeira, como se pode observar no fragmento de texto retirado do Álbum Comemorativo do Paraná do ano de 1927:

A vida urbana de Ponta Grossa já está fazendo échos nos países civilizados, chamando a atenção do mundo financeiro pelos números estatísticos da exportação, importação, e o agitado movimento bancário conforme verificamos nas agências dos Bancos do Brasil, Francez e Italiano, Nacional do Commercio, Pelotense, e as casas correspondentes do London Banck, River Plate Banck, Allemão Transatlântico, Di Napoli, Hamburgo, Caixa Geral das Famílias, e muitos outros que mantêm constantes transações de vulto naquela cidade (ÁLBUM DO PARANÁ, 1927, p.10).

Resultado de decisões que perpassavam por um discurso influenciado por fatores locais, nacionais e internacionais, a modernização da cidade materializou-se nos espaços. Assim, já nas primeiras décadas do século XX a Praça Marechal Floriano Peixoto se vê diante de um processo de transformação de sua paisagem, desenvolvimento que irá lhe conferir lugar de destaque enquanto elemento urbano

para a cidade em seus primeiros movimentos para a efetivação de um processo de urbanização que perduraria nos anos seguintes.

3.3 A PRAÇA NO ESPAÇO URBANO

A praça é um elemento característico do espaço urbano. “Em relação à morfologia da cidade, as praças diferenciam-se de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações” (CALDEIRA, 2007, p.13).

Saldanha (1983), em seu texto “O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e “público” da vida social e histórica” faz uma comparação entre esses dois espaços considerando o jardim como um elemento privado, uma “porção de espaço anexa a casa” e a praça espaço público, que em cidades pequenas pode servir de centro, como uma clareira, e em cidades grandes como interrupção em meio a ruas e edificações.

Na comparação de Saldanha (1983, p.105), “o jardim é como uma parte ou elemento da casa que não se inclui entre seus aposentos ou instalações, mas que não está propriamente fora dela: ele se inclui no conjunto [...]”. E a praça, por sua vez, “é como uma porção da cidade que não constitui uma parte definida (como é o caso das instalações dos órgãos públicos, da igreja, das escolas, das fábricas), mas que a integra organicamente (SALDANHA, 1983, p.105).

Nesta perspectiva de público e privado o jardim nos remete a um espaço fechado, com árvores, pequeno, um lugar particular. Já a praça aparece como um espaço aberto que remete ao político, militar, religioso, econômico, etc. Para ele “a praça é sempre um ‘largo’ e corresponde a possibilidade de reunir muita gente” (SALDANHA, 1983, p.106).

Saldanha ainda atenta para a questão da noção de coisa pública para a Grécia e Roma na antiguidade, observando que:

O emergir da noção de coisa pública terá implicado, no caso grego, uma valorização do viver em público. No caso romano, terá implicado uma passagem do *domus* à *civitas*, através de nuances e de ampliações de significados: tanto nuances na semântica daqueles dois termos latinos, como na compreensão da ordem privada e da pública. Com os romanos, que tiveram para tudo isto uma profunda e eficiente sensibilidade, completou-se a ideia da coisa pública com a da ordem pública, e a ambas as ideias acompanhou o Direito (SALDANHA, 1983, p.111).

No texto acima, Saldanha ressalta a ideia de “coisa pública” vinda do pensamento grego; complementada pela ideia romana de “ordem pública” vem acompanhadas pelo direito. Podemos perceber isso quando analisamos os códigos de posturas de Ponta Grossa dos anos de 1891 e de 1914, que representavam o campo de ação do direito, por meio de uma legislação vigente que tinha por objetivo reger a vida na cidade e fazer valer a regra da “coisa pública” e da “ordem pública” punindo com multas e detenções àqueles que não respeitassem a estas normas.

Para Caldeira (2007), a praça por apresentar caráter multifuncional é um locus privilegiado da cidade. O autor ainda faz considerações sobre a praça enquanto centro político-administrativo na construção do Brasil urbano. Nesta perspectiva, relata que:

Na construção do Brasil urbano, a praça comparece segundo o conceito vitruviano de centro político-administrativo – local propício à implantação dos principais edifícios da cidade, ponto de encontro, local de trocas comerciais e de manifestações, porém concretizadas a partir da cultura urbana portuguesa. Conhecer como se estabeleceu a relação entre esses dois momentos de ordenação territorial é fundamental para se compreender a formação da praça brasileira (CALDEIRA, 2007, p. 57).

Podemos visualizar, olhando para Ponta Grossa no início do século XX, que a Praça Marechal Floriano Peixoto se apresentava como este local de articulação urbana, cercada por edifícios públicos (prefeitura, Catedral, fórum, cadeia) e comerciais (hotel, casas comerciais, imprensa periódica, etc). As principais atividades de caráter cívico, religioso e comercial da cidade estavam concentradas neste espaço.

Mais do que um espaço de atividades públicas, com os projetos de embelezamento a praça foi adquirindo uma nova composição paisagística com o calçamento, a plantação de árvores, o ajardinamento, a construção de um coreto onde se realizavam as retretas nas tardes de domingo, a colocação de bancos, elementos que trouxeram novas funções a este espaço: o lazer e a contemplação.

3.4 A FUNÇÃO SOCIAL DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO PARA PONTA GROSSA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XX, uma nova forma de vida cultural está se consolidando na cidade de Ponta Grossa. Com o processo de urbanização da cidade novos espaços e novas práticas culturais passam a fazer parte do cotidiano ponta-grossense. Práticas como o *footing*, realizado na Rua XV e na Praça Marechal

Florianópolis, as atrações do cinema, as retretas realizadas na praça, a conversa dos cafés e dos bares, entre outras.

No contexto urbano, a Praça Marechal Floriano do início do século XX divide com outros lugares a função social de espaço de encontro e lazer. Já em suas primeiras décadas, Ponta Grossa contava com diversificadas atividades de lazer e sociabilidade.

Notícias encontradas no Diário dos Campos indicam que as opções de cultura, lazer e divertimento existentes em Ponta Grossa nas décadas primeiras do século XX eram muitas e variadas. Entre as práticas de lazer preferidas pelos ponta-grossenses estava a frequência aos cinemas. O Renascer, o mais concorrido ponto de encontro da população local, situava-se na confluência das ruas XV de novembro e Sete de Setembro. [...] O cinema não era o único espaço de lazer e socialização disponibilizado em Ponta Grossa. Companhias teatrais e circenses apresentavam-se frequentemente na cidade, contando sempre com grande público (CHAVES, 2001a, p.67-68).

Os clubes sociais ofertavam bailes e festas, alguns com atividades semanais. A prática esportiva também se configurava enquanto opção de lazer em esportes como tênis, basquete, boxe, handebol e futebol (CHAVES, 2001a). A praça neste momento também se configurava como espaço de sociabilidade, sendo importante opção para o convívio social e lazer para os moradores da cidade, subdivididos em grupos distintos (religioso, político, militar, econômico – este último representado pelo comércio presente no entorno da praça) que integravam a sociedade ponta-grossense naquele momento da história.

As praças eram pontos de encontro típicos da sociedade ponta-grossense. Comentários a respeito delas estavam sempre presentes entre as notícias publicadas no Diário dos Campos. [...] Também era nas praças que se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume típico era concentrar-se diante das retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo (CHAVES, 2001a, p.68).

Além das celebrações semanais, as festividades que se davam na Igreja Matriz perpassavam pelo espaço da praça. As festas religiosas mais representativas deste período eram a Festa do Divino e a Festa de Sant'Ana, mas outras comemorações de caráter religioso ocorriam também neste espaço, conforme é possível identificar no noticiário da época:

Festividade Religiosa – Estiveram concorridíssimas as festividades realizadas ontem em homenagem a purificação de N. Senhora. Houve missa solemne, com cantos na Igreja Matriz e procissão. Na igreja do Divino, também houve missa, comunhão e procissão (O PROGRESSO, 03 DE FEVEREIRO DE 1910).

A festa em honra à padroeira da cidade era esperada por moradores e comerciantes locais. O evento contava com diversas atividades de caráter religioso e popular. Por ser a festividade mais esperada da cidade o comércio lucrava com os preparativos da festa. Conforme observa Pereira (2010, p.54) “O ponta-grossense não somente referenciava Sant’Ana nos jornais, como também tinham por ela devoção, que se expandia em festa, a qual era realizada na última quinzena do mês de julho de cada ano”. A autora destaca também que durante a primeira metade do século XX, a festividade configurou-se em uma das expressões máximas do catolicismo local e regional.

A devoção que se transformava em grandiosa festividade movimentava toda a sociedade local, era ansiosamente esperada e aproveitada, pelas possibilidades de diversões serem mais raras que hoje. A festa era intercalada por rituais sagrados, aqueles celebrados dentro da igreja, como: as missas solenes, as novenas, as pregações e os rituais profanos, realizados nas ruas e praça como: os bailes, cavalhadas, torneios de futebol, procissões, cantores e músicos, leilões, barraquinhas e fogos de artifício, entre muitos outros[...] (PEREIRA, 2010, p.55).

Crianças e moças eram convocadas para participar da tradicional procissão vestidos de anjos e virgens. Um grupo de festeiros se encarregava por organizar as demais atividades que extrapolavam o círculo religioso, das quais muitas se utilizavam do espaço da praça, enquanto outras se expandiam para outros locais da cidade.

Festejos religiosos em honra de N. S. Sant’Anna – Devendo realizar-se as solenidades em homenagem a N. S. Sant’Anna, Padroeira desta cidade, os festeiros convidam aos fieis pertencentes a Ponta Grossa para assistirem a referida festa, a qual terá lugar no dia 31 do corrente, de acordo com o programma junto. Tomamos liberdade de solicitar da Exmas famílias Anjos e Virgens para a Missa e Procissão. Outrossim pedimos a todos mandarem prendas para o leilão que vamos realizar em benefício das obras da Matriz. As prendas podem ser entregues nas casas do Sr. Cel. Antonio Solano Dias Baptista e da Exma D. Rita de França Guimarães, os Festeiros. **Programa:** Dia 28 quinta feira às 6 horas da tarde terão começo as novenas. Dia 31 Domingo às 10 1/2 horas missa solemne e às 2 horas **leilão na frente da Matriz** e às 4 horas procissão (O PROGRESSO, 30 de julho de 1910).

Além dos eventos ligados a atividades religiosas eram realizados outras manifestações culturais no espaço da Praça Marechal Floriano Peixoto como as retretas nas tardes de domingo, uma forma de concerto apresentado pelas bandas musicais do 5º Regimento, ou seja, uma banda militar e também pela banda Lyra dos Campos, de Jacob Holzmann. Já nas primeiras décadas do século XX encontramos notícias referentes a realização destes eventos no espaço da praça:

Retreta – Tocou ante-hontem, pela primeira vez, na praça Floriano Peixoto, a banda de música do 5º Regimento que está sob o comando do Sr. Cel. Pyerho. Foi muito apreciada pelo seu bello repertório e pela capacidade dos executadores, tanto assim que, embora a chuva cahisse fina e cortante, a praça estava repleta de senhoritas, o que não sucede sempre (O PROGRESSO, 24 de janeiro, 1911).

A nota acima revela que mesmo a “fina e cortante” garoa não se tornou motivo para que o povo deixasse de prestigiar a apresentação da banda do 5º regimento. A praça estava repleta de “senhoritas”, o que não era um acontecimento comum para as moças da época. Conforme destaca Chaves (2001a, p.69) “Às mulheres a cidade reservava o espaço doméstico, a escola, os cinemas, o footing na Rua XV, o passeio pelas praças municipais”. Nota-se que passeio na rua e na praça era uma atividade comum, mas permanecer nestes espaços não era de bom tom para as senhoritas.

Neste outro texto podemos observar que as retretas movimentavam a praça e davam a ela um aspecto alegre.

Retretas – Conforme noticiamos realizaram-se domingo as retretas das bandas musicas do 5º Regimento e Lyra dos Campos, as quaes executaram diversas peças. **O largo movimentava-se de povo, o que lhe dava um aspecto alegre.** Seria bom que as retretas se repetissem para assim deleitar a população nas tardes dos dias santos e feriados, os quaes são entre nós os mais enfadonhos. A banda do regimento tem progredido sensivelmente atendendo o tempo de sua fundação e o número incompleto de músicos indispensáveis (O PROGRESSO, 2 de fevereiro de 1911).

Os jornais apontam que em 1932 as retretas continuam sendo uma atividade cultural relevante para a população ponta-grossense:

Retreta: A banda de música do 13º Regimento de infantaria sob a batuta do contente maestro sr. Tte. Paulino Martins Alves fará retreta, domingo, 28 do corrente, das 17,30 horas em diante, na praça Floriano Peixoto, executado o programa seguinte:

Marcha – Gloria – N.N. S Sinfonia – Tutti in – Maschra – C. PedrottiFox-trot – Sonho que viveu Ernesto Reminencia – Ruy Blas – F. Marchetti Chimy – No NoNanette – Vicente Fantasia – Ainda – G. Verdi (poporri – Le Belle di Notte – A.Cuscina Marcha – Graf Zeppelin – H. E. Oberstetter (DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 DE FEVEREIRO DE 1932).

Além das quermesses de cunho religioso, identificou-se também a realização de eventos na praça para a arrecadação de recursos para a realização do Carnaval da cidade. A realização de atividades neste espaço requeria uma autorização do poder público municipal. Conforme registro encontrado no jornal *Diário dos Campos*, em 1914 o grupo carnavalesco Príncipe dos Campos consegue a liberação da prefeitura para a realização de uma quermesse, os recursos

arrecadados pelo grupo foram destinados parte para realização do Carnaval e parte foi doada a Santa Casa da Misericórdia.

O Carnaval em Ponta Grossa - O Grupo "Príncipe dos Campos" vae efectuar uma Kermesse - O ilustre prefeito municipal correspondeu à expectativa do público, **concedendo a praça Floriano Peixoto** para uma Kermesse em benefício do carnaval. O "Grupo Príncipe dos Campos", porem, não querendo só para si o resultado da Kermesse, e desejando auxiliar as instituições pias de Ponta Grossa, reservou 7% do lucro para si e 15% para a Santa Casa da Misericórdia e outros 15% repartidamente entre o Hospital da E.F. São Paulo – Rio Grande e Sociedade Operária Beneficente. Para tal fim serão nomeados fiscais da Kermesse os representantes da Casa de Caridade, os da Sociedade Operária e os da Estrada de Ferro, sob a gerencia de um fiscal geral que terá a seu cargo o officio de guarda-livros fazendo toda a escripturação da festa (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 DE JANEIRO DE 1914).

A Praça Marechal Floriano no início do século XX era o espaço onde se recepcionavam visitantes de renome que chegavam à Ponta Grossa. Como a cidade naquele momento era uma das mais importantes do Estado muitas autoridades passavam por ela. Era na praça que se realizavam os discursos de boas vindas pelos anfitriões ponta-grossenses. Conforme os jornais da época o Hotel Palermo, localizado em frente à praça, era onde se hospedavam as grandes personalidades e autoridades que vinham a Ponta Grossa.

Um exemplo significativo encontrado no jornal *Diário dos Campos* do ano de 1916 é o registro da visita de Santos Dumont¹⁰, inventor e aeronauta brasileiro, à cidade de Ponta Grossa. Conforme registrou o jornal, Santos Dumont chegou à cidade no dia 04 de maio de 1916, por volta das 20 horas. Esteve na Argentina, Bolívia, Peru, Chile, depois foi a Foz do Iguaçu e Guarapuava antes de chegar a Ponta Grossa.

[...] Na Praça Floriano, em frente ao Hotel Palermo, estavam duas bandas musicaes, que tocaram belíssimos dobrados, no momento de aparecer a figura insinuante do destacado patricio. O povo ergueu-lhe "alguns vivas" e em seguida o sr. Manoel Alvarenga, em nome do "Operário Foll Ball Club", fez uma breve, mas eloquente sudação ao ilustre hóspede, que agradeceu sensibilizado [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de maio de 1916).

Por se constituir como relevante espaço para a sociabilização e convívio no meio urbano em que se desenvolvia a Praça Marechal Floriano Peixoto estava constantemente presente nos noticiários, ora como palco de importantes eventos e ora como alvo de críticas que exigiam da administração pública melhorias constantes neste espaço.

¹⁰ Santos Dumont foi inventor brasileiro considerado "O pai da aviação", título recebido pela invenção do "14-Bis", com o qual executou, em Paris, o primeiro voo em um aparelho mais pesado que o ar.

3.5 URBANIZAÇÃO: UMA NOVA ESTRUTURA E UMA NOVA CULTURA

As três primeiras décadas do século XX se constituíram como um período em que a urbanização de Ponta Grossa se intensificou. Diante da nova realidade se fez necessário que a população assimilasse uma nova cultura, uma nova forma de relacionar-se entre os grupos que dividiam o espaço urbano e também uma nova forma de relacionar-se com os espaços que passavam a compor o ambiente urbanizado.

Os processos de modernização e urbanização exigiam “ordem e progresso”. Neste aspecto, Bauman (1999, p.21) considera que “[...] uma vez assentadas as questões de que a ordem era desejável e de que era dever dos governantes administrar sua instauração, o resto era questão de frio cálculo de custos e efeitos - arte em que o espírito moderno também se destacava”. Nesta perspectiva, o poder público passa a adotar os códigos de posturas como instrumentos oficiais que abordavam as mais variadas questões relativas ao ordenamento da vida urbana.

Conforme observa Carvalho (2002, p. 34): “Criados com o propósito de manter a ordem pública, para que a força político-administrativa do município não fosse abalada enquanto instituição, os códigos de posturas constituíam-se num mecanismo de controle social”. Para legitimar a ordem proposta nestes documentos eram previstas multas e punições aos transgressores.

Tais documentos normativos permitem levantar o pressuposto de que as regras neles impostas eram resultantes de práticas que se vinham sendo executadas pelos munícipes de forma aleatória, implicando em desordem, o que não caracterizava, portanto, uma sociedade civilizada. Sendo assim, podem ser caracterizados como um instrumento adestrador que, mesmo com a pressão das punições, levava os munícipes a adquirirem os costumes determinantes de uma sociedade detentora de hábitos de civilidade, mas que também foi alvo de muitas transgressões por parte desses mesmos munícipes. (CARVALHO, 2004, p.34)

O primeiro código de posturas redigido em 1891 já aponta as primeiras exigências para uma vida urbana aos ponta-grossenses no final do século XIX. Se na propriedade privada as normas eram ditadas pelos proprietários das terras e atendiam ao uso particular, na cidade urbanizada os espaços são regradados pelas normas de seus administradores, e compreendem o uso coletivo.

Como a cidade de Ponta Grossa teve inicialmente sua história ligada ao tropeirismo, às fazendas e a um ritmo de vida rural ao converter-se rapidamente em um considerável centro urbano para região dos Campos Gerais, conforme observa

Chaves (2001a), para os moradores isso significava assimilar uma nova cultura, deixar para trás antigos hábitos, o que não se configura como um processo rápido ou fácil, mas lento e gradual, como revelam os jornais e o estabelecimento das posturas municipais.

Muitos hábitos que persistiam em ser praticados pelos moradores dentro do ambiente urbano se configuravam em falta de higiene e risco para a saúde dos moradores da cidade. O uso comum de espaços como ruas e praças, exigia todo um cuidado coletivo em relação ao lixo, ao uso e as atividades neles realizadas.

A manutenção de espaços como ruas e praças, sendo espaços públicos, são de responsabilidade do poder público municipal, excluindo a possibilidade de que particulares executassem neles obras ou eventos sem a devida autorização da administração pública. Assim, o código de posturas de 1891 nos artigos 20, 21 e 22 proibia escavações nas ruas e praças, elevação e/ou permanência de andaimes sem prévia autorização e o depósito de materiais nesses lugares.

Neste mesmo sentido o artigo 26 determinava que:

Aos que depositarem ou mandarem depositar nas ruas, praças, ou terrenos vazios da cidade lixo, águas sujas, garrafas ou vidros quebrados ou animais mortos, ou qualquer outros objetos prejudiciais ou nocivos a salubridade pública, pena de 2 foro a 4 foro e obrigação de fazer a limpeza ou transferência a sua custa (CÓDIGO DE POSTURAS, PONTA GROSSA, 1891).

Em 1914, o Código é reformulado passando a contar com 126 artigos que detalhavam ainda mais a regulamentação da vivência urbana de Ponta Grossa. As normas presentes no código revelavam que ainda havia muitos traços da ruralidade, da falta de “civildade”, que persistiam em conviver no ambiente urbanizado e que precisam ser ordenados. Situações como restos de animais mortos e cascas de frutas lançados nas ruas e praças, animais soltos em locais públicos (cavalos, bois, carneiros, etc.), depósito de madeiras e outros materiais de uso particular em lugares de uso coletivo, eram frequentemente registradas no jornal local.

O jornal impresso, recém instituído, buscava se legitimar enquanto espaço de informação e formador de opinião pública. Nele estavam presentes notícias do cotidiano da cidade. Muitas delas delatavam comportamentos e hábitos não condizentes com a nova cultura que se instalava. Animais soltos nas ruas e praças, a falta de cuidado com o lixo, esgoto solto nas ruas, entre outros casos eram frequentes no noticiário nas décadas primeiras do século XX.

Como vemos na nota abaixo, que apresenta como título “A arca de Noé¹¹” onde o jornal denuncia não só a presença de animais domésticos como cães, mas também de animais de grande porte como vacas e cavalos. “São continuas as reclamações contra os animaes que andam à solta nas ruas da cidade: vaccas, cavallos, cabritos e cachorros” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 de junho de 1921).

Em outra nota encontra-se situação semelhante.

Pelas ruas da cidade andam, às soltas, verdadeiras manadas de vaccas e cavallos. A noite, então, os cães vadios entram a ladrar perseguindo o gado, o que dá uma ideia de grandes caçadas em paragens ermas... Não seria possível evitar isso? Até pela rua 15 há gado solto (DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de março de 1922).

Cabe destacar que neste período ainda se fazia o uso de transportes com tração animal, o que não concedia aos proprietários o direito de utilizar as ruas e praças como uma espécie de estábulo. Os animais à solta nas ruas e praças não faziam parte de uma cultura urbana civilizada.

Outra reclamação frequente eram os casos de esgoto a céu aberto:

Levamos ao conhecimento do Sr. Prefeito Municipal interino, coronel Henrique Thielen, a reclamação que nos fizeram sobre águas servidas que se accumulam na rua Dr. Colares, esquina com a Rua Sant’Anna, em completo estado de decomposição. A digna autoridade prometeu imediatas providências (O PROGRESSO, 21 de junho de 1910).

Ainda que o código de posturas regulamentasse: “É prohibido lançar aguas servidas, lixo, aves ou animaes mortos ou qualquer outro detriectos nas ruas, praças, sarjetas e estradas e em lugares próximos a fontes d’água; pena: 15\$000 reis de multa e a remoção a custa do infractor” (CODIGO DE POSTURAS, 1914, art. 46); o jornal registrava que estas infrações eram frequentes.

No que se refere à estrutura da cidade, o processo também se dava gradualmente e era alvo de cobrança por parte do jornal. Como podemos perceber na nota veiculada no jornal *O Progresso* do dia 09 de junho de 1909, a Rua General Carneiro, rua que se localiza nas proximidades da Praça Marechal Floriano, no início de século XX ainda apresentava diversos problemas, apontados na notícia como “precipícios, abismos, rochas, “animais fantásticos”, cachoeiras, regatos, florestas, tal como um “cenário de Opera Cômica”.

Água molle, em pedra dura etc, etc. “O Progresso” é a água molle; a ilustre prefeitura municipal é a pedra dura. Temos batido e tornado a bater sobre, vulgo, rua General Carneiro, que é assim um dos círculos do inferno de Dante, com precipicios, abysmos, rochas, animaes fantásticos, cachoeiras,

¹¹ Personagem da cultura Cristã que teria recebido ordens de Deus para a construção de uma arca, para salvar os animais do Dilúvio (40 dias e 40 noites de chuva).

regatos, florestas, tal como um cenário de Opera Comica. O contribuinte é comico, porque o comico é andar por ali em situações grotescas. Pois tanto havemos de bater que havemos de furar no caos General Carneiro, uma cousa assim parecida com uma rua General Carneiro... A rua é tão martyr como o patrono. Consta-nos que os moradores vão fazer uma representação à prefeitura (O PROGRESSO, 09 de junho de 1909).

Dez anos mais tarde, percebemos que o calçamento das ruas ainda era uma reclamação presente no jornal e um ideal de progresso. O jornal, por vezes, chamava ironicamente Ponta Grossa de a “Princesa descalça” ou a “Princesa de pés no chão”, visto que a cidade era também conhecida como “Princesa dos Campos”. Em 1919, o texto do jornal criticava a administração local na figura da Câmara de vereadores para que concedesse maiores facilidades aos moradores da cidade para que as obras de calçamento pudessem ser executadas com maior agilidade.

Temos ouvido, com completa isenção de animo, tanto os proprietários que querem como os que não desejam o calçamento. É obvio que o “Diário dos Campos”, como toda a população alimenta a esperança de ver esse melhoramento caminhar mais depressa possível, de modo a que a nossa Princesa não ande mais de pé no chão. Toda via, a Câmara no nosso entender, devia conceder maiores facilidades, do que as já existentes, aumentando os prazos de pagamento para os proprietários cujas quotas para esse melhoramento sejam relativamente grandes. A lei das leis é a equidade, e como dizem os nossos amigos francezes, em todas as cousas é preciso encontrar “o justo meio”. Si a Camara legislasse sobre o assumpto, parece-nos que o importante problema teria solução mais rápida que já vem tendo (DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 DE JULHO DE 1919).

A urbanização exigia não apenas uma mudança estrutural para a cidade de Ponta Grossa, mas exigia também uma mudança cultural, uma nova forma de vida precisava ser assimilada. Nota-se que a higiene da população em relação ao uso dos espaços públicos estava constantemente presente no jornal. Embora o código de posturas previsse punição para quem não se adequasse as normas da cidade, os registros de inadequação a essas normas no noticiário eram constantes.

Assim, enquanto as posturas municipais traziam normas que previam uma nova forma de comportamento em relação ao espaço público, o jornal servia como instrumento que auxiliava na educação e na formação de uma opinião pública a respeito do espaço urbano, legitimando muitas destas normas. A assimilação dos novos hábitos não era um processo rápido e fácil, mas precisava de tempo e de persistência até que a cultura urbana fosse definitivamente parte do cotidiano pontagrossense.

3.6 AS FLORES DA PRAÇA

A cobrança pelo ajardinamento da praça esteve presente em diferentes momentos no decorrer das décadas iniciais do século XX. Diferente de obras como o calçamento e as construções mais duradouras, as flores exigem um cuidado permanente e a ausência deste elemento na praça era alvo de constante crítica do jornal nas décadas iniciais do século XX.

No ano de 1914, a cobrança pelo ajardinamento da praça esteve presente durante todo o mês de janeiro. Os textos aproximavam a questão da falta de flores a um ar de tristeza, um lugar selvagem, sem encanto. As flores também eram associadas a ideia de arte e de progresso, eram como um símbolo do desenvolvimento.

As flores na praça

Estas manhas de primavera, encantadoras e lindas, eleva a nossa alma acima das vulgaridades da terra. E quando apreciamos a nossa praça, sem flores, triste, apenas com algumas árvores, que se erguem silenciosas e risonhas, espalhando pelo chão um montão de folhas secas, que o vento espalha, numa fúria selvagem, destruidora, afigura-se-nos um grande bosque abandonado, sem a primorosa fantasia dos bosques suíços.

E a nossa terra, num sede de avançar, de progredir, aspira umas rosas, brancas, vermelhas, symbolizando a paz e a guerra; uns lírios que espalhem um perfume delicioso, embriagando a alma daqueles que se demorarem, em contemplar, a estética da nossa principal praça; umas açucenas alvissimas, que desabrochem, vagarosas e tremulas, num espreguiçar lento a olhar para o sol esperando o seu beijo divino, quente e voluptuoso; umas violetas perdidas entre a folhagem, interpretando a cor mais suave do mundo, mais artística, mais sonhadora, mais idealista. Lembra-nos um perpassar angustioso e bom, de qualquer coisa que já vae longe, de um trecho da vida que nos foi feliz, e que nos embriaga o espírito. A côr da violeta é altamente significativa, porque representa a saudade.

E por que motivo ficamos privado de um melhoramento tão bello? Não seria, por ventura, uma prova do nosso desenvolvimento artístico? Não será um ponto, para onde são attrahidos os nossos visitantes?

Ninguém nega essas vantagens. E ao nosso honrado prefeito, que tem colhido e que colherá glórias na sua administração, fazemos este appello. O seu espirito recto e justo compreenderá quanto são sinceras estas palavras, e quanto é preciso o embellezamentoda nossa progressista cidade.

E desde já, idealizo um luar de prata, espalhando-se caprichosamente por sobre esse quadro desenhado, fazendo vibrar de emoção os corações dos artistas.

Edgard Sobrinho (DIÁRIO DOS CAMPOS, 03 de janeiro de 1914).

A crítica pela falta de flores na praça principal da cidade aparece nas próximas edições do jornal em forma de versos. Os versos são publicados quase que diariamente e insistem “que o jardim já vae sahindo”.

Vá sahindo

Havendo reclamações

Pra com elle ir bolindo
Retomamos posições
Que o jardim já vae sahindo.
(DIÁRIO DOS CAMPOS, 06 de janeiro de 1914)

Vá sahindo

O fiscal e o lonçodor
Vão o cobrinho pedindo
Dinheiro haja! arõr!
Que o jardim já vae sahindo.
(DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de janeiro de 1914)

Vá sahindo

Está sahindo grossa a farra,
Com seus guizos retinindo,
De Momo, que só se esbarra,
Si o jardim não vae sahindo.
(DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de janeiro de 1914).

A insistência em versos a respeito das flores da Praça Marechal Floriano Peixoto, acabou por gerar outra crítica publicada dentro do próprio jornal, desta vez defendendo que havia questões mais urgentes que as flores, como a segurança pública, como se observa no trecho seguinte:

Flôres na Praça

O pessoal cá de casa até parece feminino, pelo menos é o que demonstram com a insistência com que diariamente pedem o jardim ao sr. Prefeito, que por ironia da sorte ainda se chama Rosas. Só eu estou contra o jardim, contra, propriamente dito, nao; acho que para haver um jardim em Ponta Grossa é um pouco cedo. O motivo dessa afirmativa é o facto de eu ver hontem à noite, estar de *sentinela* na praça o Prefeito, á espera de um empregado ou qualquer outro trabalhador que por ali passasse, a fim de fazer recolher um banco da praça que fora arrancado do seu lugar, talvez com o feito de ser destruído completamente. Agora digam-me se os fortes bancos de pau e ferro não resistem aos desocupados, as flores poderão resistir? Não. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de janeiro de 1914).

A crítica apontava que a necessidade de segurança era mais urgente que o ajardinamento. Sendo a praça um espaço público não ficava isenta de atos de vandalismo. O pedido de policiamento também era uma reclamação constante nas edições do periódico no início do século XX. Mas a cobrança pelas flores da Praça persistiram em edições posteriores a critica:

Vá sahindo
Do jornal sahe o versinho
Ou desaforos, tinindo,
Plantado de nós de pinho
O jardim já vae sahindo.
(DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 DE JANEIRO DE 1914).

Em fevereiro de 1914, um mês após as notas presentes no jornal insistirem na cobrança pelo ajardinamento da praça, o prefeito acatava a reclamação e, enfim, a praça teria suas flores.

As flores na praça – Applaudimos calorosamente o acto do sr. Prefeito em mandar que se plantem flores na praça. Interpretou, perfeitamente bem, o estimado prefeito, a vontade da população pontagrossense. Esse melhoramento que se está fazendo, é um dos mais urgentes para o bom nome do nosso desenvolvimento artistico, e era uma necessidade imperiosa, que se não podia adiar. O abandono em que se achava a nossa praça, dava ao visitante uma triste idéa do nosso progresso. Estamos certos, que este acto do prefeito é um dos mais elevados, e merece ele que o aplaudamos calorosamente (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 de fevereiro de 1914).

Em 1920, a discussão sobre a falta de jardins volta a ser alvo de crítica pelo jornal que afirma que Ponta Grossa é uma cidade sem jardim, apontando a questão das flores como uma lacuna diante do progresso por qual a cidade passava neste período:

Ponta Grossa é uma cidade sem jardim. O systema de construção no linhamento sendo quase generalizado, raro é o prédio recolhido para dentro do casario da rua, que surge dentre as flores, as trepadeiras, os festões e as grandes rosas abertas. Nos quintaes, pateos internos há jardins, já flores, ocultas ao publico, escondidas do povo, e só fruídas pelos seus felizardos senhores. É esta uma das grandes lacunas de Ponta Grossa, que merece ser corrigida pelo ajardinamento dos logradouros públicos. A praça Floriano, a praça Rio Branco, a Barão de Guaraúna, o restinho da Praça Municipal engulida pelo Grupo Escolar deviam ser transformadas em jardins para enlevo e recreio dos olhos do nosso povo. Até o terreno cedido aos padres, em torno da matriz, em vez de jardim, se transformou em brenha, atestando um desmazello e incúria imperdoáveis. A vista das flores consola a alma na dor, exalta o espírito nas alegrias. As suavidades das cores e dos perfumes, e as delicadíssimas ondazinhas hertezianas por ellas vibradas são de extraordinário valor para a cura das enfermidades, que segundo Conte, e segundo o espiritalismo Scientifico, neste ponto inteiramente de acordo com o Positivismo, tem sua origem no estado moral. A flor dá coragem, conforto, alegria. É um primor da criação. No berço, no amor e na morte a flôr serena, acalma o coração humano. Damos ao povo pontagrossense o grande e maravilhoso remédio das flores em abundancia (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 de fevereiro de 1920).

Em 1921 a praça é novamente ajardinada, conforme registro do jornal local que desta vez trazia uma nota de aprovação ao trabalho da administração pública em relação as flores da cidade.

O jardim
Finalmente, a nossa prefeitura, resolveu-se, afinal, a ajardinar a praça Floriano. Constitue esse melhoramento uma das reclamações incessantes da nossa população, e portanto, o Sr. Prefeito, realizando essa antiga e geral aspiração fará jus também aos geraes e uníssonos applausos do povo pontagrossense. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de julho de 1921)

Diferente dos monumentos e construções presentes na praça, as flores fazem parte da paisagem, mas exigem um cuidado constante por parte da administração pública. Sendo a praça no início do século XX um dos mais

importantes elementos do ambiente urbano seus canteiros e jardins precisavam estar em sintonia com o progresso da cidade.

A cobrança pelos jardins reforça a importância dos cuidados que a administração pública deveria destinar à Praça Marechal Floriano Peixoto, local onde a urbanização e o discurso de progresso se concretizaram inicialmente, fazendo deste espaço uma opção de lazer, sociabilidade e contemplação na cidade que se urbanizava.

A preocupação com as flores, revelada nas edições do jornal Diário dos Campos no início do século XX, acentuam a relevância que o espaço da praça possuía para a sociedade ponta-grossense naquele período. As críticas destinadas à falta de flores indicam que o local era constantemente “vigiado” por aqueles que dele se sentiam participantes.

Enquanto símbolo do progresso que se estabelecia na cidade, a praça carecia de cuidados constantes para reafirmar tal função. Neste sentido, as flores enquanto elementos sensíveis contribuíam para que a praça recebesse constante atenção por parte do poder público municipal.

No próximo capítulo será detalhado o processo histórico da praça, as características de seu entorno, bem como uma análise dos elementos que permitem classificá-la como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

CAPÍTULO 4

A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO COMO LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA

Neste capítulo pretende-se tratar de forma mais aprofundada o objeto da pesquisa: A Praça Marechal Floriano Peixoto. Para tanto, buscou-se observar parte de seu processo histórico, a constituição de seu espaço e a composição do seu entorno, observando como estes elementos conduzem para a compreensão da praça no tempo presente como um lugar de memória.

4.1 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: PROCESSO HISTÓRICO

Ponta Grossa começou a desenvolver seu centro urbano no entorno da Igreja Matriz de Sant'Ana, que foi construída no ponto mais alto da cidade, marcando o início do povoamento. Conforme os estudos de Cordova (2012, p. 94) “a construção da primeira igreja, na década de 1820, no lugar mais alto da cidade, deu-se especialmente por ser em tal espaço a concentração da comunidade que se formava”.

O Largo da Matriz era o lugar onde os moradores de Ponta Grossa se reuniam para seus eventos sociais, culturais e religiosos. O local também era conhecido por Largo Municipal, pois neste espaço se concentrava o poder público municipal: o edifício da administração, o fórum, a câmara dos vereadores e a cadeia pública (MOUTINHO, 2001). Era neste espaço que as autoridades que visitavam Ponta Grossa eram recebidas pela população ponta-grossense ainda em período anterior ao processo de urbanização. A figura 4 registra a visita do Imperador Dom Pedro II a Ponta Grossa, em 1880.



FIGURA 4 - RECEPÇÃO DE DOM PEDRO II NO LARGO DA MATRIZ SANT'ANA, EM 1880
Fonte: Acervo Museu Campos Gerais, Ano: 1880.

Com o crescimento da cidade, o Largo da Matriz vai se reafirmando enquanto espaço de convívio social e por isso é um dos primeiros locais a passar por transformações resultantes do processo de urbanização.

Através da Lei nº 3 de 23 de janeiro de 1897, o antigo Largo da Matriz passa a ser denominado de Praça Marechal Floriano Peixoto¹², em homenagem ao segundo presidente do Brasil (MOUTINHO, 2001, p.01). Neste período o prefeito de Ponta Grossa era Ernesto Guimarães Vilela, que ocupou o cargo por 12 anos, no período de 1896 a 1908. Durante seu governo, Vilela, além do Largo da Matriz, mudou o nome de várias ruas homenageando personalidades republicanas (CHAMMA, 1988), fenômeno este que pode ser verificado em outros municípios brasileiros.

A construção de personagens “heróis” se configurava como uma estratégia para legitimar o sistema político recém-estabelecido no país, a República. Conforme observa Carvalho (2002, p.82) “a consciência da falta de apoio levou os republicanos a tentarem legitimar o regime por meio da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis Republicanos”. Com os nomes destes heróis, ruas

¹² Floriano Peixoto foi o segundo presidente republicano do Brasil, na chamada República Velha. vice-presidente durante o governo de marechal Deodoro, após a renúncia deste assume o governo do país. Ficou no poder de 23 de novembro de 1891 até 15 de novembro de 1894.

e praças importantes das cidades do Brasil receberam essas denominações nesse período. Assim, a praça central de Ponta Grossa recebe o nome do segundo presidente da república do Brasil, Floriano Peixoto.

Promover seus fundadores não obteve êxito com a população conforme esperavam os republicanos, como transformar os generais Deodoro e Floriano e o tenente-coronel Benjamin Constant em heróis cívicos. “O único que adquiriu certa popularidade foi Floriano, mas a tendência jacobina de seus seguidores fez dele uma figura polêmica”, ressalta Carvalho (2002, p.82). Posteriormente, Tiradentes teria se firmado como herói cívico, tendo em conta o processo de construção de simbologias a partir de ideais republicanos, apresentando-o com características mais populares. O jornal anualmente rememorava o aniversário da morte destes heróis:

Floriano Peixoto – passou a 29 do corrente o aniversário da morte do inolvidável Floriano Peixoto, O Marechal de Ferro, que num momento perigoso para a vida nacional, soube prender ao seu pulso de aço as redes do governo de um povo anarquizado pela ambição dos politíqueiros. O Collégio Central do Paraná fez em honra do ilustre morto uma sessão cívica e uma revista militar, fazendo baixar o seu digno Director, o dr. Miguel Omena, uma ordem do dia instruindo os seus collegiaes sobre o vulto daquele eminente brasileiro (O PROGRESSO, 01 de julho de 1909) .

Outro trecho contido no jornal do ano seguinte dizia “**Floriano Peixoto** – Passou hontem o anniversario da morte do inclyto marechal de ferro que quanto mais o afasta o tempo, mais próximo palpitado coração dos patriotas que amam a República e que sobretudo amam a liberdade” (O PROGRESSO, 30 de junho de 1910).

Os ideais republicanos de progresso ditam um novo ritmo a vida do povo brasileiro. A urbanização e a modernização das cidades se tornam uma questão de honra para os governantes deste período. Em Ponta Grossa, a partir de então a praça sendo centro da civilização que se instaura passa a receber uma atenção maior do poder público, sendo um dos primeiros locais da cidade a ser urbanizado.

Em 1908, a praça passa por um processo de urbanização com a construção de alamedas, colocação de grama, bancos e postes de iluminação e a construção de um coreto para a realização de eventos culturais da época (MOUTINHO, 2001). Neste mesmo período, a Igreja Matriz de Sant’Ana passou por reformas que iriam fazer dela um ícone do progresso da cidade em conjunto com a Praça Marechal Floriano Peixoto. “A primeira igreja construída ampliou-se na década de 1860, visando atender ao crescimento da população. Mas foi no início da primeira década

do século XX, que se iniciaram os trabalhos de estilização pelo arquiteto italiano Nicolau Ferigotti" (CORDOVA, 2012).

As obras da reforma da igreja contavam com a ajuda da população e o anúncio no jornal local contribuía para a arrecadação destes recursos. Nesta época, início do século XX, o jornal se firmava como espaço de comunicação de massa, conseguindo atingir um maior número de pessoas além de conferir maior legitimidade à obra. Como os moradores também almejavam o progresso e o embelezamento da cidade e estando a Matriz localizada bem ao centro do povoamento, a construção precisava ter uma aparência bela.

Obras da Matriz – Desejando ultimar as obras da Matriz, introduzindo vários melhoramentos que a experiência mostrou serem urgentes e indispensáveis: venho recorrer à generosidade nunca desmentida dos habitantes desta paróquia, pedindo um pequeno auxilio para este fim (O PROGRESSO, 06 DE JANEIRO DE 1910).

O discurso dos administradores da Matriz identificado nas notas do jornal diário era o de que as obras eram esperadas e até tidas como urgência. Encontrou-se também uma nota de autoria do arquiteto Nicolau Ferigotti que procurava se isentar da responsabilidade da reforma e de possíveis prejuízos futuros, alegando no texto que o edifício não estava preparado para receber tais reparos:

Ao Publico

Para que não se diga mais tarde que eu não avisei, em tempo, a população d'esta cidade do risco que está sujeita a segurança do edificio da nova Matriz, feito até á data de 30 de junho de 1901 de acordo com minha planta e sob minha direção; e sendo alterada essa planta d'ahi por diante, reproduzo aqui um trecho do que em 23 de novembro de 1902 publiquei no jornal d'esta cidade "Ponta Grossa": Preciso declarar ao público que não posso ser responsável pela segurança d aquelle grande edificio: e terminava dizendo: "tudo o que tem sido feito e alterado naquela obra, desde a minha saída, não tem arruinado a construção, como nada adianta para a sua solidez, porque está fora de toda a regra architectonica". Aviso, pois, ao publico para que não tenha futuramente a dar a mínima queixa a meu respeito. Sondando a rasão da urgência dos apellos feitos ultimamente à bolsa do bom povo pontagrossense, para reparos urgentes a fazer na mesma igreja, pergunto: não se estará já realizando o vaticínio que fiz por essa ocasião naquele artigo? D'esta maneira, dando o povo dinheiro aos actuaes diretores da obra, para mais tarde a ver desmoronar, será tudo em pura perda, sem utilidade para ninguém; ficando de pé a grave injustiça e enorme desmoralização de seretaes dinheiros tão mal applicados, quando a empresa d'essas obras está devendo ainda salários e outras contas legalizadas, e constantemente reclamadas, ao primitivo architecto e aos operários seus auxiliares, o que torna esse templo moralmente interdito.

Ponta Grossa, 10 de Janeiro de 1910.

Nicolau Ferigotti (continuari) (O PROGRESSO, 13 de janeiro de 1910).

Na figura 5, no "Largo da Matriz" antes da urbanização, observa-se um lugar sem forma definida, um espaço amplo em meio às construções que o rodeavam.

Também é possível perceber como era a igreja antes de sua ampliação: uma capela com características interioranas: simples, pequena, com uma fachada modesta.



FIGURA 5 - IGREJA MATRIZ SANT'ANA CONSTRUÍDA EM 1820
Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná

A ampliação da igreja, na primeira década do século XX, acompanha o crescimento da população. A estilização da igreja atende aos ideais progressistas que estavam transformando a estrutura da cidade, refletido nas construções que se instalavam na região central.

Com a estilização da igreja e a construção da praça, o local passa a servir como ponto de referência em fotografias que tinham por objetivo divulgar o desenvolvimento de Ponta Grossa. Estando a construção localizada no ponto alto da cidade, e como na época as construções que compreendiam seus arredores eram mais baixas, a igreja era o local mais visível para quem chegava à cidade.

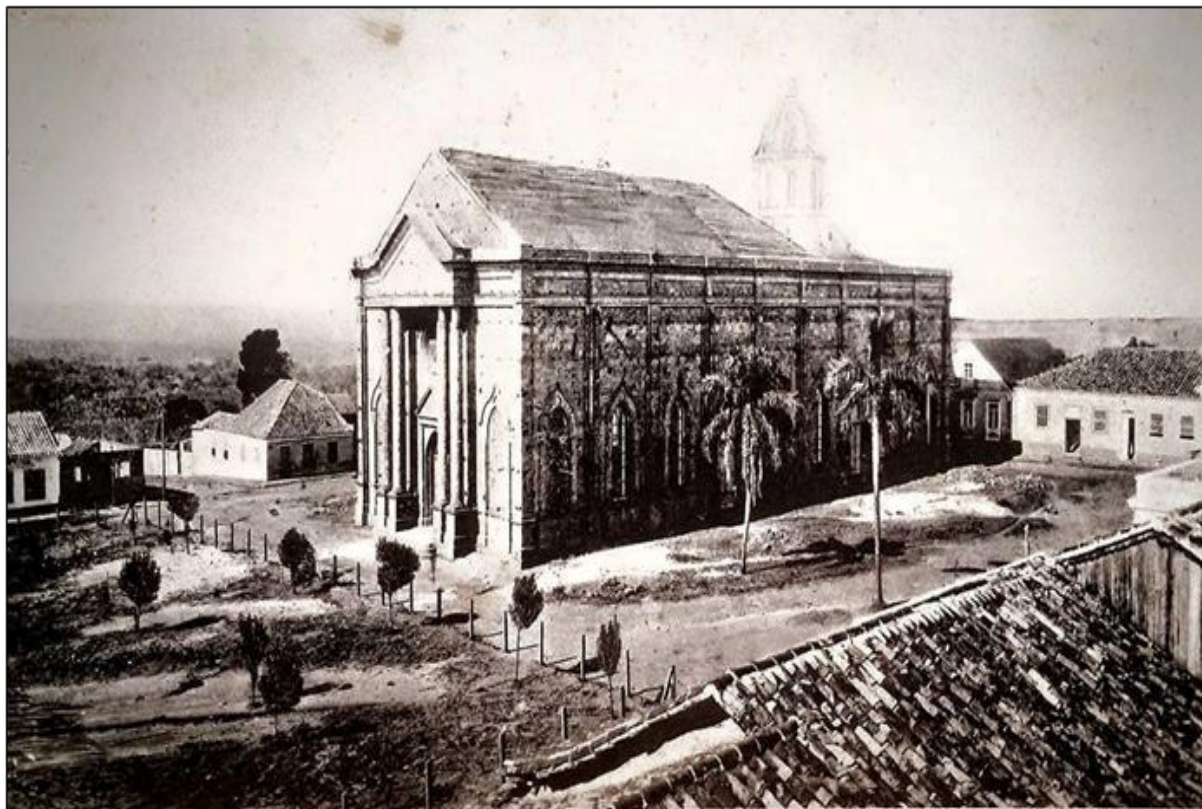


FIGURA 6- IGREJA MATRIZ SANT'ANA APÓS AMPLIAÇÃO.NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX.

Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná

Em 1917, no governo de Abraham Glasser, o coreto da Praça Marechal Floriano Peixoto, é reconstruído. Neste período, a prefeitura passa a patrocinar as retretas, apresentações culturais realizadas aos domingos pela Banda Lyra dos Campos e Banda União Progresso (CHAMMA, 1988).

Na figura 7 pode-se observar a imagem do coreto, que no início do século XX ajuda a reforçar o caráter de sociabilização da Praça Marechal Floriano Peixoto. Além da realização das retretas, o espaço servia também para realização de discursos públicos, para recepção de visitantes ilustres que passavam por Ponta Grossa e também era utilizado pela comunidade que frequentava a igreja durante as festividades religiosas que ocorriam neste período.



FIGURA 7 - CORETO DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO RECONSTRUÍDO EM 1917
Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná

Segundo Chamma (1988), na gestão Municipal do Coronel Vítor Antônio Batista, entre os anos de 1924 a 1927, algumas praças foram ampliadas e urbanizadas, dentre elas a Praça Marechal Floriano Peixoto. Neste período ocorre também a conclusão das obras da Igreja Matriz, que passava por um processo de reconstrução desde 1900, e a igreja passa a servir como Catedral do Bispado. Estando a praça em um local de destaque e apresentando uma importância para a organização da cidade a praça passa ao longo de sua história por diversas transformações.

Na década de 1930, no governo de Albary Guimarães Dias, a Praça Marechal Floriano Peixoto passou por uma remodelação conforme descreve o

boletim informativo intitulado “10 anos de governo: à guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral”, organizado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no ano de 1944¹³.

Esse próprio municipal, construído nos primórdios da cidade, bem carecia dos cuidados dos poderes públicos. Foi ela reformada completamente, retiradas as árvores velhas, cujas raízes estavam deformando todo calçamento adjacente. Toda pavimentação foi alterada, com o “pétit-pavet”. Construímos ainda um pagode ou pérgola, que contém mictório público, na sua parte interna. As flores foram plantadas com carinho, a sua parte externa reformada completamente. Ao centro dessa praça levantamos um marco comemorativo da fundação do município, como homenagem aos seus fundadores. A pavimentação custou Cr\$36.260,30; a sua reforma Cr\$ 8.324, 00; o marco Cr\$ 7829,20 e a pérgola Cr\$ 7501,00, num total geral de Cr\$ 59.374,50 (PONTA GROSSA, 1944).

O monumento aos fundadores foi erigido na década de 1930, no centro da praça, conforme mostra a figura 08. A construção deste monumento indica que há uma necessidade de se estabelecer um marco para a memória de fundação da cidade.



FIGURA 8 - AO CENTRO DA PRAÇA MONUMENTO AOS FUNDADORES, CONSTRUÍDO EM 1930.

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais. Autor: Carlos Foto

¹³ Albary Guimarães Dias foi nomeado prefeito pelo interventor do Estado Manuel Ribas em 1934. Dois anos mais tarde foi eleito por voto popular permanecendo à frente do governo municipal até o ano de 1945.

Em 1937, em matéria veiculada no Jornal *Diário dos Campos* intitulada “Ponta Grossa vae ter o mais belo logradouro publico do sul do paiz”, com subtítulo “O que vae ser a Praça Barão do Rio Branco”, o governo municipal anunciava que um novo lugar teria a função de tornar-se a “sala de visitas” da cidade. Assim, a nova praça passava a concorrer com a Praça Marechal Floriano Peixoto, que até este momento da história da cidade era o centro da civilização ponta-grossense, local em que se concentravam as atividades públicas e culturais.

Já é do domínio público que, graças a boa vontade do prefeito Municipal da cidade, vae ser primorosamente ajardinada a Praça Barão do Rio Branco. Para essa importante obra pública, foram contratados os serviços do competente agrônomo ar. Carlos Bonfily.

A nossa reportagem foi, hontem, verificar os trabalhos, que já foram iniciados e que estão, ainda, na phase de aplainamento do terreno. O sr. Bonfily ali se achava, empenhado em seu afan. O largo está cercado. Varios homens estão ali trabalhando. Julgamos asado o momento para colhermos informações do sr, Bonfily, acerca da remodelação que está dirigindo. Lhanamente, o ilustre agrônomo nos attendeu, prestando-nos as seguintes informações:

- O systema que vae obedecer o ajardinamento é o inglez. A arborização, portanto, vae ser baixa, igual a que se ve nos logradouros modernos dos grandes centros.

O prefeito Albary Guimarães está vivamente empenhado em que seja collocada uma fonte luminosa ao centro da praça. Trata-se de um adorno bellissimo, mas um tanto caro.

Orçamô-lo em trinta contos de reis, apesar de haverem as fontes luminosas de são Paulo, Rio, etc., custarem setenta contos e até mais.

Todavia, como disse, o governador da cidade, homem que não mede sacrificio para remodelar a nossa “urbs” e manter altas, ao mesmo tempo, as nossas finanças, está vivamente empenhado em obter preços mais baixos para a nascente artificial planeada para a Praça Barão do Rio Branco.

Se isso for conseguido, a Princeza dos Campos contará com o mais bello ou com um dos mais belos lugares públicos do sul do paiz [...] (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 DE JUNHO DE 1937).

A Praça Barão do Rio Branco antes de ser urbanizada era um local de pastagem de animais e também era conhecida como Largo do Rosário, por estar localizada em frente à Igreja do Rosário. É a partir da década de 1930 que o local irá receber uma maior atenção do poder público. Em 1935, é construído um parque infantil no local. Em 1937, o local passa a adquirir forma de praça com arborização, ajardinamento, calçamento e a construção de uma fonte luminosa. Em 1938, é construída uma Concha Acústica para a realização de eventos culturais.

Em 1938 quando as obras se encerraram deu-se origem à Praça Barão do Rio Branco. Por estar situada em frente a dois colégios (Regente Feijó e São Luiz), havia alguns dias da semana em que os alunos praticavam esportes e ginástica na praça. Nestes anos, também houve o início da construção da Concha Acústica que era destinada ao lazer da população através de apresentações culturais, a exemplo da Banda Lyra dos Campos que se apresentava ali (PONTA GROSSA, 2015).

Diante do crescimento da cidade e da construção de novos espaços de sociabilização para a população ponta-grossense, a Praça Marechal Floriano Peixoto inicia um processo de cristalização das simbologias vivenciadas nas três primeiras décadas do século XX. É neste contexto que é possível perceber um processo de memorização a partir das referências já delineadas neste local e que acabam por evidenciar marcas de um lugar de memória, conforme serão melhor detalhadas no capítulo 4.

4.2 A PRAÇA E SEU ENTORNO

Ao tomar como objeto de estudo uma Praça Marechal Floriano Peixoto, se faz necessário realizar uma leitura de seu entorno para que se possa ter uma visão mais ampla sobre a sua real relevância e as possibilidades de relações sociais que se estabeleceram em função das edificações que compõe todo um conjunto urbano ali presente.

A Praça Marechal Floriano Peixoto não compreende apenas um recorte de espaço na paisagem urbana, mas faz parte de um contexto maior que a relaciona com seu entorno.

Olhando para a composição da praça nos dias atuais e traçando um comparativo com a estrutura ali presente no início do século XX, percebem-se algumas das principais transformações que ocorreram na funcionalidade da Praça em função das transformações em seu entorno.

Nas três primeiras décadas do século XX, período em que a Praça Marechal Floriano Peixoto tomou forma de praça, com seu espaço urbanizado, em seu entorno foram estabelecidas importantes edificações que abrigavam instituições ligadas ao poder vigente na época. Concentravam-se ali instituições como a Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz de Sant'Ana (que se torna a Catedral da Diocese de Ponta Grossa no final da década de 1920); o fórum, a cadeia pública, além de importantes lojas comerciais, o jornal diário (que em seus primeiros anos ficou

instalado no edifício Guilherme Naumann, no entorno da praça) e o hotel que hospedava importantes autoridades que chegavam à cidade.

Todos esses elementos que compunham o entorno da praça naquela época geravam uma movimentação cotidiana neste espaço. A função social da praça, que naquele momento era um dos mais importantes espaços de sociabilidade e lazer da cidade, devia muito ao seu entorno.

O Hotel Palermo (Figura 09) era uma das principais hospedarias da cidade de Ponta Grossa no início do século XX, localizado na parte alta da cidade, em frente à Igreja Matriz e à Praça Marechal Floriano Peixoto. A instalação da Ferrovia no fim do século XIX contribuía para que muitas autoridades visitassem Ponta Grossa. As recepções eram realizadas na praça, conforme notícias encontradas nos jornais da época.



FIGURA 9 - HOTEL PALERMO PONTA GROSSA

Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná/ Autor Frederico Lange

Em notícia veiculada pelo jornal *Diário dos Campos* em 17 de janeiro de 1920 há um relato da visita do Consul Polonês à Ponta Grossa que após recepção

na estação ferroviária, segue para o Hotel Palermo onde são dadas as boas vindas das autoridades locais em nome da cidade.

A chegada do trem de S. Paulo, hontem, a colonia poloneza, empunhando a sua gloriosa bandeira, a sociedade D. Alighieri, e associações polacas desta cidade, aguardavam, na estação, S. Ex. o Sr. Casemiro Gluchowski, a primeira autoridade da legendária Polonia, nomeada para o Brasil. Grande massa popular, autoridades federaes, estadoaes e municipaes, foram receber o ilustre hospede, prestando, desta forma, cordealíssima e sincera homenagem à Nação Poloneza. Cumprimentou a S. Ex. o Sr. Consul, em nome da cidade de Ponta Grossa, o Sr, Basílio Ribas, prefeito substituto. Varios súbditos cumprimentaram à sua primeira autoridade. Agradeceu as manifestações populares em inspirado e patriótico discurso o jovem Waldemar Bocchi. Organizou-se grande préstito que acompanhou o Sr. Gluchowski até o Hotel Palermo. Ahi deu-lhe as boas vindas em nome da cidade o Sr. Prefeito Substituto. Apresentou lhe os cumprimentos da imprensa o diretor do <<Diário dos Campos>>. Houve, após animada recepção. Foi indiscriptivel o entusiasmo “da digna e operosa colonia poloneza” (Diário dos Campos, 1920, p.01).

Nesta outra imagem (Figura 10), à direita, o edifício onde funcionava o fórum da cidade no início do século XX e o Clube Pontagrossense (hoje Ponta Lagoa), construído neste período para abrigar eventos políticos e sociais, atendendo a elite da cidade de Ponta Grossa.



FIGURA 10 – VISTA DO CLUBE PONTAGROSSENSE E PRÉDIO DO FÓRUM
Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná

No decorrer dos anos, o entorno da praça se modificou, algumas edificações foram demolidas para dar espaço a novas construções. Hoje o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto é composto por uma paisagem formada de antigas e modernas edificações. Das construções do início do século XX, pouco foi preservado enquanto centro histórico da cidade. Temos então três edifícios tombados, dois em instância estadual e um em instância municipal, sendo eles o Edifício Guilherme Naumann, o prédio do antigo Fórum e o Bar Asa Branca.

O Edifício Guilherme Naumann, construído por volta de 1906, composto por dois pavimentos, é um dos locais preservados que compõe o entorno da praça. Guilherme Naumann era germânico e exercia a profissão de sapateiro, construiu este edifício em que abrigou sua residência e uma loja de ferragens, comércio de grande relevância para a época.

O edifício também abrigou em seu andar superior o jornal *O Progresso* em seus primeiros anos de existência, ponto estratégico para a produção de notícias da cidade. Em 1920, serviu de sede para o serviço telegráfico sediando a Companhia dos Correios. Até 1933 a loja de ferragens permanecia em atividade. Em dezembro de 1936, o prédio foi adquirido pelo Governo do Estado e ali foi fundada a Escola de Odontologia (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2001).

A Escola de Odontologia permaneceu no edifício Guilherme Naumann por apenas dois anos e, após algum tempo sem uso, passou a sediar o Departamento de Estradas e Rodagens, que permaneceu ali por 10 anos. Hoje o prédio pertence à Universidade Estadual de Ponta Grossa abrigando a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX). O edifício é tombado pelo Governo do Estado no ano de 1990, pelo processo nº 15/90, inscrição nº 106. Livro do tombo histórico. Data: 03/11/1990 (LYRA, 2006, p.39).



FIGURA 11 - EDIFÍCIO GUILHERME NAUMANN NOS DIAS ATUAIS
Fonte: Acervo da autora, 2016.

O edifício do antigo Fórum, também é tombado pelo Governo Estadual pelo processo nº14/90, inscrição nº105. Livro do Tombo Histórico. Data: 03/11/1990. Localizado na Rua Engenheiro Schamber, 654, o prédio inaugurado em 1928 abrigou a estrutura do Fórum de Ponta Grossa até o ano de 1982 (LYRA, 2006).

Em 1982, o Fórum foi transferido para suas novas instalações. No mesmo ano o edifício foi reivindicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa para nele ser instalado um museu. No ano de 1983, o edifício passou a abrigar o Museu Campos Gerais (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2001).

Com a necessidade de reformas em sua antiga estrutura, o edifício foi desativado em 2003, e o acervo do museu transferido em caráter provisório para o edifício localizado ao lado, à rua Engenheiro Schamber 686, que era sede do antigo Banco do Estado do Paraná - Banestado. Até o presente momento, o edifício do antigo Fórum se encontra em processo de restauração (UEPG, 2016).



FIGURA 12 - PRÉDIO DO ANTIGO FÓRUM DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora, 2016.

Outro edifício que compõe a paisagem da praça na atualidade compondo seu entorno é o Bar Asa Branca, localizado a Rua Engenheiro Schamber, nº52, tombado pelo governo municipal. Construído na década de 1920, de propriedade de Julio Bittencourt que, junto com seu irmão, formou a firma F. Bittencourt filhos, sucessora da casa de comércio Casa Bittencourt, fundada em 1870. O imóvel também serviu de residência a Flávio Carvalho Guimarães, advogado e inspetor escolar, presidente do Tribunal Revolucionário de 1930, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda no governo Manoel Ribas e Senador da República entre os

anos de 1935 a 1946. Entre os anos de 1975 a 1979, o edifício foi sede do Arquivo Municipal Permanente. Entre 1980 a 2001 funcionou ali o Bar Asa Branca. O edifício foi tombado em 2003 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2003).



FIGURA 13 – IMÓVEL CONSTRUÍDO NO ANO DE 1920, PELOS IRMÃOS BITTENCOURT
Fonte: Acervo da autora, 2016.

Outras construções importantes para o entorno da Praça Marechal Floriano Peixoto, que compõe sua estrutura atual, compreende a Base Militar do Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, o prédio da Rádio e Emissora Sant’Ana, onde está instalada a secretaria da Cúria Diocesana, bem como diversas pastorais e serviços que compõe a Igreja Católica (catequese, pastoral da criança, pastoral do idoso, administração do cemitério Parque Jardim Paraíso, Renovação Carismática Católica, etc) e a TV comunitária TVCom. Temos ainda a Catedral Sant’Ana; a sede social do Clube Ponta-Lagoa (antigo clube Pontagrossense), o Colégio Estadual Medalha Milagrosa, o Colégio Estadual Senador Correia e o Quartel do Corpo de Bombeiros (construído no local onde se localizava o prédio da antiga cadeia), além de pontos comerciais como imobiliárias, padaria, escola dança, bar, “pet shop”.

Todos estes espaços constituem o entorno da praça e a qualificam enquanto espaço urbano, trazendo contrastes na paisagem, onde antigo e moderno convivem, o que possibilita a leitura da praça no tempo presente.

4.3 PRESERVAÇÃO E DEMOLIÇÃO NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

A Praça Marechal Floriano Peixoto, que hoje integra o conjunto urbano da cidade de Ponta Grossa, é resultado de uma construção histórica, perpassando por uma sucessão de acontecimentos desde a sua formação enquanto espaço urbano construído no início do século XX, até se chegar ao que temos hoje. Sendo a praça um espaço urbano ela se estabeleceu e se manteve até a atualidade dentro de uma dinâmica que é própria do meio urbano.

O espaço da cidade é um espaço em constante construção. A todo o tempo é possível perceber antigos elementos desaparecendo por meio do processo de demolição para dar lugar a novas construções.

A cidade pode então ser vista como um fenômeno cultural que expressa dinamismo para atender as necessidades de movimento, de qualidade estética, de lazer, de espaços adequados para o desenvolvimento das atividades econômicas, socioculturais e religiosas e para a função de habitar (MACHINSKI, 2010, p.117).

Este movimento próprio do espaço urbano vai inferir diretamente no processo de construção de memórias da cidade. Conforme observado anteriormente, este processo de construção da memória se dá por meio das relações sociais que acontecem no espaço da cidade, através das relações sociais que se estabelecem em um dado período de tempo. A partir deste processo, com o passar do tempo, memórias coletivas são associadas às construções urbanas. O movimento de preservação e demolição, neste sentido, traz uma linguagem própria do que se deseja ser lembrado ou esquecido.

A praça enquanto elemento da cidade está sujeita a esses processos de transformações do espaço urbano. Os elementos urbanos vão sendo reconfigurados de acordo com sua função e utilização pelos diversos grupos que habitam a cidade. Como observa Machinski,

[...] espaços públicos como as praças recebem um novo tratamento paisagístico e um mobiliário mais resistente às intempéries e aos usos impróprios, edificações são demolidas, substituídas, adaptadas ou mantidas em seu aspecto construtivo original, lotes são subdivididos para comportar

um maior número de moradores e usuários da urbe, dentre outras observações que aqui podem ser incluídas (MACHINSKI, 2010,p.117).

As diversas adaptações realizadas nestes espaços públicos são frutos das decisões administrativas e ajudam a contar uma história do espaço vivido por seus habitantes que é composto por construção, demolição e/ou preservação.

Naturalmente, a forma de uma cidade, seus prédios e movimentos contam uma história não verbal do que a urbe vivenciou um dia, mas, por mais que este patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteraram inexoravelmente, seja enquanto forma, função ou significado (PESAVENTO,1995, p. 11).

Assim, como outros elementos do espaço urbano, a praça é um lugar planejado e construído dentro da cidade para servir de local de lazer, espaço de encontro e de diversas manifestações socioculturais e também como lugar de memória.

Este movimento de construção, demolição e/ou preservação pode ser observado na paisagem da Praça Marechal Floriano Peixoto e em seu entorno em distintos períodos de tempo. Desde a sua urbanização no início do século XX até os dias atuais, o espaço da praça passou por adaptações advindas das decisões do poder público e das alterações em sua função social que acompanhou o crescimento da cidade.

A praça, ao longo de sua história, foi modelada e remodelada em um movimento de construção e demolição. O coreto construído por volta de 1908 e reconstruído em 1917 onde se realizavam as retretas, espécie de concertos executados pela Banda Lyra dos Campos e pela banda do 5º Regimento, foi demolido. A pérgola construída na década de 1930, que continha banheiros em sua parte inferior, presente ainda em fotografias da década de 1980, também já não compõe o cenário da praça.

A Catedral reformada no final do século XIX e estilizada na primeira década do século XX foi demolida em 1978, como se pode verificar na figura14.



FIGURA 14 - DEMOLIÇÃO DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA; ANO: 1978.

Fonte: Acervo Museu Campos Gerais

A demolição da antiga construção que se configurava como importante marco da fundação da cidade de Ponta Grossa não foi um processo pacífico, mas se deu diante de uma “oposição que se estabeleceu entre preservar e progredir”, conforme destaca Cordova (2012), em estudo realizado sobre a demolição.

Dentre as justificativas das autoridades envolvidas e as opiniões que se formavam a respeito da demolição, o bispado influenciou especialmente no tocante aos discursos de uma pretensa insegurança que o antigo prédio ofereceria. Foi uma das questões que mais sustentaram a opção pelo novo e pelo moderno, abrindo caminho para os discursos em prol do progresso e invalidando os que discordavam dos motivos criados para a demolição (CORDOVA, 2012, p.99).

Com a Construção da nova Catedral, um prédio em estilo moderno passou a compor a paisagem da praça. A rua que separava igreja e praça não existe mais, os dois espaços se fundiram, embora a igreja seja administrada pela Diocese de Ponta Grossa e a praça pela administração pública municipal.



FIGURA 15 - ATUAL CATEDRAL DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora, 2016.

Diante de uma série de transformações ocorridas na Praça ao longo dos anos, foi possível perceber que vários monumentos foram construídos em épocas diferentes, estabelecendo-se enquanto marcos históricos da cidade. Alguns desses marcos são recentes, como se identifica a seguir:

a) Obelisco dos Fundadores – este foi o primeiro monumento implantado na praça, construído no governo do prefeito Albary Guimarães Dias, na década de 1930. Em seu projeto inicial o obelisco ocupava posição central no espaço da praça. Mais tarde foi removido para a lateral para dar lugar a um chafariz. Por ocasião do Sesquicentenário da cidade um novo monumento passou a ocupar o centro da praça: o monumento em comemoração aos 150 anos da elevação de Ponta Grossa a Freguesia (PONTA GROSSA, 2016).



FIGURA 16 - OBELISCO DOS FUNDADORES DÉCADA DE 1930
Fonte: Acervo Casa da Memória Paraná

O obelisco dos fundadores contém as seguintes inscrições em uma placa de bronze: 15/09/1823 – Criação da Freguesia; 07/04/1855 – Elevação a Vila; 19/04/1876 - Elevação a Comarca. Na Figura 21 podemos observar a praça com sua configuração nos dias de hoje e verificar a atual posição ocupada pelo monumento dos fundadores.



Figura 17 - POSIÇÃO ATUAL DO OBELISCO AOS FUNDADORES - LATERAL DIREITA DA PRAÇA
Fonte: Acervo da autora - 2016

b) Monumento Sesquicentenário – Inaugurado no dia 15 de setembro de 1973, o monumento é uma homenagem ao aniversário de 150 anos de elevação de Ponta Grossa à Freguesia. A construção do monumento forma o número 150 onde o número 1 é representado por um obelisco central, o número 5 por um mural e o número 0 é representado por um pequeno jardim em forma arredondada. O mural que representa o número cinco, feito em cimento armado, contém imagens que remetem a história de Ponta Grossa desde os habitantes indígenas, a passagem das tropas e a construção da Igreja Matriz, ao progresso da cidade. Na parte superior do mural há uma placa de bronze, onde está depositada uma espécie de cápsula do tempo:

“Por trás desta placa está depositada uma urna de aço inox, que contém jornais, moedas, documentos, lista com o nome das autoridades civis, militares e eclesiásticas do dia 15 de setembro de 1973. Esta urna deverá ser aberta em 15 de setembro de 2023, ocasião em que a cidade completará dois séculos” (PONTA GROSSA, 2016).



FIGURA 18 - MONUMENTO DO SESQUICENTENÁRIO

Fonte: Acervo da autora, 2016

c) Monumento à Bíblia – inaugurado em 07 de novembro de 1969, foi o primeiro no mundo a homenagear a Bíblia. Em sua inauguração a diocese recebeu uma mensagem do Papa Paulo VI, que elogiou a iniciativa da cidade. O monumento possui inscrições em grego sobre o Princípio e o Fim (Alfa e Ômega - respectivamente, a primeira e última letra do alfabeto grego), as tábuas dos dez mandamentos e partes de textos bíblicos.



FIGURA 19 - MONUMENTO À BÍBLIA, PRAÇA MARECHAL FLORIANO
Fonte: Acervo da autora, 2016

Além destes monumentos, a Praça Marechal Floriano ainda abriga dois monumentos referentes ao Lions Clube¹⁴ e um, datado do ano de 2013, que faz referência à instalação da fábrica de cervejas Ambev (FIGURA 20).

¹⁴Lions Club é uma organização internacional de clubes de serviço do mundo, voltada para serviços humanitários, fundada por Melvin Jones.



FIGURA 20 - MONUMENTO EM HOMENAGEM A CONSTRUÇÃO DA AMBEV
Fonte: Acervo da autora, ano 2016

Um deles está localizado em frente à Catedral e possui a inscrição “Lions Clube Ponta Grossa Centro – Jubileu de Coral – 1954-1989 – 5 de março de 1989”. O segundo está localizado em frente ao edifício do quartel e possui uma placa com as seguintes inscrições: “Prefeitura Municipal de Ponta Grossa homenageia o Lions Clube de Ponta Grossa Centro pelos cinquenta anos de serviços prestados à comunidade”, conforme observado na placa de inscrição contida no monumento.



FIGURA 21 - MONUMENTO EM HOMENAGEM ÀS BODAS DE CORAL LIONS CLUBE
Fonte: Acervo da autora, 2016.



FIGURA 22 - MONUMENTO EM HOMENAGEM CINQUENTA ANOS LIONS CLUBE
Fonte: Da autora, 2016.

O espaço da Praça Marechal Floriano Peixoto, ao longo de seu processo histórico, passou por diversas transformações até se chegar a sua constituição atual. Dentro deste processo de escolhas do que deveria ou não ser preservado muitos elementos que poderiam se constituir em aparatos para a interação de uma memória espontânea para a cidade de Ponta Grossa, como é o caso da antiga Catedral demolida em 1978 e do coreto onde se realizavam as retretas no início do século XX. Conforme observa Machinski:

As ruas, as praças, os parques e a repartição cadastral que condiciona as tipologias das construções são esses elementos que, quando conservados na estrutura urbana, possibilitam rememorar e reconstruir a história da cidade ao possibilitarem analisar sua fundação, a formação de suas primeiras vilas, a sua organização econômica e social, a estrutura política e o desenvolvimento da urbanização (MACHINSKI, 2010, p.120).

Em contrapartida aos elementos que foram demolidos, novos elementos foram implantados neste espaço, compondo um conjunto de elementos que apontam fundamentalmente para uma memória oficial, institucionalizada pelo poder público, bem como por organização civil, como é o caso do Lions Clube, memória esta identificada nos monumentos ali construídos em diferentes momentos da trajetória histórica da praça.

4.4 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: UM LUGAR DE MEMÓRIA PARA PONTA GROSSA

A perspectiva de análise dos lugares de memória proposta por Pierre Nora (1993) conduz ao exercício de repensar o conceito de memória proposto por Maurice Halbwachs (1990) que trabalha com uma memória ligada a uma perspectiva de repetição através de grupos vivos que geram e transmitem essas memórias.

Halbwachs (1990) concebe a perspectiva de memória dentro de uma lógica que Nora considera como sociedades memórias onde chefes de família, idosos, instituições como família, igreja, escola se encarregam de transmitir os elementos que as gerações futuras irão constituir enquanto memória sobre o passado. A memória dentro desta perspectiva de sociedade se dá através de rituais que garantem uma ligação com o passado capaz de assegurar um futuro.

Nora anuncia o fim das sociedades memórias diante dos processos de globalização, mediatização e massificação que criam um desequilíbrio temporal, uma aceleração da história. Huyssen (2000) observa que as velhas abordagens

sociológicas, como a de Halbwachs já não são adequadas para dar conta da dinâmica atual dos processos de memória, influenciados principalmente por uma disseminação geográfica ampla, sem fronteiras, com a globalização e pelos meios de comunicação que fazem com que a memória seja cada vez mais disponível.

Os lugares de memória nascem e vivem, segundo Pierre Nora (1993, p.13),

[...] “do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais” [...].

Neste sentido, os monumentos se estabelecem enquanto um instrumento de contemplação, de celebração, se configurando como uma memória instituída.

Através da análise documental aqui realizada identificou-se que a Praça Marechal Floriano Peixoto, nas três primeiras décadas do século XX, aparece como um dos principais espaços de convívio social onde se realizam celebrações, atividades culturais, política e religiosas, recepções, entre outras. O espaço se configura como um dos mais importantes pontos de encontro e convívio da população ponta-grossense.

A partir da década de 1930, outros espaços são urbanizados e passam a ocupar a função que antes era praticamente uma exclusividade da Praça Marechal Floriano Peixoto. Aos poucos, a estrutura política e administrativa de Ponta Grossa vai migrando para outros pontos da cidade, a população cresce e o centro se amplia.

Ainda na década de 1930, com a construção do Obelisco dos Fundadores no centro da Praça Marechal Floriano Peixoto, o espaço passa a abrigar um dos primeiros marcos que irá representar uma memória instituída pelo poder público. A praça que até a década de 1930 se configurava como centro da urbanização e da fundação da cidade, sem a necessidade de lembrar aos moradores do local onde o povoamento teria se iniciado, passa agora a abrigar um marco material, simbólico e funcional desta memória, construído pela gestão pública municipal utilizando-se de recursos públicos.

Na perspectiva de Pierre Nora, que desenvolve a discussão sobre os lugares de memória abordando a questão da memória nacional, da memória oficial da França que se encontra diante de um regime de historicidade, os lugares de memória não seriam lugares onde os cidadãos vivenciam espontaneamente suas memórias, mas seriam esses lugares onde se cristaliza uma memória oficial, implantada, pensada pelo poder público. Dir-se-ia até uma memória excludente, já

que não contempla e não representa a sociedade como um todo, mas elegem-se memórias que, em perspectiva elitizada, devem ser assimiladas como a memória social da cidade.

Os monumentos implantados na Praça Marechal Floriano Peixoto vão se configurando como uma memória oficial. O próprio nome da praça enquanto glorificação da história de heróis da República pode ser considerado como uma dessas memórias instauradas pelo medo do esquecimento de simbologias e materialidades que foram instituídas pelo poder público. E tal escolha não perpassou pela aprovação dos moradores, mas sim pela de seus representantes políticos.

Em 1973, um novo marco assume a posição central da Praça Marechal Floriano Peixoto: o monumento do Sesquicentenário. Comemorando os 150 anos da elevação de Ponta Grossa a Freguesia o monumento procura deixar disponível uma trajetória de fundação da cidade que está estampada em seu mural com desenhos que comportam desde a civilização indígena, os tropeiros que por aqui passaram, até se chegar ao desenvolvimento da cidade. Embora esse monumento tenha passado a ocupar a posição central da praça, o Obelisco aos fundadores não foi demolido, mas apenas deslocado para uma posição lateral.

A praça contém ainda, um monumento representativo que homenageia a Bíblia, o livro sagrado venerado pela Igreja católica e por outras denominações cristãs. Mas, ainda que este elemento se estabeleça enquanto uma homenagem ao Livro Sagrado, diante de uma reflexão crítica ele pode também ser considerado enquanto um símbolo de fundamentos da cidade, visto que a igreja em honra a Sant'Ana, construída ainda no momento de formação do povoamento, também se localiza no espaço da praça. É possível perceber uma disputa de poderes pelo estabelecimento de uma memória sobre a fundação da cidade, como uma relação tanto de conflitos como de concordâncias entre Igreja e poder municipal, já que a aprovação do monumento em questão passou pelo crivo do poder público para ali estar implantado.

Temos também elementos mais recentes como os dois monumentos que homenageiam o Lions Clube e um terceiro que se refere à fundação da cervejaria Ambev na cidade, implantado na atual gestão municipal pelo prefeito Marcelo Rangel. Pode-se considerar que estes monumentos, apesar de menores em proporção material comparados aos anteriormente citados, também estariam

buscando estabelecer uma memória de construção, de desenvolvimento da cidade nos dias atuais.

A partir da análise documental realizada nos jornais, fotografias, códigos de posturas Municipais e álbuns comemorativos do estado do Paraná, bem como da observação da atual composição da Praça Marechal Floriano Peixoto é possível classificar este espaço como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

As fontes estudadas revelam que é justamente nas três primeiras décadas do século XX que se cristalizam elementos de institucionalização da memória que irão conferir à Praça Marechal Floriano Peixoto a propriedade de lugar de memória. Uma das demarcações desta memória institucionalizada é associada especialmente aos marcos de fundação da cidade. Ainda que tais elementos sejam reapropriados em contextos posteriores, é no início do século XX que se encontram as bases memoriais que dão um significado as atuais simbologias materializadas na praça.

Hoje a Praça Marechal Floriano Peixoto agrega elementos materiais que estão ali representados pela presença de monumentos instituídos pelo poder público municipal e por instituições civis – Obelisco aos Fundadores, Monumento do Sesquicentenário, Monumento à Bíblia, Monumentos em homenagem ao Lions Clube e à fundação da cervejaria Ambev na cidade. Estes monumentos simbolizam a existências de referenciais como marcos fundadores, uma memória que já não é mais vivida no calor da tradição e que, por isso, necessita de aparatos que sirvam de elos, ainda que não naturais, mas que sejam capazes de conectar passado e presente mesmo diante da não existência de uma sociedade memória. Como argumenta Nora sobre os lugares de memória:

Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos [...] (NORA, 1993, p.13).

Pode-se considerar ainda que os símbolos presentes na praça apresentam então a funcionalidade de refugiar uma memória eleita para não ser esquecida, mas para ser institucionalidade, tornando-se uma memória oficial. Assim, considera-se que a Praça Marechal Floriano Peixoto agrega elementos materiais, simbólicos e funcionais que fazem dela um lugar de memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da hipótese de que a Praça Marechal Floriano Peixoto é hoje um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, considerando fontes como jornais, fotografias, códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos do Estado do Paraná, documentos estes que remetem ao contexto de formação da praça enquanto espaço urbano.

O jornal periódico que inicialmente é denominado *O Progresso* e depois passa a chamar-se *Diário dos Campos* apresentou importantes elementos do cotidiano da cidade de Ponta Grossa e da utilização da Praça Marechal Floriano Peixoto nas três primeiras décadas do século XX. A partir do referido jornal, foi possível perceber que o antigo largo da Matriz, após passar à condição de praça, a partir da colocação de grama, ajardinamento, arborização, calçamento, construção de um coreto para a realização de eventos culturais, dentre outras transformações, torna-se um lugar de referência não só para o progresso da cidade, como para o desenvolvimento de relações sociais entre os diversos grupos que habitavam a cidade naquele momento.

As notícias também apontam para o fato de que, embora Ponta Grossa vivenciasse um forte período de desenvolvimento urbano nas três primeiras décadas do século XX, a cultura dita civilizada da cidade precisava ser absorvida por seus moradores e a urbanização era um processo que ainda levaria tempo para se concretizar tanto estrutural quanto culturalmente.

O desenvolvimento urbano se dava mediante o discurso de ordem e progresso, do governo republicano recém-instaurado no país, que se materializava no espaço da cidade, tendo como ponto inicial a Praça Marechal Floriano Peixoto. Outros fatores de ordem nacional e internacional também influenciaram o processo de urbanização de Ponta Grossa, como os ideais iluministas que se instalaram com a República, agregados a valores advindos desde a Revolução Industrial à consolidação do sistema capitalista e os anseios de modernização, bem como o próprio processo de modernização das cidades no Brasil.

As fotografias dos acervos da casa da Memória e do Museu Campos Gerais contribuíram para a percepção de elementos que compõe a base física do espaço

da praça, desde o período anterior à urbanização, quando o espaço ainda era o largo da Igreja Matriz e de seu processo de transformação diante da urbanização de Ponta Grossa. As imagens da praça fornecem uma linearidade de transformações ocorridas na esfera material, e também apresentam uma dinâmica própria do ambiente urbano que compreende a construção, demolição e/ou preservação de bens culturais.

Os códigos de posturas municipais apontam para as necessidades próprias do início da urbanização da cidade, de ordenamento e regulamentação do uso do espaço urbano, bem como de questões pertinentes à higienização daquele espaço da cidade. A praça enquanto espaço urbano de uso coletivo está inserida nas legislações e normatizações presentes nestes documentos.

Os álbuns comemorativos do estado do Paraná, que serviam para legitimar e propagar o desenvolvimento do estado e de suas cidades, também se configuram como instrumentos relevantes para identificar o discurso que regia o processo de urbanização da cidade, sendo possível identificar como a praça se enredava em meio a este contexto.

Todos estes documentos somados permitiram para esta pesquisa uma apreensão do cenário vivenciado por Ponta Grossa nas décadas iniciais do século XX. Assim, compreende-se que a Praça Marechal Floriano Peixoto apresentou grande relevância social e cultural para a cidade de Ponta Grossa nas três primeiras décadas do século XX, sendo um dos mais importantes locais de relacionamento, sociabilização e convívio. Neste espaço se realizavam os principais eventos e festividades, bem como discursos políticos.

Além da Igreja Matriz, o entorno da praça nessa fase da urbanização da cidade constituía-se de importantes instituições como a prefeitura, o fórum, o comércio, que pode ser representado pela loja de ferragens de Guilherme Naumann, a imprensa periódica que estava instalada no mesmo edifício, o Clube Pontagrossense, a cadeia e o hotel Palermo, importante referência de hospitalidade local.

A pesquisa revelou também que a Praça Marechal Floriano Peixoto abriga um conjunto de elementos que remetem à memória de fundação de Ponta Grossa, como o Obelisco em homenagem aos fundadores da cidade (implantado em 1930), elementos estes reapropriados pelo monumento do Sesquicentenário (monumento construído em 1973 em homenagem aos 150 anos de elevação de Ponta Grossa à

Freguesia. Há também o monumento em homenagem à Bíblia (construído em 1969), além de outros monumentos mais recentes em homenagem ao Lions Clube e a instalação da cervejaria Ambev.

As simbologias cristalizadas desde as três primeiras décadas do século XX apontam para uma memória construída, oficial, estabelecida pelo poder público municipal ao longo do processo histórico da praça. Esses elementos permitem caracterizar a Praça Marechal Floriano Peixoto como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

Hoje a Praça Marechal Floriano Peixoto agrega elementos materiais, simbólicos e funcionais que, conforme o pensamento de Pierre Nora a configuram como um lugar de memória. Os elementos materiais presentes na praça são representados pelo Obelisco aos Fundadores, Monumento do Sesquicentenário, Monumento à Bíblia, Monumentos em homenagem ao Lions Clube e à fundação da cervejaria Ambev na cidade, que remetem à memória institucionalizada no início do século XX. Estes marcos materiais estão carregados de uma simbologia que remete à fundação da cidade de Ponta Grossa, apresentando como função guardar memórias que possam servir como elos que ligam o passado ao presente, visto que estas memórias já não são mais vividas, não compreendem mais uma sociedade memória que as mantenha enquanto tradição.

A pesquisa foi desenvolvida levando em consideração a perspectiva interdisciplinar ao compreender a praça enquanto objeto de pesquisa em seu contexto histórico e geográfico, utilizando-se de fontes de pesquisa que permeiam relações entre passado e presente. Observando-se que a história compreende o homem e suas ações no tempo, a geografia preocupa-se com o homem e suas ações no espaço e a comunicação social se preocupa com a forma que o homem se comunica no tempo e no espaço, deixando vestígios que possibilitam novas leituras sobre o espaço e sua história.

A pesquisa interdisciplinar é sempre um desafio de, a partir de um campo específico de conhecimento, ampliar a visão adentrando em outros campos que se inter-relacionam e buscar neles elementos que contribuam para uma maior compreensão do objeto analisado. Acredita-se que o trabalho aqui proposto estreitou este debate desenvolvendo um diálogo interdisciplinar entre os campos da História, da Geografia e da Comunicação.

Cabe destacar ainda que, embora a Praça Marechal Floriano Peixoto possa ser considerada um lugar de memória, sobre o qual está cristalizada uma memória oficial da fundação da cidade, este lugar está sujeito a novas leituras e ressignificações no tempo presente, assumindo a função de protagonista, inclusive na discussão sobre as desigualdades sociais representativas de uma memória social estabelecida neste espaço por elites dominantes no decorrer de seu processo histórico.

O presente estudo não tem a pretensão de esgotar as análises sobre a praça e suas funcionalidades, mas abre caminhos para novas pesquisas a respeito deste espaço e seu entorno, que se constitui como um lugar representativo para a história, a memória e a cultura urbana de Ponta Grossa.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisas Cdhis**, Uberlândia, v.25, n.2, jul/dez 2012.

BARTHES, Roland (1980). **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [original publicado: 1949, póstumo] [Tradução autorizada da edição francesa publicada em 1997 por Armand Colin, de Paris, França].

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BULCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos Campos: Memórias de um jornal centenário**. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça Brasileira: Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. Tese de Doutorado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur, 2007, 123p.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. As posturas e o Espaço Urbano Comercial: ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista. **Caderno Pós Ciências Sociais**. São Luís, v.1, n.1, jan/jul 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, Niltonci Batista. **A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX**. In: DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (org.). *Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. P. 65-76.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada: discurso e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001b.

CHAVES, Niltonci Batista. **Do centro Comércio e Indústria ao Selo Social**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

CHAMMA, Guisela V. Frey. **Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: [s.n.], 1988. 194 p.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Demolição da Igreja Matriz de Sant'ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. In.: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, Jan / Jun. 2012 – ISSN- 2177-4129, p.90-110.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DROPA, Marcia; SOUZA, Luiz Fernando; BAH, Miguel; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Patrimônio Cultural em Ponta Grossa (Paraná, Brasil). Articulações Possíveis entre memória, história e turismo. **Revista Publicatio Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes**. Ponta Grossa, p.31-42, jan/jun. 2012.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 1983. 8 edição, 2004.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. Representação e memória ao ar livre: A Praça da saudade em Manaus/AM. **TEXTOS&DEBATES**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIRIS, Fábio Aníbal Jara. **Estado e Política: a história de Ponta Grossa - Paraná**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2013.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco: 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo : Vertice, 1990.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBGE. Cidades. Paraná, Ponta Grossa.

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411990&search=parana|ponta-grossa|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 07/10/2016.

JEUDY, Henri Pierre. *Memórias do Social*. Forense Universitária, 1990.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Movimento Higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, núm. 1, pp. 47-52 Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2002.

KNEBEL, Rosemeri Leane. **Belle époque ponta-grossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música**. In: _____. DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (org.). *Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. P. 65-76.

KOSSOY, Boris. **Mídia: imagem, ideologia e memória**. In: Comunicação, acontecimento e memória. BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virginia (organizadores). São Paulo: Intercom, 2005. 168 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LYRA, Cyro Corrêa. **Espiraais do Tempo: Bens tombados do Paraná**. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, Paraná: 2006.

MACHINSKI, Fernanda. **“Memórias e patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa-PR: subsídios para sua salvaguarda**. In: SAHR, Cicilian Luiza (org.). *A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010, p. 113-167.

MENEZES, Marluci. **Do espaço ao lugar: do lugar às remodelações sócio-espaciais**. *Horiz. antropol.* [online]. 2000, vol.6, n.13, pp.156-175. ISSN 0104-7183.<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a08.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2016.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa**. In: _____. DITZEL, Carmencita Hollemben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (org.). *Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. P. 65-76.

NEVES, José Luis. *Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades*. **Caderno de pesquisa em Administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 2º semestre, 1996. <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos em Pós- Graduação em História** do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo, SP: dezembro, 1993.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. 15 (2) 2001.

OPEN STREET MAP. Mapa de Ponta Grossa.

<http://www.openstreetmap.org/#map=16/-25.0959/-50.1561> Acesso em 15 de outubro de 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

PIMENTEL, Alessandra. **O método de análise documental, seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de Pesquisa, n.14, p.179-195, novembro de 2001.

PINTO, Virgílio Noya. **Comunicação e Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1986.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTA GROSSA. **10 anos de governo: à guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral**. 18 de Agosto de 1934 a 18 de Agosto de 1944. Albary Guimarães. Boletim informativo. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, 1944.

PONTA GROSSA. **Casa da Memória Paraná**. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/casamemoria>>. Acesso em: 23 de maio 2016.

PONTA GROSSA. Praça Marechal Floriano Peixoto. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. < <http://pontagrossa.pr.gov.br/praca-marechal-floriano-peixoto>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Tânia R. B. T. Códigos de Posturas Municipais como Instrumentos Normativos da produção de novas logísticas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, n. 11, p. 273-289, 2010-1.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e “público” da vida social e histórica. **Ciência e Trópico**, jan./jun. Recife: 1983.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacer, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SANTOS, Regma Maria dos. O jornal como lugar de memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. **OP SIS – Revista do Niesc**. Volume 2, jul/dez de 2002.

SCHIMANSKI, Edina. Abordagem interdisciplinar e Ciências Sociais. **Revista Publicatio UEPG. Ciências Sociais e Interdisciplinaridades**. V.1, n.21, 2013. p. 7-8.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª edição. Universidade Fernando Pessoa, Portugal. Porto: UFP, 2006.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir**. IX Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS. 2008. Disponível em <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027>. Acesso em: 30/05/2016.

UEPG. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 3. ed. rev. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

UEPG. **Museu Campos Gerais**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. <http://www.pitangui.uepg.br/museu/>. Acesso em: 20/05/2016.

VIANA, Francisco José Oliveira de. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo, Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1933.

FONTES

ÁLBUNS COMEMORATIVOS

Álbum Comemorativo do Paraná – 1923 – Acervo Museu Campos Gerais

Álbum Comemorativo do Paraná – 1927 – Acervo Museu Campos Gerais

CÓDIGOS DE POSTURAS MUNICIPAIS

Código de Posturas Município de Ponta Grossa, 1891 – Acervo Casa da Memória Paraná

Código de Posturas Município de Ponta Grossa, 1914 – Acervo casa da Memória Paraná

FOTOGRAFIAS

Fotografias do Acervo da Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa /Paraná.

Fotografias do Acervo do Museu Campos Gerais – Ponta Grossa/Paraná.

Fotografias do Acervo da autora - VIGLUS, Vera Marina, 2016.

JORNAIS

O PROGRESSO, 09 de junho de 1909. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 01 de julho de 1909. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 06 de janeiro 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 13 de janeiro de 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 03 de fevereiro de 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 21 de junho de 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 30 de junho de 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 30 de julho de 1910. Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 24 de janeiro, 1911). Acervo Casa da Memória Paraná.

O PROGRESSO, 2 de fevereiro de 1911. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 03 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 06 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 de janeiro 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 16 de janeiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 de fevereiro de 1914. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de maio de 1916. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 de julho de 1919. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 de fevereiro de 1920. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 de junho de 1921. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de julho de 1921. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de março de 1922. Acervo Casa da Memória Paraná.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 de fevereiro 1932. Acervo Museu Campos Gerais.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 de junho de 1937. Acervo Museu Campos Gerais.

APÊNDICE A – Ensaio Fotográfico Praça Marechal Floriano Peixoto



FIGURA 23 - CATEDRAL SANT'ANA, PONTA GROSSA, PARANÁ
Fonte: Acervo da autora

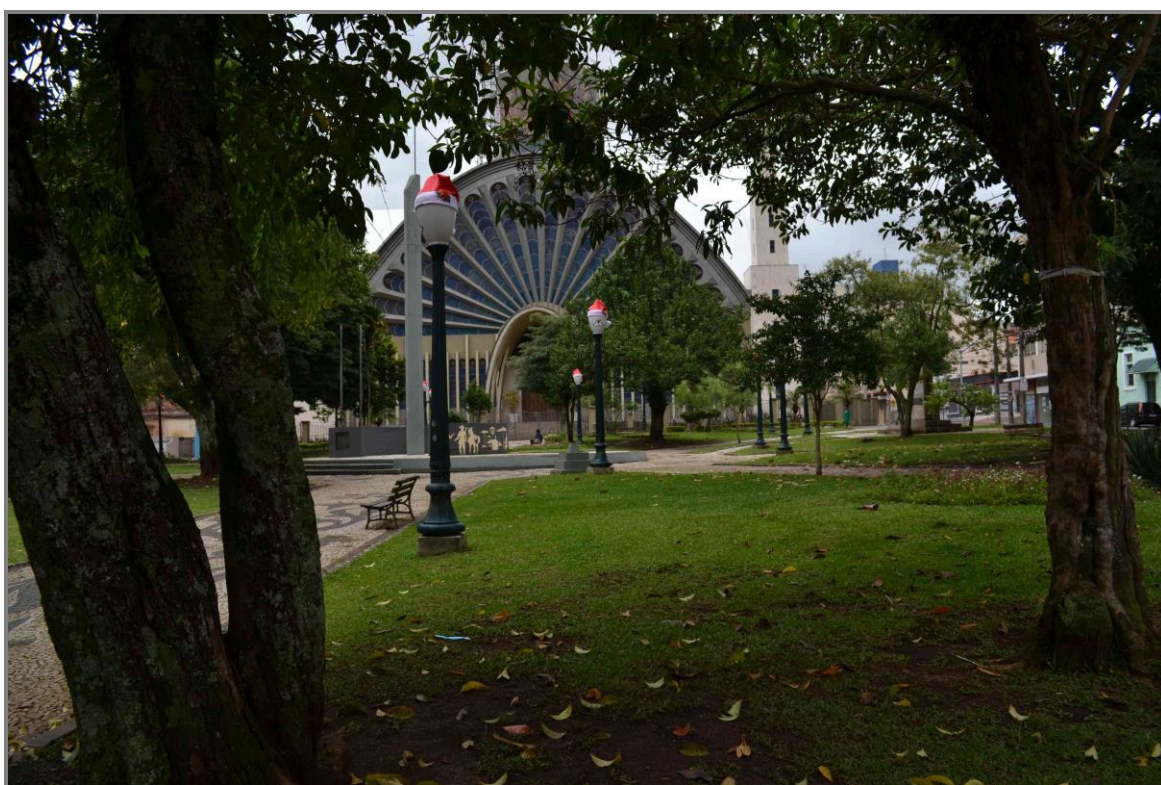


FIGURA 24 - VISTA DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 25 - DETALHE DA TORRE DA CATEDRAL DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora

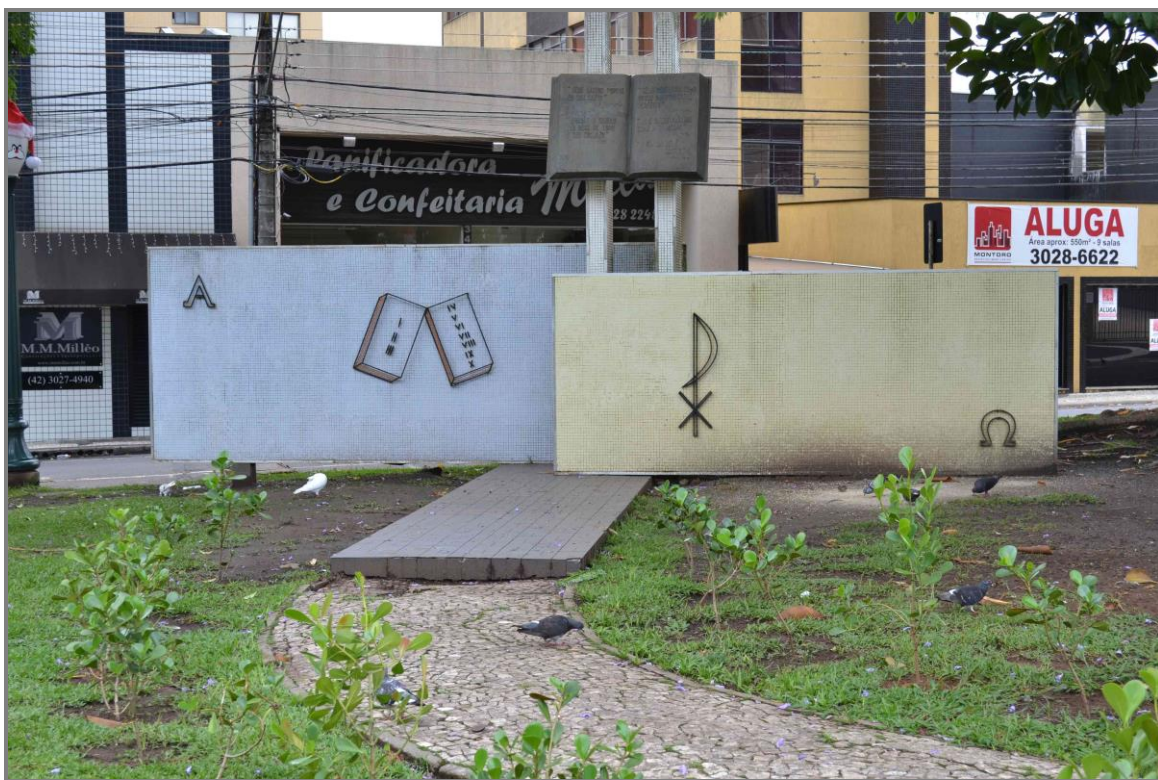


FIGURA 26 - MONUMENTO EM HOMENAGEM À BIBLIA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 27 - FLAGRANTE: LIXO NO MONUMENTO DO SEQUICENTENÁRIO

Fonte: Acervo da autora



FIGURA 28 - DETALHE NO OBELISCO AOS FUNDADORES

Fonte: Acervo da autora



FIGURA 29 - PICHACÕES NO OBELISCO AOS FUNDADORES
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 30 - PICHÃOES NA BASE DO OBELISCO AOS FUNDADORES
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 31 - PONTO DE TAXI, PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 32 - BANCA DE REVISTAS, PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
Fonte: Acervo da autora

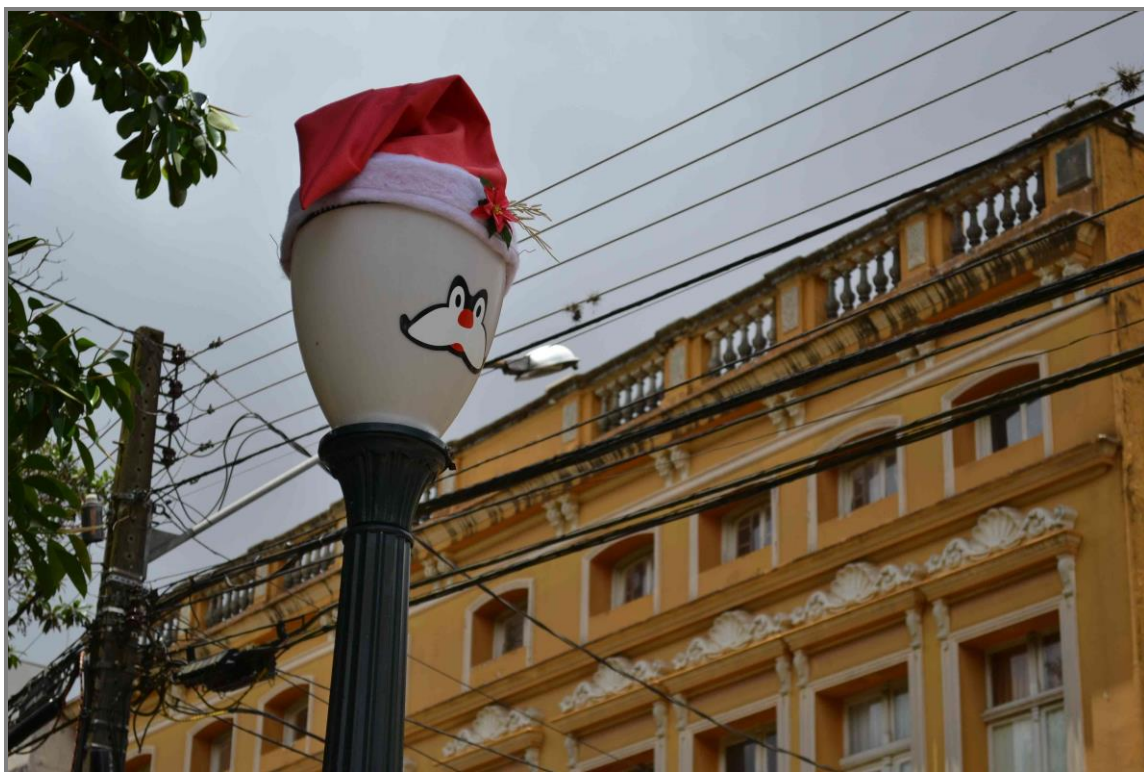


FIGURA 33 - DECORAÇÃO DE NATAL PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
FONTE: Acervo da autora



FIGURA 34 - ALUNOS NA PRAÇA EM HORÁRIO DE SAÍDA DA ESCOLA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 35 - EVENTO EM HOMENAGEM AO DIA DA BANDEIRA
Fonte: Acervo da autora

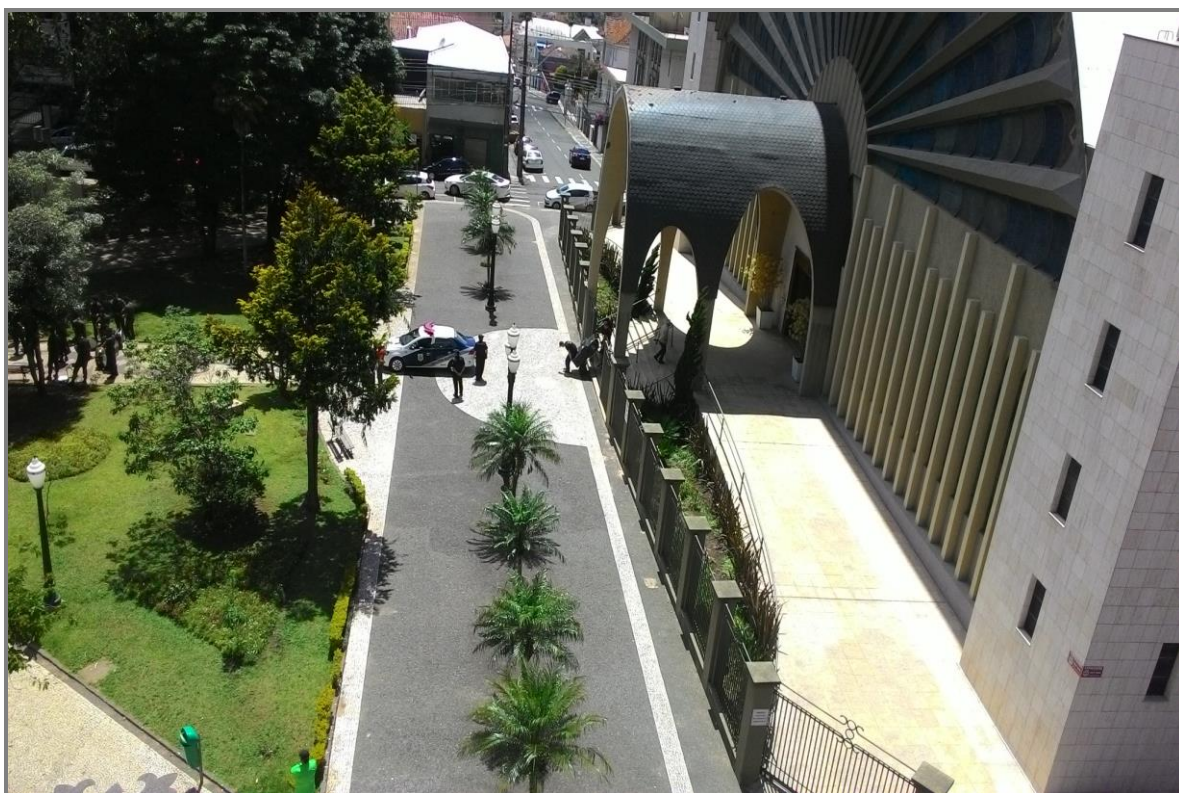


FIGURA 36 - CATEDRAL: VISTA DO PRÉDIO DA RADIO SANT'ANA
FONTE: Acervo da autora



FIGURA 37 - DETALHE DO MONUMENTO À BIBLIA
Fonte: Acervo da autora



Figura 38 – BANCO DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: DETERIORAÇÃO E LIXO
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 39 - OBELISCO AOS FUNDADORES DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 40 - CLUBE PONTA-LAGOA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 41 - ANTIGO FÓRUM DE PONTA GROSSA
Fonte: Acervo da autora



FIGURA 42 - ENTORNO DA PRAÇA: À ESQUERDA, PRÉDIO DA RÁDIO SANT'ANA
Fonte: Acervo da autora